

**FIDELIDADE  
ASSISTÊNCIA -  
COMPANHIA  
DE SEGUROS, S.A.**

**RELATÓRIO  
E CONTAS  
2015**

# ÍNDICE

Órgãos Sociais	03
Relatório do Conselho de Administração	04-22
Demonstrações Financeiras	23-30
Anexo às Demonstrações Financeiras	31-107
Inventário de Participações Financeiras e Instrumentos Financeiros	108-111
Relatório de Governo Societário	112-141
Relatório e Parecer do Conselho Fiscal e Certificação Legal de Contas	142-147

# ÓRGÃOS SOCIAIS

---

**FIDELIDADE ASSISTÊNCIA - COMPANHIA DE SEGUROS, S.A.**

---

**Mesa da Assembleia Geral**

Presidente	Maria Isabel Toucedo Lage
Secretário	Salomão Jorge Barbosa Ribeiro

**Conselho de Administração**

Presidente	Guangchang GUO
Vice-Presidente	João Nuno de Oliveira Jorge Palma
Vice-Presidente	Jorge Manuel Baptista Magalhães Correia
Vogais	Qunbin WANG
	Nuno Maria Pinto de Magalhães Fernandes Thomaz
	Michael LEE
	José Manuel Alvarez Quintero
	Francisco Xavier da Conceição Cordeiro
	Luis Filipe Mateus Alves
	Wai Lam William MAK
	José Pedro Cabral dos Santos
	Lan KANG
	Xiaoyong WU
	Lingjiang XU

**Comissão Executiva**

Presidente	Jorge Manuel Baptista Magalhães Correia
Vice-Presidente	Francisco Xavier da Conceição Cordeiro
Vogais	José Manuel Alvarez Quintero
	Luis Filipe Mateus Alves

**Conselho Fiscal**

Presidente	Vasco Jorge Valdez Ferreira Matias
Vogais	João Filipe Gonçalves Pinto
	Luis Augusto Máximo dos Santos
Suplente	João Manuel Gonçalves Correia das Neves Martins

**Sociedade de Revisores****Oficiais de Contas**

---

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.  
representada por  
Ana Rosa Ribeiro Salcedas Montes Pinto, ROC

**01**

RELATÓRIO  
DO CONSELHO DE  
ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da Fidelidade Assistência – Companhia de Seguros, S.A., doravante Fidelidade Assistance, vem apresentar o Relatório e Contas relativo ao exercício de 2015.

O Relatório do Conselho de Administração tem como grande objetivo, precedendo a apresentação das demonstrações financeiras, expor, em traços gerais, os aspectos de maior relevância para a caracterização da empresa, a análise da evolução do negócio, bem como as principais linhas de orientação no desenvolvimento da sua atividade.

# 1. Enquadramento da Atividade

## 1.1. Enquadramento Macroeconómico

A economia portuguesa continuou a evidenciar, em 2015, a tendência de recuperação iniciada no ano anterior, refletindo a evolução quer da procura interna, em particular do consumo de bens duradouros e investimento, quer da procura externa, traduzida no dinamismo das exportações.

Esta evolução favorável teve como principal impulsionador o aumento do rendimento disponível nas economias desenvolvidas, refletindo o contexto de baixas taxas de juro, a diminuição acentuada dos preços dos produtos energéticos, a melhoria do mercado de trabalho e o aumento dos níveis de confiança por parte dos particulares. Adicionalmente, as exportações beneficiaram ainda da desvalorização do Euro face às principais moedas internacionais.

Assim, e em consequência da evolução descrita acima, e apesar de alguns desequilíbrios estruturais que a economia nacional continua a evidenciar, a atividade económica terá aumentado 1,6% em 2015, ligeiramente acima da estimativa para a área do Euro, permitindo retomar o processo de convergência real da economia portuguesa para a média europeia.

De referir ainda que a capacidade de financiamento da economia portuguesa, medida pelo saldo conjunto da balança corrente e da balança de capital, manteve-se em cerca de 2%, situação que se verifica desde 2012 devido ao reequilíbrio da balança corrente.

Por seu lado, a inflação registou, em 2015, um aumento de 0,5%, claramente abaixo do valor de referência para a área do Euro, devido à descida do preço das matérias-primas, em particular do petróleo.

Relativamente ao mercado de trabalho, continuou a verificar-se a tendência de redução da taxa de desemprego, que registou um valor médio anual próximo de 12%, refletindo quer o maior nível de emprego associado à melhoria da atividade económica, quer a redução da população ativa, com especial incidência nos segmentos mais jovens onde a emigração se tem feito sentir de forma mais vincada.

A política orçamental manteve-se moderadamente restritiva em 2015, continuando a evidenciar um elevado nível da carga fiscal e um crescimento moderado da despesa pública, possibilitando alcançar no final do ano um défice ligeiramente abaixo de 3% e o consequente encerramento do procedimento dos défices excessivos.

As projeções mais recentes apontam para uma recuperação continuada da economia portuguesa, traduzida num crescimento anual próximo de 2%, que, embora reduzido, representa uma aceleração face à recuperação recente e consolida a saída do ciclo recessivo anterior.

Esta evolução continuará a ter como principais dinamizadores o consumo privado, investimento e exportações, pelo que é suscetível de ser impactada por fatores que afetem a procura externa dirigida à economia portuguesa, bem como por alterações das atuais condições de financiamento.

## **1.2. Enquadramento do Mercado Segurador**

Em 2015 o montante de prémios de seguro direto contabilizados no mercado português atingiu 12,7 mil milhões de euros (equivalente a 7,2% do PIB), o que representou um decréscimo de 11,4% face ao ano anterior, tendo sido prejudicado pela evolução desfavorável dos ramos Vida.

Com efeito, a atividade Vida evidenciou um decréscimo de 17% no montante de prémios, para 8,7 mil milhões de euros, refletindo quer alterações nas políticas de captação de recursos por parte de alguns grupos financeiros nacionais, quer o atual contexto de reduzidas taxas de juro, com impacto significativo na taxa de poupança dos particulares.

Por outro lado, a atividade Não Vida apresentou um acréscimo de 3,7%, invertendo a tendência de decréscimo que se vinha verificando nos anos mais recentes, tendo o montante de prémios atingido 4,0 mil milhões de euros (cerca de 2,3% do PIB).

Apesar desta evolução favorável ter subjacente um aumento na generalidade dos ramos (com exceção de Transportes), há a destacar o crescimento de 7,1% evidenciado pelos ramos Acidentes e Doença, em particular pelos seguros de saúde, que beneficiaram do maior rendimento disponível e da necessidade crescente de complementar a oferta por parte do Serviço Nacional de Saúde, e pelo seguros de Acidentes de Trabalho, que refletiram uma ligeira recuperação do nível de emprego e o ajuste tarifário necessário para o equilíbrio técnico deste produto.

Por seu lado, os ramos Automóvel e Incêndio e Outros Danos apresentaram um crescimento próximo da atividade económica, tendo ambos beneficiado de uma estabilização do prémio médio e de um ligeiro aumento do número de apólices.

De referir ainda que, de uma forma geral, o mercado segurador apresenta uma diminuição dos níveis de concentração, traduzido por um aumento de quota das seguradoras de menor dimensão nos ramos Vida e Não Vida.

## 2. Atividade da Companhia

### 2.1. Sumário Executivo

A Fidelidade Assistance registou um resultado líquido de exploração no exercício de 2015 no valor de 7,9 milhões de euros, que representa um crescimento de 31,1% face ao exercício anterior. O forte crescimento do resultado está diretamente ligado aos dividendos pagos pela sua subsidiária, no montante de 2,6 milhões de euros.

O nível de solvência da seguradora registou um reforço muito considerável, tendo a taxa de cobertura da margem de solvência aumentado para 308,4%, margem essa que se situava nos 241,8% em 31 de dezembro de 2014. A evolução verificada na margem de solvência é um fator de confiança acrescentado para todos os stakeholders que se relacionam com a companhia.

A Companhia registou um volume de prémios adquiridos de 42,7 milhões de euros, que constitui um decréscimo marginal 0,3% face ao exercício anterior. O Ramo Assistência decresceu 0,6%, ao contrário do Ramo Proteção Jurídica que teve um crescimento de 1,7%.

O Rácio Combinado fixou-se no corrente exercício em 86,7%, valor superior em 1,9 pp ao exercício anterior, que tinha registado 84,8%. O agravamento do rácio traduz o crescimento verificado nos custos com sinistros induzido pelo aumento da frequência de sinistralidade.

O Ativo Líquido da Fidelidade Assistance situou-se nos 60,4 milhões de euros (+7,6%), tendo igualmente os Capitais Próprios aumentado para 25,6 milhões de euros (+33,4%), em resultado da não distribuição de dividendos aos acionistas. De registar, igualmente, a descida de 5,8% no Passivo para o montante de 34,8 milhões de euros, devido essencialmente à diminuição da provisão para sinistros.

No exercício de 2015 a Companhia efetuou o seu renaming e rebranding. Assim, a CARES – Companhia de Seguros, S.A., enquanto empresa pertencente ao Grupo Fidelidade, alterou a sua denominação, passando a designar-se Fidelidade Assistência – Companhia de Seguros, S.A., operando a partir desse momento sob a marca Fidelidade Assistance.

## 2.2. Indicadores-Chave

(Milhões de Euros)

	2015	2014
<b>INDICADORES FINANCEIROS</b>		
<b>Ativo Líquido</b>	<b>60,5</b>	<b>56,2</b>
do qual Investimentos (incluindo Depósitos Bancários e Caixa)	57,9	53,9
<b>Capitais Próprios</b>	<b>25,6</b>	<b>19,2</b>
<b>Passivo</b>	<b>34,8</b>	<b>37,0</b>
<b>Solvabilidade</b>	<b>308,43%</b>	<b>241,77%</b>
<b>Resultado Líquido</b>	<b>7,9</b>	<b>6,0</b>
<b>Rentabilidade Média dos Capitais Próprios</b>	<b>35,12%</b>	<b>26,67%</b>
<b>Número de empregados ao serviço</b>	<b>149</b>	<b>140</b>
<b>Rentabilidade Técnica (s/ Prémios Adquiridos)</b>	<b>18,45%</b>	<b>14,02%</b>
<b>Responsabilidades Técnicas</b>	<b>33,1</b>	<b>34,3</b>
<b>Indicadores Técnicos</b>		
Loss Ratio	73,23%	70,93%
Expense Ratio	13,45%	13,89%
Combined Ratio	86,68%	84,82%
<b>INDICADORES DA ATIVIDADE</b>		
<b>Prémios Adquiridos</b>	<b>42,7</b>	<b>42,8</b>
Ramo Assistência	37,9	38,1
Ramo Proteção Jurídica	4,8	4,7
<b>Processos Abertos</b>	<b>569.479</b>	<b>542.195</b>
Ramo Assistência	565.441	537.825
Ramo Proteção Jurídica	4.038	4.370
<b>Contactos Telefónicos Recebidos</b>	<b>890.684</b>	<b>865.284</b>
Ramo Assistência	877.164	850.093
Taxa de Eficácia	96,66%	96,69%
Ramo Proteção Jurídica	13.520	15.191
Taxa de Eficácia	97,28%	98,20%
<b>Reclamações</b>		
Número de Reclamações	963	977
Taxa de Reclamações (Número de reclamações/Processos Abertos)	0,17%	0,18%
Tempo Médio de Resposta (dias)	3,9	5,2
<b>Qualidade</b>		
Índice de Satisfação Global	8,8	8,7
Net Promoter Score	65	62

### 2.3. Referenciais Históricos

Os principais referenciais históricos da Companhia são os seguintes:

- 1991** - Criação da CARES - Companhia de Assistência e Representação de Seguros, Lda. com o objeto social de representação de Companhias Estrangeiras;
- 1998** - Início da atividade seguradora. É criada a CARES – Companhia de Seguros de Assistência, S.A. com autorização de exploração do Ramo de Assistência;
- 2001** - Aquisição pelo Grupo CGD da CARES - Companhia de Seguros de Assistência, S.A.;
- 2002** - Início da exploração do Ramo de Proteção Jurídica e redenominação para CARES – Companhia de Seguros, S.A.;
- 2010** - A CARES - Companhia de Seguros, S.A. obtém a Certificação de Qualidade sob o referencial NP EN ISO 9001:2008;
- 2014** - O Grupo chinês FOSUN adquire 80% do capital social da CARES – Companhia de Seguros, S.A.;
- 2015** - Alteração de nome e imagem da CARES – Companhia de Seguros, S.A. passando a Fidelidade Assistência – Companhia de Seguros, S.A. e atuando com a marca Fidelidade Assistance;
- 2015** - A Fidelidade Assistência – Companhia de Seguros, S.A., na sequência da auditoria realizada pela APCER, obtém a certificação como Empresa Familiarmente Responsável sob a norma EFR 1000-2.

### 2.4. Posicionamento

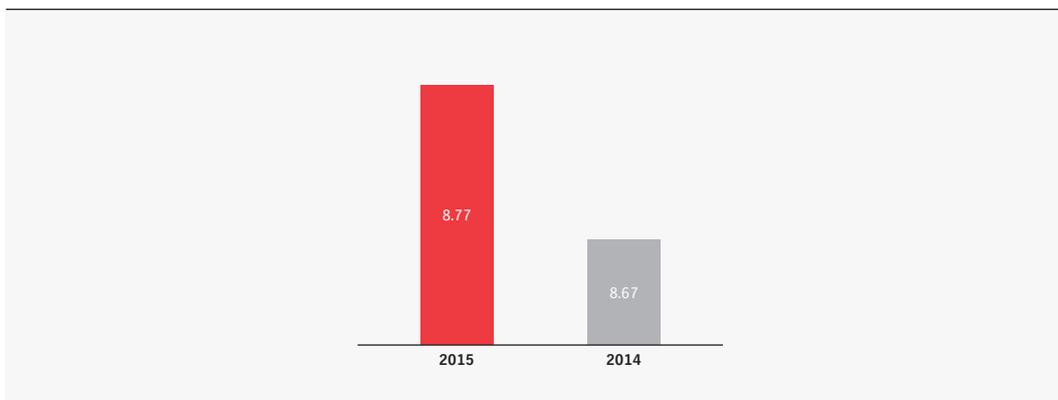
A Fidelidade Assistance opera no mercado segurador nacional, bem como nos PALOP, essencialmente como resseguradora nos ramos de Assistência e Proteção Jurídica, sendo que a maioria da sua faturação tem origem em Portugal.

Durante o ano de 2015, no âmbito da Assistência, prestou em termos médios 1.550 assistências diárias e recebeu mais de 877.000 contactos telefónicos com uma taxa de eficácia de 96,7%. No tocante à Proteção Jurídica, abriu 4.038 novos processos de sinistro e atendeu mais de 13.500 contactos telefónicos com uma taxa de eficácia de 97,3%.

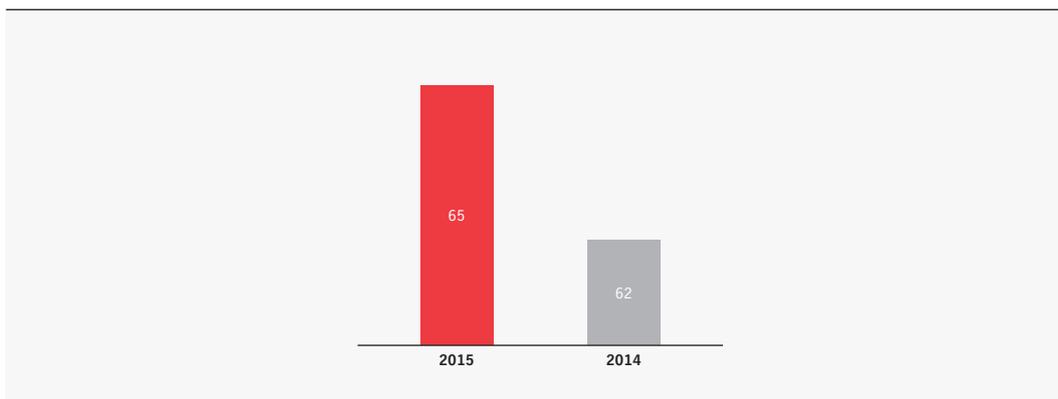
Mantém a sua postura de total compromisso com a inovação, apoiando os seus Clientes no lançamento de novos produtos, bem como mantém a firme aposta na internacionalização, alargando a sua intervenção nos mercados africanos.

A par de toda a evolução registada, a Fidelidade Assistance enquanto empresa certificada segundo o referencial da norma NP EN ISO 9001:2008, realça a sua focalização no serviço aos Segurados, tendo no ano de 2015 atingido um nível de Satisfação Global de 8,77 (escala de 1 a 10), um Net Promoter Score de 65 e fazendo baixar uma vez mais a taxa de reclamações.

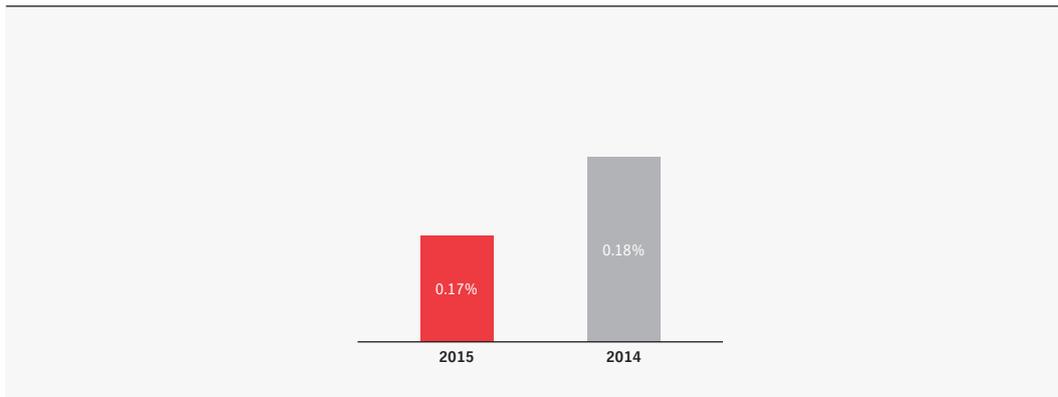
### Satisfação Global



### Net Promoter Score

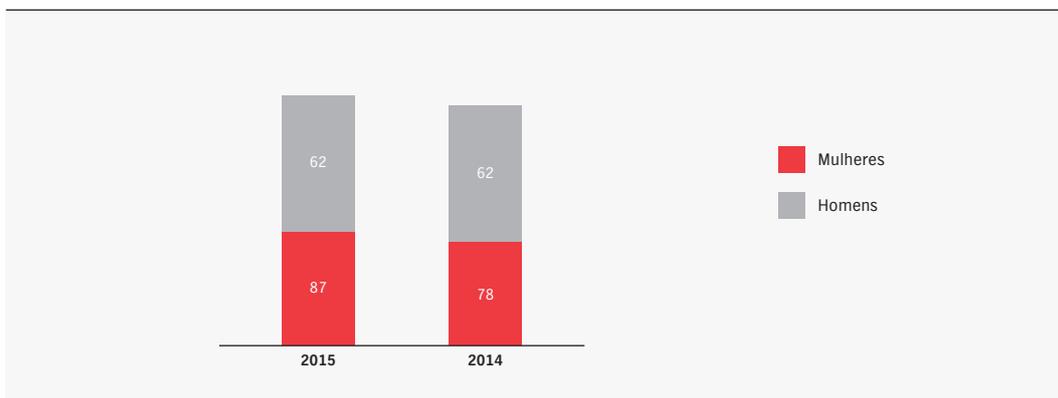


### Taxa de Reclamações



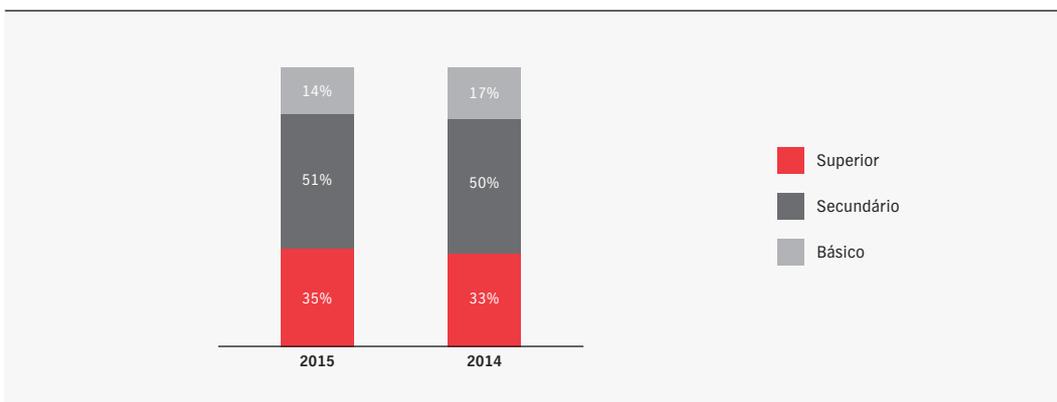
## 2.5. Recursos Humanos

Os recursos humanos, enquanto fator diferenciador das organizações, constituem uma área de atenção permanente Fidelidade Assistance com enfoque na valorização e motivação profissionais dos colaboradores e na utilização de adequados instrumentos para assegurar esses fins. Os sistemas de avaliação de desempenho utilizados, constituem uma importante ferramenta de gestão de recursos humanos, enquanto instrumento de aferição do cumprimento dos objetivos estratégicos, bem como de identificação de necessidades de formação.



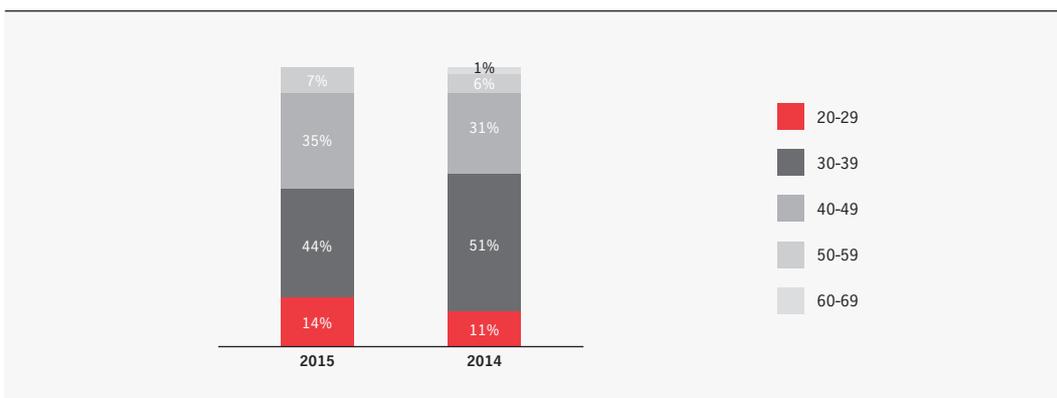
O aumento continuado do número de intervenções (565.441 assistências prestadas em 2015) da Fidelidade Assistance, obrigou a adequar o número de colaboradores às exigências de qualidade definidas internamente, registando-se um aumento de 9 colaboradores.

No tocante à formação académica salienta-se a tendência de aumento do nível de escolaridade, sendo que os colaboradores com formação básica representam agora 14% (-2,4 p.p. face a 2014).

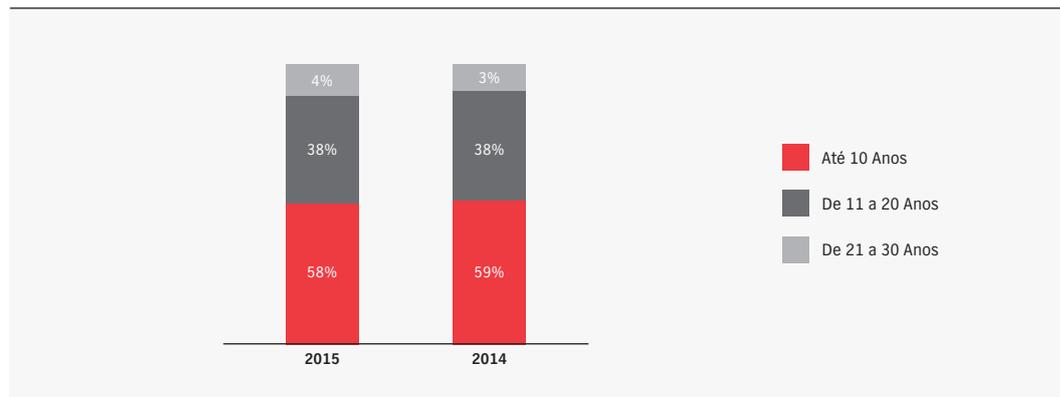


Ao nível da estrutura etária, a idade média do efetivo situou-se em 37,9 anos (face a 38,4 anos em 2014), salientando-se o facto de 58% da dotação ter idade inferior a 40 anos. Registou-se uma antiguidade média de 9,0 anos (face a 9,3 anos em 2014).

### Estrutura Etária



## Antiguidade



## 3. Visão Estratégica

A Fidelidade Assistência – Companhia de Seguros, S.A. assume-se de forma continuada como uma empresa inovadora na sua área de atuação, com uma orientação clara para três grandes objetivos, que funcionam como linhas de orientação permanente e norteadoras de todas as ações: criação de valor para o Acionista, melhoria da oferta e da qualidade de serviço aos Clientes; valorização e motivação dos Colaboradores.

Os macro objetivos fixados para o ano de 2015 foram os que abaixo se indicam:

I. Foco na manutenção de um resultado líquido de qualidade, através, designadamente:

- Assunção de padrões prudenciais de assunção de risco;
- Resultado técnico de qualidade;
- Diversificação da oferta de produtos;
- Trabalho continuado na melhoria da eficiência operacional e do controlo de custos.

II. Assunção de medidas para aumentar a eficiência da rede de prestadores, alavancando a qualidade do serviço prestado, associada a um esforço continuado na redução dos custos.

III. Continuação do aperfeiçoamento organizacional e de simplificação de processos.

IV. Forte aposta na atividade internacional visando o crescimento da receita processada.

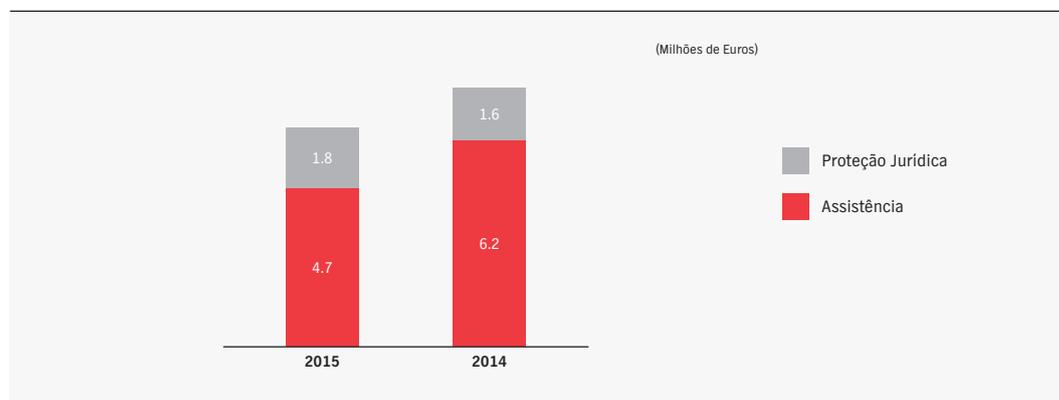
## 4. Análise Financeira

Da análise às Demonstrações Financeiras destacam-se os seguintes aspetos

### 4.1. Resultado Técnico

O resultado técnico atingiu no exercício de 2015 o montante de 6,5 milhões de euros, um decréscimo de 1,3 milhões de euros face ao exercício anterior. O decréscimo verificado reflete essencialmente a degradação do resultado da atividade financeira, bem como o aumento dos custos com sinistros, induzidos pelo crescimento da frequência de sinistralidade.

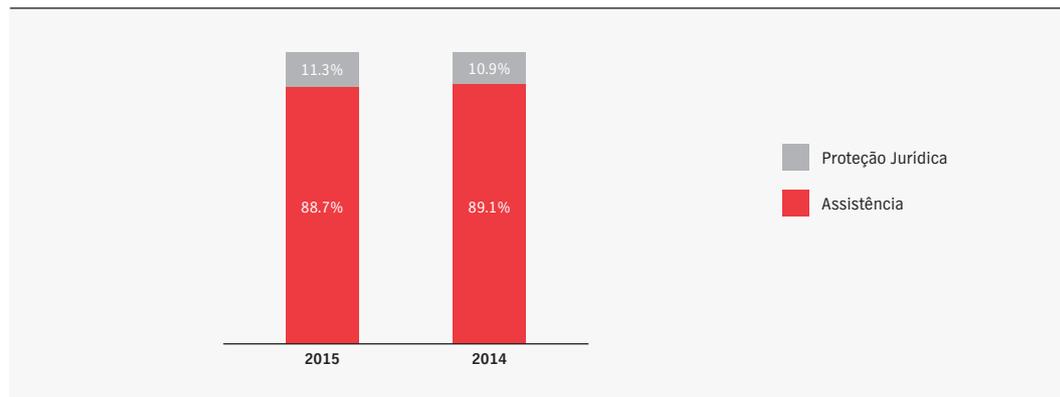
#### Resultado Técnico



Numa visão do resultado técnico por ramo verifica-se que, relativamente ao ano anterior, o Ramo Assistência apresenta uma variação negativa de 23,5% e o Ramo Proteção Jurídica uma melhoria de 7,9%.

O montante de prémios adquiridos (maioritariamente relativos a resseguro aceite) atingiu 42,7 milhões de euros, o que constitui um decréscimo de 0,3%. O decréscimo verificou-se ao nível do Ramo Assistência (-0,6%).

## Carteira de Prémios



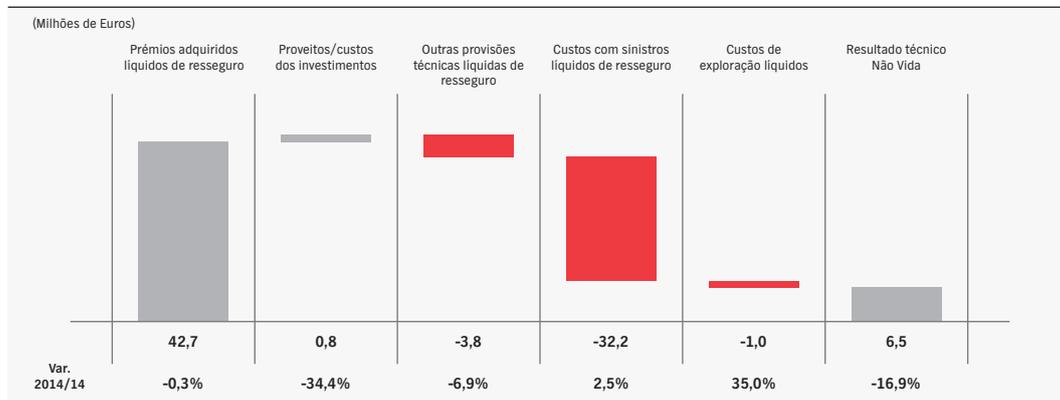
Os proveitos relativos a investimentos atingiram o montante de 0,8 milhões de euros, que constitui um decréscimo de 34,4% relativamente ao ano anterior.

Os custos com sinistros (antes da imputação dos custos por natureza) cresceram face ao ano anterior 4,4%, atingindo os 27,5 milhões de euros, que se traduz numa taxa de sinistralidade de 64,4%. Por sua vez, o valor da participação nos resultados às companhias cedentes decresceu face ao ano anterior 6,8%, atingindo os 3,8 milhões de euros. Assim, a margem técnica fixou-se nos 26,8%, ou seja, uma descida de 7,9%.

De referir o excelente comportamento da rubrica de custos por natureza a imputar, que atingiu em 2015 os 5,8 milhões de euros, constituindo um decréscimo de 2,0% relativamente a 2014.

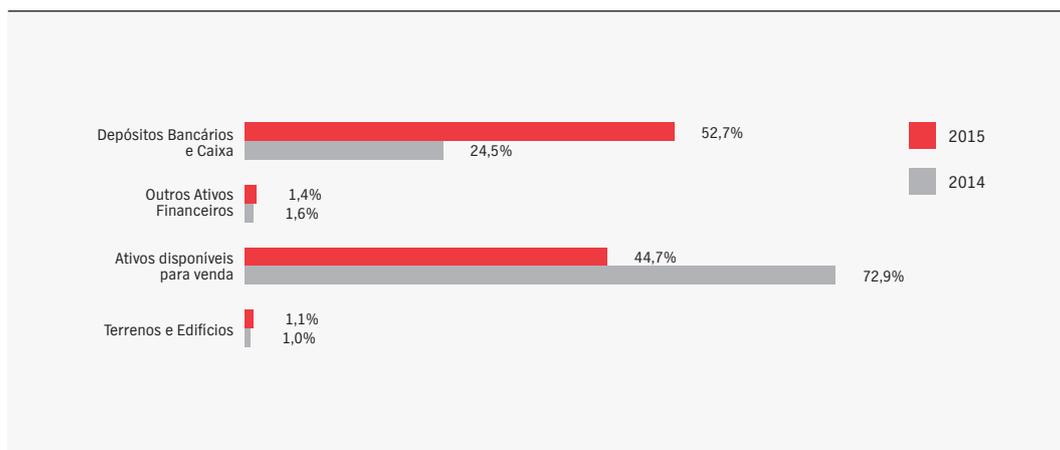
O resultado técnico de 6,5 milhões de euros apresenta a seguinte decomposição:

### Decomposição do Resultado Técnico Não Vida



## 4.2. Estrutura e Rentabilidade dos Rendimentos

A carteira de investimentos da Fidelidade Assistance, incluindo Depósitos Bancários e Caixa, ascende a 57,9 milhões de euros, um crescimento de 7,3% face ao encerramento do exercício anterior, sendo maioritariamente composta por Depósitos Bancários e Caixa e ações e títulos de dívida classificados como Ativos Disponíveis para Venda.



No exercício de 2015, a taxa média de rentabilidade da carteira afeta à representação das responsabilidades técnicas de resseguro aceite e de seguro direto foi de 2,6%, valor que constitui um decréscimo de 9,3%.

### 4.3. Resultados Líquidos e Capital Próprio

No exercício de 2015, a Companhia registou uma melhoria no seu resultado líquido de exploração, atingindo os 7,9 milhões de euros, um crescimento de 31,1%, face aos 6,0 milhões de euros obtidos no exercício anterior. O crescimento do resultado depende em exclusivo dos dividendos recebidos da sua subsidiária, no montante de 2,6 milhões de euros.

O Capital Próprio regista o valor de 25,6 milhões de euros, um aumento de 33,4% face ao ano anterior, resultante da não distribuição de dividendos ao acionista, relativos ao exercício de 2014.

### 4.4. Responsabilidades Técnicas e Solvência

As responsabilidades técnicas de resseguro aceite e seguro direto ascendem ao montante de 33,0 milhões de euros, correspondente a um decréscimo de 1,3 milhões de euros face ao ano anterior, refletindo essencialmente, à semelhança do exercício anterior, uma diminuição da provisão para sinistros.

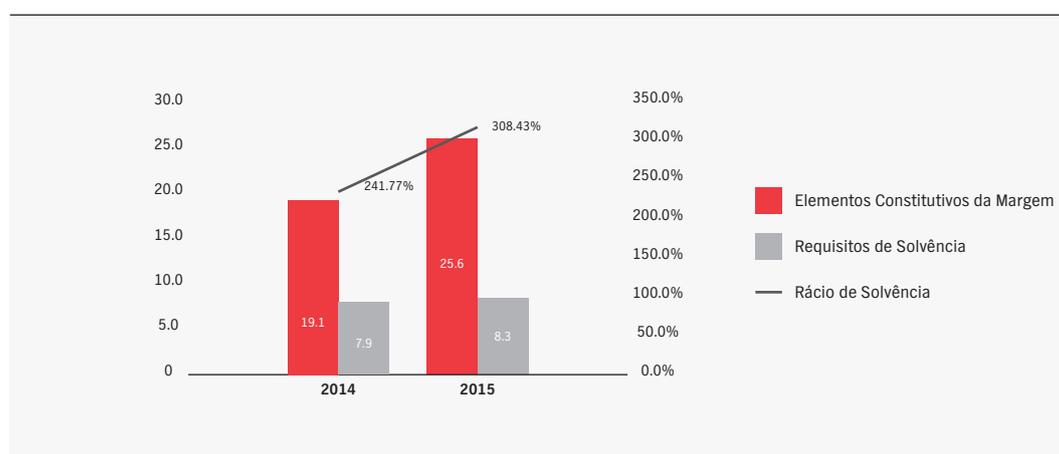
A Fidelidade Assistance registou em 2015 um montante de ativos afetos à representação das responsabilidades técnicas de resseguro aceite e de seguro direto de 34,7 milhões de euros, o que constitui um grau de cobertura de 105,3%, em linha com as orientações do grupo.

### Responsabilidades Técnicas Líquidas de Resseguro

(Milhões de Euros)

	2015	2014
Provisão para Prémios Não Adquiridos	18,7	17,7
Provisão para sinistros		
de Outros Ramos	14,2	16,5
Provisão para Riscos em Curso	0,0	0,0
Responsabilidades Técnicas de Resseguro Aceite e Seguro Direto	33,0	34,3
Investimentos afetos à representação	34,7	50,2
<b>Taxa de Cobertura</b>	<b>105,3%</b>	<b>146,5%</b>

O montante da margem de solvência exigível à Fidelidade Assistance era, em 2015, de 8,3 milhões de euros, enquanto os elementos constitutivos da mesma atingiram 25,6 milhões de euros, o que traduz um rácio de cobertura da margem de solvência de 308,4% que permite um elevado nível de segurança e preparação para as obrigações do Regime de Solvência II.



Assim, a Fidelidade Assistance tem inteiramente cobertas e adequadamente representadas as suas responsabilidades técnicas, bem como os níveis de margem de solvência e do fundo de garantia, excedendo, significativamente, os valores mínimos legalmente fixados.

## 5. Proposta de Aplicação de Resultados

O Resultado Líquido de Exploração no exercício de 2015 ascendeu ao montante de € 7.868.905,68. De acordo com o disposto no Código das Sociedades Comerciais, o Conselho de Administração propõe que o resultado tenha a seguinte aplicação:

Reserva Legal	€787 000,00
Remanescente à disposição da Assembleia Geral	€7 081 905,68

## 6. Perspetivas de Evolução

A Fidelidade Assistance, pela sua estreita ligação ao Grupo Fidelidade, assumirá em 2016 as mesmas linhas de orientação estratégicas, nomeadamente:

- I. Consolidação da liderança no mercado segurador nacional;
- II. Expansão da atividade a nível internacional;
- III. Otimização da gestão de ativos;
- IV. Reforço da organização.

Assim, a Fidelidade Assistance definiu para 2016 duas vertentes de atuação: por um lado, o foco no crescimento sustentado e rentável da atividade e, por outro, o aumento continuado na qualidade do serviço prestado aos Clientes e Segurados.

Nesse contexto, elencou um conjunto de cinco objetivos cuja prossecução envolverá todos os seus recursos:

- I. Obtenção de uma margem técnica superior a 15%;
- II. Obtenção de um rácio de despesas inferior a 15%;
- III. Obtenção de um rácio combinado inferior a 90%;
- IV. Garantir um Net Promoter Score superior 60;
- V. Reduzir a taxa de reclamações num mínimo de 10%.

## 7. Considerações Finais

Ao concluir o presente Relatório, o Conselho de Administração quer expressar o seu agradecimento a todos quantos contribuíram para o desenvolvimento e resultados atingidos, salientando particularmente:

- As autoridades de supervisão, em particular a Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, pelo especial acompanhamento do setor e intervenção oportuna;
- A Associação Portuguesa de Seguradores, pelo esforço de representação das empresas de seguros em áreas de interesse comum;
- Os elementos da Mesa da Assembleia-Geral, do Conselho Fiscal e da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, pelo interesse, disponibilidade e empenho demonstrados no acompanhamento e controlo da atividade da Companhia;
- Aos Acionistas pelo apoio concedido ao longo do exercício;
- Aos Clientes pela preferência com que distinguiram a Fidelidade Assistance e pelo estímulo permanente no sentido da melhoria da qualidade do serviço;
- Aos Fornecedores pelo apoio constantemente recebido;
- Aos Colaboradores que, com dedicação e profissionalismo, têm contribuído para a valorização e desenvolvimento da Companhia.

Lisboa, 23 de fevereiro de 2015

### **O Conselho de Administração**

Guangchang Guo - Presidente

João Nuno de Oliveira Jorge Palma - Vice-Presidente

Jorge Manuel Baptista Magalhães Correia - Vice-Presidente

Qunbin Wang - Vogal

Nuno Maria Pinto de Magalhães Fernandes Thomaz - Vogal

Michael Lee - Vogal

José Manuel Alvarez Quintero - Vogal

Francisco Xavier da Conceição Cordeiro - Vogal

Luis Filipe Mateus Alves - Vogal

Wai Lam William Mak - Vogal

José Pedro Cabral dos Santos - Vogal

Lan Kang - Vogal

Xiaoyong Wu - Vogal

Lingjiang Xu - Vogal

## Anexo ao Relatório do Conselho de Administração

### I. Relação dos acionistas que em 31/12/2015 detinham pelo menos 1/10 do Capital Social (Artigo 448, n.º 4 do Código das Sociedades Comerciais):

---

LongRun Portugal, SGPS, S.A.	1 200 000 Ações
Caixa Seguros e Saúde, SGPS, S.A.	300 000 Ações

---

### II. Ações detidas pelos membros dos órgãos de administração e fiscalização em 31/12/2015 (Artigo 447º, n.º 5, do Código das Sociedades Comerciais):

Nenhuma

### III. Outros deveres de relatar

Não há nada a relatar, no que diz respeito aos deveres de informação previstos nas alíneas b), d), e) e g) do nº 5 do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais.

**02**

DEMONSTRAÇÕES  
FINANCEIRAS

# Balanços em 31 de dezembro de 2015 e 2014

Nº de Identificação Fiscal: 503 411 515

(Valores em Euros)

Balanço	Notas do Anexo	31/12/2015			31/12/2014
		Valor bruto	Imparidade, depreciações / amortizações ou ajustamentos	Valor Líquido	
<b>ATIVO</b>					
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	5 e 7	20 525 390	-	20 525 390	8 157 414
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	5 e 6	520 250	-	520 250	519 048
Ativos financeiros detidos para negociação		-	-	-	-
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor					
através de ganhos e perdas	5	303 913	-	303 913	320 996
Derivados de cobertura		-	-	-	-
Ativos financeiros disponíveis para venda	5	25 923 048	(46 800)	25 876 248	39 333 670
Empréstimos e contas a receber					
Depósitos junto de empresas cedentes	5	-	-	-	-
Outros depósitos	5	10 000 042	-	10 000 042	5 073 361
Empréstimos concedidos		-	-	-	-
Contas a receber		-	-	-	-
Outros		-	-	-	-
Ativos financeiros a deter até à maturidade	5	-	-	-	-
Terrenos e edifícios					
Terrenos e edifícios de uso próprio		-	-	-	-
Terrenos e edifícios de rendimento	8	653 700	-	653 700	520 000
Outros ativos tangíveis	9	1 074 857	(1 035 889)	38 968	56 776
Inventários		-	-	-	-
Goodwill		-	-	-	-
Outros ativos intangíveis	11	297 719	(270 583)	27 136	54 272
Provisões técnicas de resseguro cedido					
Provisão para prémios não adquiridos		-	-	-	-
Provisão matemática do ramo vida		-	-	-	-
Provisão para sinistros		-	-	-	-
Provisão para participação nos resultados		-	-	-	-
Provisão para estabilização de carteira		-	-	-	-
Outras provisões técnicas		-	-	-	-
Ativos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo		-	-	-	-
Outros devedores por operações de seguros e outras operações					
Contas a receber por operações de seguro direto	5	-	-	-	299
Contas a receber por outras operações de resseguro	5	1 815 247	-	1 815 247	1 647 720
Contas a receber por outras operações	5	249 854	-	249 854	112 770
Ativos por impostos					
Ativos por impostos correntes	21	210 152	-	210 152	4 240
Ativos por impostos diferidos	21	143 264	-	143 264	157 425
Acréscimos e diferimentos	26	66 104	-	66 104	202 805
<b>TOTAL ATIVO</b>		<b>61 783 540</b>	<b>(1 353 272)</b>	<b>60 430 268</b>	<b>56 160 796</b>

# Balanços em 31 de dezembro de 2015 e 2014

Nº de Identificação Fiscal: 503 411 515

(Valores em Euros)

Balanço	Notas do Anexo	2015	2014
<b>PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO</b>			
<b>PASSIVO</b>			
Provisões técnicas			
Provisão para prémios não adquiridos	4	18 740 358	17 713 065
Provisão matemática do ramo vida		-	-
Provisão para sinistros			
De vida		-	-
De acidentes de trabalho		-	-
De outros ramos	4	14 214 307	16 541 463
Provisão para participação nos resultados	4	-	-
Provisão para compromissos de taxa		-	-
Provisão para estabilização de carteira		-	-
Provisão para desvios de sinistralidade		-	-
Provisão para riscos em curso	4	1 153	976
Outras provisões técnicas		-	-
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento		-	-
Outros passivos financeiros		-	-
Derivados de cobertura		-	-
Passivos subordinados		-	-
Depósitos recebidos de resseguradores		-	-
Outros		-	-
Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	20	157 997	12 315
Outros credores por operações de seguros e outras operações			
Contas a pagar por operações de seguro direto	5	-	27
Contas a pagar por outras operações de resseguro	5	-	61 306
Contas a pagar por outras operações	5	260 404	261 108
Passivos por impostos			
Passivos por impostos correntes	21	177 867	117 338
Passivos por impostos diferidos	21	65 378	572 298
Acréscimos e diferimentos	26	908 805	1 156 276
Outras provisões	12	298 841	525 682
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>34 825 110</b>	<b>36 961 854</b>
<b>CAPITAL PRÓPRIO</b>			
Capital	22	7 500 000	7 500 000
(Ações Próprias)		-	-
Outros instrumentos de capital		-	-
Reservas de reavaliação	23		
Por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros	23	264 116	2 230 104
Por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio		-	-
Por revalorização de ativos intangíveis		-	-
Por revalorização de outros ativos tangíveis		-	-
De diferenças de câmbio		-	-
Reserva por impostos diferidos	23	(65 378)	(568 677)
Outras reservas	23	9 921 185	3 956 194
Resultados transitados	23	116 329	78 700
Resultado líquido do exercício	23	7 868 906	6 002 621
<b>TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO</b>		<b>25 605 158</b>	<b>19 198 942</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO</b>		<b>60 430 268</b>	<b>56 160 796</b>

# Contas de Ganhos e Perdas para os Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

Nº de Identificação Fiscal: 503 411 515

(Valores em Euros)

Conta de Ganhos e Perdas	Notas do Anexo	2015			2014
		Técnica Não Vida	Não Técnica	Total	Total
Prémios emitidos líquidos de resseguro					
Prémios brutos emitidos	13	43 722 540	-	43 722 540	42 518 862
Prémios de resseguro cedido	13	-	-	-	-
Provisão para prémios não adquiridos (variação)	13	(1 072 029)	-	(1 072 029)	255 474
Provisão para prémios não adquiridos, parte resseguradores (variação)		-	-	-	-
Comissões de contratos de seguro e operações considerado para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ou como contratos de prestação de serviços		-	-	-	-
Custos com sinistros, líquidos de resseguro					
Montantes pagos					
Montantes brutos	4	(34 557 813)	-	(34 557 813)	(33 782 020)
Parte dos resseguradores	4	-	-	-	-
Provisão para sinistros (variação)					
Montante bruto	4	2 319 475	-	2 319 475	2 339 219
Parte dos resseguradores	4	-	-	-	-
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro		(177)	-	(177)	(976)
Provisão matemática do ramo vida, líquida de resseguro		-	-	-	-
Montante bruto		-	-	-	-
Parte dos resseguradores		-	-	-	-
Participação nos resultados, líquida de resseguro	4	(3 750 552)	-	(3 750 552)	(4 026 004)
Custos e gastos de exploração líquidos					
Custos de aquisição	18	(285 165)	-	(285 165)	(186 036)
Custos de aquisição diferidos (variação)	18	44 736	-	44 736	45 505
Gastos administrativos	18	(761 782)	-	(761 782)	(601 939)
Comissões e participação nos resultados de resseguro		-	-	-	-
Rendimentos					
De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	14	972 660	42	972 702	1 231 155
De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas		-	-	-	-
Outros	14	8	2 624 914	2 624 922	482
Gastos financeiros					
De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas		-	-	-	-
De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas		-	-	-	-
Outros	18	(22 720)	-	(22 720)	(25 471)
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas					
De ativos disponíveis para venda	15	(229 372)	-	(229 372)	71 397
De empréstimos e contas a receber		-	-	-	-
De investimentos a deter até à maturidade		-	-	-	-
De passivos financeiros valorizados a custo amortizado		-	-	-	-
De outros		-	-	-	-
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas					
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros detidos para negociação		-	-	-	-
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros					
classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	16	(11 208)	-	(11 208)	47 321
Diferenças de câmbio	17	-	-	-	-
Ganhos líquidos pela venda de ativos não financeiros que não estejam classificados como ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas	8 e 16	133 700	-	133 700	(40 000)
Perdas de imparidade (líquidas de reversões)					

(Continuação)

(Valores em Euros)

Conta de Ganhos e Perdas	Notas do Anexo	2015			2014
		Técnica Não Vida	Não Técnica	Total	Total
De ativos disponíveis para venda	5 e 16	1 023	-	1 023	(148)
De empréstimos e contas a receber valorizados a custo amortizado		-	-	-	-
De investimentos a deter até à maturidade	5	-	-	-	-
De outros		-	-	-	-
Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro		-	-	-	-
Outras provisões (variação)	12	-	-	-	-
Outros rendimentos/gastos			491 739	491 739	344 248
Goodwill negativo reconhecido imediatamente em ganhos e perdas		-	-	-	-
Ganhos e perdas de associadas e empreendimentos conjuntos					
contabilizados pelo método da equivalência patrimonial		-	-	-	-
Ganhos e perdas de ativos não correntes (ou grupos para					
alienação) classificados como detidos para venda		-	-	-	-
<b>RESULTADO LÍQUIDO ANTES DE IMPOSTOS</b>		<b>6 503 324</b>	<b>3 116 695</b>	<b>9 620 019</b>	<b>8 191 069</b>
Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos correntes	21	-	(1 740 575)	(1 740 575)	(2 197 910)
Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos diferidos	21	-	(10 538)	(10 538)	9 462
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>		<b>6 503 324</b>	<b>1 365 582</b>	<b>7 868 906</b>	<b>6 002 621</b>

## Demonstração de Variações do Capital Próprio para os Exercícios findos em dezembro de 2015 e 2014

Nº de Identificação Fiscal: 503 411 515

(Valores em Euros)

	Notas do Anexo	Capital Social	Reservas de reavaliação			Reserva por impostos diferidos
			Por ajustamentos no justo valor de investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	Por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda	De diferenças de câmbio	
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2013</b>		<b>7 500 000</b>	-	<b>1 671 341</b>	-	<b>(459 619)</b>
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda	23	-	-	558 763	-	-
Ganhos líquidos por diferenças por taxa de câmbio		-	-	-	-	-
Ajustamentos por reconhecimento de impostos diferidos	23	-	-	-	-	(109 058)
Aumentos de reservas por aplicação de resultados	23	-	-	-	-	-
Distribuição de lucros/prejuízos	23	-	-	-	-	-
Resultado líquido do exercício		-	-	-	-	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2014</b>		<b>7 500 000</b>	-	<b>2 230 104</b>	-	<b>(568 677)</b>
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda	23	-	-	(1 965 988)	-	-
Ganhos líquidos por diferenças por taxa de câmbio		-	-	-	-	-
Ajustamentos por reconhecimento de impostos diferidos	23	-	-	-	-	503 299
Aumentos de reservas por aplicação de resultados	23	-	-	-	-	-
Distribuição de lucros/prejuízos	23	-	-	-	-	-
Total das variações do capital próprio		-	-	(1 965 988)	-	503 299
Resultado líquido do exercício		-	-	-	-	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2015</b>		<b>7 500 000</b>	-	<b>264 116</b>	-	<b>(65 378)</b>

(Continuação)

(Valores em Euros)

	Outras Reservas		Resultados transitados	Resultado líquido do exercício	Total
	Reserva legal	Outras reservas			
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2013</b>	<b>3 340 203</b>	<b>7 489 450</b>	<b>51 833</b>	<b>6 186 783</b>	<b>25 779 991</b>
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	-	558 763
Ganhos líquidos por diferenças por taxa de câmbio	-	-	-	-	-
Ajustamentos por reconhecimento de impostos diferidos	-	-	-	-	(109 058)
Aumentos de reservas por aplicação de resultados	615 991	-	26 867	(642 858)	-
Distribuição de lucros/prejuízos	-	(7 489 450)	-	(5 543 925)	(13 033 375)
Resultado líquido do exercício	-	-	-	6 002 621	6 002 621
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2014</b>	<b>3 956 194</b>	<b>-</b>	<b>78 700</b>	<b>6 002 621</b>	<b>19 198 942</b>
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	-	(1 965 988)
Ganhos líquidos por diferenças por taxa de câmbio	-	-	-	-	-
Ajustamentos por reconhecimento de impostos diferidos	-	-	-	-	503 299
Aumentos de reservas por aplicação de resultados	601 000	5 363 991	37 629	(6 002 621)	-
Distribuição de lucros/prejuízos	-	-	-	-	-
Total das variações do capital próprio	601 000	5 363 991	37 629	(6 002 621)	(1 462 690)
Resultado líquido do exercício	-	-	-	7 868 906	7 868 906
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>4 557 194</b>	<b>5 363 991</b>	<b>116 329</b>	<b>7 868 906</b>	<b>25 605 158</b>

## Demonstrações do Rendimento Integral para os Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

Nº de Identificação Fiscal: 503 411 515

(Valores em Euros)

	2015	2014
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	<b>7 868 906</b>	<b>6 002 621</b>
Varição em valias potenciais de ativos financeiros disponíveis para venda:		
Valor bruto	(1 965 988)	558 763
Imposto diferido	503 299	(109 058)
Varição em valias cambiais	-	-
<b>RENDIMENTO RECONHECIDO DIRETAMENTE NO CAPITAL PRÓPRIO</b>	<b>(1 462 689)</b>	<b>449 705</b>
<b>TOTAL DOS RENDIMENTOS E GASTOS RECONHECIDOS NO EXERCÍCIO</b>	<b>6 406 217</b>	<b>6 452 326</b>

# Demonstrações dos Fluxos de Caixa para os Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

Nº de Identificação Fiscal: 503 411 515

(Valores em Euros)

	2015	2014
<b>ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
Resultado líquido do exercício	7 868 906	6 002 621
Amortizações	64 492	69 933
Variação de provisões	(1 380 843)	(2 690 701)
Resultados financeiros	(3 469 047)	(1 284 734)
(Aumento)/Diminuição das dívidas de terceiros	(510 225)	529 847
Aumento/(Diminuição) das dívidas a terceiros	(1 509)	(566 254)
(Aumento)/Diminuição dos custos diferidos	136 702	(15 318)
(Aumento)/Diminuição dos acréscimos de proveitos	-	34
Aumento/(Diminuição) dos acréscimos de custos	(247 471)	487 876
Aumento/(Diminuição) dos impostos diferidos	10 538	(9 462)
Fluxos das atividades operacionais (1)	2 471 543	2 523 842
<b>ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>		
Recebimentos provenientes de:		
Investimentos financeiros	6 446 934	6 114 574
Juros e proveitos similares	3 469 047	1 284 734
	<b>9 915 981</b>	<b>7 399 308</b>
Pagamentos respeitantes a:		
Imobilizações corpóreas	19 548	53 605
Imobilizações incorpóreas	-	81 404
	<b>19 548</b>	<b>135 009</b>
Fluxos das atividades de investimento (2)	9 896 433	7 264 299
<b>ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>		
Pagamentos respeitantes a:		
Dividendos	-	13 033 375
	-	<b>13 033 375</b>
Fluxos das atividades de financiamento (3)	-	(13 033 375)
Variação de caixa e seus equivalentes (4)=(1)+(2)+(3)	12 367 976	(3 245 234)
Efeito das diferenças de câmbio		
Caixa e seus equivalentes no início do período	8 157 414	11 402 648
Caixa e seus equivalentes no fim do período	20 525 390	8 157 414

**03**

ANEXO ÀS  
DEMONSTRAÇÕES  
FINANCEIRAS

## 1. Constituição e Atividade

A Fidelidade Assistência – Companhia de Seguros, S.A. (Companhia) foi constituída em 16 de março de 1995 com a denominação social de “Companhia de Seguros Tagus – Seguros de Assistência, S.A.”, alterada para “CARES – Companhia de Seguros de Assistência, S.A.” em 31 de março de 1998. Em 23 de abril de 2002, a denominação social foi alterada para CARES – Companhia de Seguros, S.A. Em 11 de maio de 2015, a denominação social foi alterada para a atual.

A Companhia, pessoa coletiva n.º 503.411.515 matriculada na Conservatória do Registo Comercial sob o mesmo número, tem sede em Lisboa, na Avenida José Malhoa n.º 13, 7.º andar.

A Companhia tem como objeto social o exercício da atividade de seguros nos ramos de Assistência e Proteção Jurídica, para a qual obteve as devidas autorizações da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF).

Em 2014, decorreu o processo de privatização do capital social da Fidelidade Assistência, nos termos do Decreto - Lei n.º 80/2013, de 12 de junho, no âmbito do qual a Longrun Portugal, SGPS, S.A., adquiriu à Caixa Seguros e Saúde, SGPS, S.A., 1.200.000 ações representativas de 80% do capital social e direitos de voto da Fidelidade Assistência, em resultado da operação de venda direta a um investidor que se tornou o acionista de referência da Fidelidade Assistência, passando a integrar o Grupo Fosun.

As demonstrações financeiras da Companhia em 31 de dezembro de 2015 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 23 de fevereiro de 2016 e estão pendentes de aprovação pela Assembleia Geral. No entanto, o Conselho de Administração da Companhia admite que as demonstrações financeiras venham a ser aprovadas sem alterações significativas.

## 2. Informação por Segmentos

Nos exercícios de 2015 e 2014 todos os prémios brutos emitidos são provenientes de contratos celebrados maioritariamente em Portugal.

Nos exercícios de 2015 e 2014 a distribuição dos resultados por linhas de negócio é a seguinte:

(Valores em Euros)

Rubricas	2015		
	Ramos Não Vida		
	Diversos		
	Proteção Jurídica	Assistência	Total
Prémios brutos emitidos	4 846 702	38 875 838	43 722 540
Prémios adquiridos de resseguro cedido	-	-	-
Prémios brutos adquiridos	4 779 089	37 871 422	42 650 511
Resultado dos investimentos	245 008	599 083	844 091
Custos com sinistros brutos	(605 367)	(31 632 971)	(32 238 338)
Custos de exploração brutos	(107 797)	(894 414)	(1 002 211)
Participação nos resultados	(2 541 179)	(1 209 373)	(3 750 552)
Variação da provisão para riscos em curso	-	(177)	(177)
<b>Resultado técnico</b>	<b>1 769 754</b>	<b>4 733 570</b>	<b>6 503 324</b>
Ativos afetos		34 732 560	
Provisões técnicas	8 768 865	24 186 953	32 955 818

(Valores em Euros)

Rubricas	2014		
	Ramos Não Vida		
	Diversos		Total
Proteção Jurídica	Assistência		
Prémios brutos emitidos	4 759 511	37 759 351	42 518 862
Prémios adquiridos de resseguro cedido	-	-	-
Prémios brutos adquiridos	4 678 070	38 096 266	42 774 336
Resultado dos investimentos	363 501	902 876	1 266 377
Custos com sinistros brutos	(923 742)	(30 519 059)	(31 442 801)
Custos de exploração brutos	(79 214)	(663 256)	(742 470)
Participação nos resultados	(2 398 333)	(1 627 671)	(4 026 004)
Variação da provisão para riscos em curso	-	(976)	(976)
<b>Resultado técnico</b>	<b>1 640 282</b>	<b>6 188 180</b>	<b>7 828 462</b>
Ativos afetos		50 221 343	
Provisões técnicas	9 473 428	24 782 076	34 255 504

### 3. Base de Preparação das Demonstrações Financeiras e das Políticas Contabilísticas

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas de acordo com os princípios estabelecidos no Plano de Contas para as Empresas de Seguros (PCES), aprovado pela Norma nº 4/2007 - R, de 27 de abril, com as alterações introduzidas pela Norma nº 20/2007- R, de 31 de dezembro, ambas da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões ("ASF"), e com as restantes normas regulamentares emitidas por este organismo.

O normativo consagrado no Plano de Contas para as Empresas de Seguros corresponde em geral às Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS), conforme adotadas pela União Europeia, de acordo com o Regulamento (CE) nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho, transposto para o ordenamento nacional pelo Decreto-Lei nº 35/2005, de 17 de fevereiro, exceto no que se refere à aplicação da IFRS 4 - "Contratos de seguros", relativamente à qual apenas foram adotados os princípios de classificação do tipo de contrato de seguro.

### 3.1. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras são as seguintes:

#### a) Princípio da especialização de exercícios

Os proveitos e os custos são reconhecidos contabilisticamente em função do período em que ocorrem as transações que lhes estão subjacentes, independentemente do momento em que se efetuam as cobranças e os pagamentos.

Dado que os prémios são registados como proveitos no momento da emissão ou renovação das respetivas apólices e os sinistros quando são participados pelos segurados, é necessário efetuar as respetivas periodificações de proveitos e custos. Estas periodificações afetam, basicamente, as seguintes rubricas:

##### i) Provisão para prémios não adquiridos

A provisão para prémios não adquiridos corresponde ao valor dos prémios brutos emitidos de contratos de seguro imputáveis a exercícios seguintes, ou seja, à parte correspondente ao período desde a data de encerramento do balanço até ao final do período a que o prémio se refere.

Esta provisão é determinada por aplicação do método "Pró-rata temporis" aos prémios brutos emitidos de seguro direto e resseguro aceite.

As despesas incorridas com a aquisição de contrato de seguro e as restantes despesas imputadas à função de aquisição, são diferidas ao longo do período a que se referem, sendo reconhecidas como uma dedução ao valor das provisões técnicas de contratos de seguros e refletidas na rubrica de provisões para prémios não adquiridos.

De acordo com o previsto pelas normas da ASF, os custos de aquisição diferidos para cada ramo técnico não podem ultrapassar 20% dos respetivos prémios diferidos.

##### ii) Provisão para riscos em curso

É calculada para todos os seguros não vida e destina-se a fazer face às situações em que os prémios imputáveis a exercícios seguintes relativos aos contratos em vigor à data das demonstrações financeiras não sejam suficientes para pagar as indemnizações e despesas imputáveis aos respetivos ramos técnicos. Esta provisão é calculada com base nos rácios de sinistralidade, de custos de exploração, de cedência e de rendimentos, em conformidade com o definido pela ASF.

### iii) Provisão para sinistros

Reflete a estimativa das responsabilidades da Companhia por sinistros pendentes de liquidação à data do balanço, bem como das responsabilidades globais relativas aos sinistros ocorridos e não participados (IBNR) até à data das demonstrações financeiras. Esta provisão incorpora também a estimativa de despesas a incorrer com regularização de sinistros.

O cálculo da provisão para sinistros declarados é efetuado através da estimativa sinistro a sinistro, considerando uma margem de prudência, sendo deduzido ao valor das responsabilidades apuradas o montante dos custos já pagos relativamente a esses sinistros.

A provisão para sinistros ocorridos e não participados (IBNR) é constituída com base em elementos estatísticos referentes à atividade da Companhia.

Na sequência da Circular nº 28/2004, de 17 de novembro, da ASF, a Companhia regista uma provisão para despesas de regularização de sinistros, determinada com base no rácio entre as despesas gerais incorridas pela Companhia e o número de processos geridos, aplicado ao número de sinistros que se encontram em aberto no final do exercício, acrescido da estimativa de sinistros IBNR.

As provisões para sinistros registadas pela Companhia não são descontadas.

### iv) Provisão para participação nos resultados

A maioria dos contratos de resseguro celebrados com as companhias cedentes prevê uma participação nos resultados técnicos da Companhia.

Na generalidade, a provisão para participação nos resultados corresponde a uma percentagem no resultado técnico da Companhia (prémios adquiridos deduzidos dos custos com sinistros e dos custos de gestão), se positivo. Os resultados técnicos negativos são transportados para o exercício seguinte, a crédito da Companhia.

## **b) Investimentos em filiais**

As filiais são registadas pelo seu custo de aquisição, deduzido de eventuais perdas por imparidade.

**c) Outros ativos tangíveis**

Os outros ativos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das respetivas amortizações acumuladas.

As amortizações são calculadas numa base sistemática ao longo da vida útil estimada do bem, a qual corresponde ao período em que se espera que o ativo esteja disponível para uso que é:

	Anos de vida útil
Equipamento administrativo	1 – 8
Equipamento informático	3
Instalações interiores	10
Material de transporte	4
Outro equipamento	8

**d) Instrumentos financeiros****Ativos financeiros**

Os ativos financeiros são registados na data de contratação pelo respetivo justo valor. No caso de ativos financeiros registados ao justo valor através de resultados, os custos diretamente atribuíveis à transação são registados nas rubricas “Gastos de investimentos diretos” e em “Comissões por operações de títulos e investimentos”. Nas restantes situações, estes custos são acrescidos ao valor do ativo. Quando do reconhecimento inicial estes ativos são classificados numa das seguintes categorias definidas na Norma IAS 39:

**i) Ativos financeiros ao justo valor através de resultados**

Esta categoria inclui:

- Ativos financeiros detidos para negociação, que correspondem essencialmente a títulos adquiridos com o objetivo de realização de ganhos como resultado de flutuações de curto prazo nos preços de mercado. Incluem-se também nesta categoria os instrumentos financeiros derivados, excluindo aqueles que cumpram os requisitos de contabilidade de cobertura;

- Ativos financeiros classificados de forma irrevogável no seu reconhecimento inicial como ao justo valor através de resultados (“Fair Value Option”). Esta designação encontra-se limitada a situações em que a sua adoção resulte na produção de informação financeira mais relevante, nomeadamente:

- Caso a sua aplicação elimine ou reduza de forma significativa uma inconsistência no reconhecimento ou mensuração (“accounting mismatch”) que, caso contrário, ocorreria em resultado de mensurar ativos e passivos relacionados ou reconhecer ganhos e perdas nos mesmos de forma inconsistente;

- Grupos de ativos financeiros, passivos financeiros ou ambos que sejam geridos e o seu desempenho avaliado com base no justo valor, de acordo com estratégias de gestão de risco e de investimento formalmente documentadas e a informação sobre os mesmos seja distribuída internamente aos órgãos de gestão.

Adicionalmente, é possível classificar nesta categoria instrumentos financeiros que contenham um ou mais derivados embutidos, a menos que:

- Os derivados embutidos não modifiquem significativamente os fluxos de caixa que de outra forma seriam produzidos pelo contrato;

- Fique claro, com pouca ou nenhuma análise, que a separação dos derivados implícitos não deve ser efetuada.

Os ativos financeiros classificados nesta categoria são registados ao justo valor, sendo os ganhos e perdas gerados pela valorização subsequente refletidos em resultados do exercício, na rubrica “Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas”.

## ii) Ativos financeiros disponíveis para venda

Esta categoria inclui os seguintes instrumentos financeiros aqui registados quando do reconhecimento inicial:

- Títulos de rendimento variável não classificados como ativos financeiros ao justo valor através de resultados, incluindo instrumentos de capital detidos com caráter de estabilidade;

- Obrigações e outros instrumentos de dívida aqui classificados no reconhecimento inicial;

- Unidades de participação em fundos de investimento.

Os ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados ao justo valor, com exceção de instrumentos de capital não cotados num mercado ativo e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade, os quais permanecem registados ao custo. Os ganhos ou perdas resultantes da reavaliação são registados diretamente em capitais próprios, na “Reserva de justo valor”. No momento da venda, ou caso seja determinada imparidade, as variações acumuladas no justo valor são transferidas para proveitos ou custos do exercício, sendo registadas nas rubricas de “Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas” ou “Perdas de imparidade (líquidas de reversão)”, respetivamente.

Os juros relativos a instrumentos de dívida classificados nesta categoria são determinados com base no método da taxa efetiva, sendo reconhecidos em “Rendimentos”, da demonstração de ganhos e perdas.

Os dividendos de instrumentos de capital classificados nesta categoria são registados como proveitos na rubrica “Rendimentos”, quando é estabelecido o direito da Companhia ao seu recebimento.

### iii) Empréstimos e contas a receber

São ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados num mercado ativo. Esta categoria inclui depósitos junto de empresas cedentes, empréstimos concedidos, depósitos em instituições de crédito e ainda valores a receber pela prestação de serviços ou alienação de bens, registados em “Outros devedores por operações de seguros e outras operações”.

No reconhecimento inicial estes ativos são registados pelo seu justo valor, deduzido de eventuais comissões incluídas na taxa efetiva, e acrescido de todos os custos incrementais diretamente atribuíveis à transação. Subsequentemente, estes ativos são reconhecidos em balanço ao custo amortizado, deduzido de perdas por imparidade. Os juros são reconhecidos com base no método da taxa efetiva.

### iv) Investimentos a deter até à maturidade

Nesta categoria são classificados títulos com pagamentos fixos ou determináveis e com data de vencimento definida, que a Companhia tem intenção e capacidade de deter até ao seu vencimento.

Estes ativos financeiros encontram-se registados pelo custo amortizado, deduzido de perdas por imparidade. De acordo com este método, o valor do instrumento financeiro em cada data de balanço corresponde ao seu custo inicial, deduzido de reembolsos de capital efetuados e de perdas por imparidade e ajustado pela amortização, com base no método da taxa efetiva, de qualquer diferença entre o custo inicial e o valor de reembolso.

Os juros são reconhecidos com base no método da taxa efetiva, que permite calcular o custo amortizado e repartir os juros ao longo do período das operações. A taxa efetiva é aquela que, sendo utilizada para descontar os fluxos de caixa futuros estimados associados ao instrumento financeiro, permite igualar o seu valor atual ao valor do instrumento financeiro na data do reconhecimento inicial.

### **Justo valor**

Conforme acima referido, os ativos financeiros registados nas categorias de Ativos financeiros ao justo valor através de ganhos e perdas e Ativos financeiros disponíveis para venda são valorizados pelo justo valor.

O justo valor de um instrumento financeiro corresponde ao preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago para transferir um passivo numa transação ordenada entre participantes no mercado à data da mensuração.

O justo valor de ativos financeiros é determinado por um órgão da Companhia independente da função de negociação, com base em:

- Cotação de fecho na data de balanço, para instrumentos transacionados em mercados ativos;
- Relativamente a instrumentos de dívida não transacionados em mercados ativos (incluindo títulos não cotados ou com reduzida liquidez) são utilizados métodos e técnicas de valorização, que incluem:
  - Preços (bid prices) difundidos por meios de difusão de informação financeira, nomeadamente a Bloomberg e a Reuters, incluindo preços de mercado disponíveis para transações recentes;
  - Cotações indicativas (bid prices) obtidas junto de instituições financeiras que funcionem como market-makers;
  - Modelos internos de valorização, os quais têm em conta os dados de mercado que seriam utilizados na definição de um preço para o instrumento financeiro, refletindo as taxas de juro de mercado e a volatilidade, bem como a liquidez e o risco de crédito associado ao instrumento.
- Os restantes instrumentos de capital não cotados e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade (por exemplo, pela inexistência de transações recentes) são mantidos ao custo, deduzido de eventuais perdas por imparidade.

**e) Reclassificação de ativos financeiros entre categorias**

A Companhia poderá reclassificar ativos financeiros não derivados com pagamentos fixos ou determináveis e maturidade definida da categoria de ativos financeiros disponíveis para venda para a categoria de ativos financeiros detidos até à maturidade, desde que tenha a intenção e capacidade de deter esses ativos financeiros até à maturidade.

As reclassificações entre estas categorias são efetuadas pelo justo valor dos ativos financeiros reclassificados à data da reclassificação. A diferença entre o justo valor e o respetivo valor nominal, bem como a reserva de justo valor à data da reclassificação são reconhecidas escalonadamente na conta de ganhos e perdas até à maturidade, com base no método da taxa efetiva.

**f) Imparidade de ativos financeiros**

A Companhia efetua periodicamente análises de imparidade dos seus ativos financeiros, incluindo ativos registados ao custo amortizado e ativos financeiros disponíveis para venda.

De acordo com a Norma IAS 39, os seguintes eventos são considerados como constituindo indícios de imparidade:

- i. Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do devedor;
- ii. Incumprimentos de cláusulas contratuais, tais como atrasos nos pagamentos de juros ou de capital;
- iii. Reestruturação de operações em resultado de dificuldades financeiras do devedor ou do emissor da dívida;
- iv. Ser provável que o devedor venha a entrar em situação de falência ou dificuldades financeiras;
- v. O desaparecimento de um mercado ativo para esse ativo financeiro como resultado de dificuldades financeiras do emissor.

**Ativos financeiros ao custo amortizado**

A identificação de indícios de imparidade é efetuada numa base individual relativamente a ativos financeiros em que o montante de exposição é significativo, e numa base coletiva quanto a ativos homogêneos cujos saldos devedores não sejam individualmente relevantes.

Sempre que sejam identificados indícios de imparidade em ativos analisados individualmente, a eventual perda por imparidade corresponde à diferença entre o valor atual dos fluxos de caixa futuros que se espera receber (valor recuperável), descontado com base na taxa de juro efetiva original do ativo, e o valor inscrito no balanço no momento da análise.

Os ativos que não são objeto de análise específica são incluídos numa análise coletiva de imparidade, sendo para este efeito classificados em grupos homogêneos com características de risco similares. Os cash-flows futuros são estimados com base em informação histórica relativa a incumprimentos e recuperações em ativos com características similares.

Adicionalmente, os ativos avaliados individualmente e para os quais não foram identificados indícios objetivos de imparidade são igualmente objeto de avaliação coletiva de imparidade, nos termos descritos no parágrafo anterior.

As perdas por imparidade calculadas na análise coletiva incorporam o efeito temporal do desconto dos fluxos de caixa estimados a receber em cada operação para a data de balanço.

O montante de imparidade apurado é reconhecido em custos, na rubrica "Perdas de imparidade (líquidas de reversão)", sendo refletido em balanço como uma dedução ao valor do ativo a que respeita.

#### **Ativos financeiros disponíveis para venda**

Conforme referido na Nota 2.3. a), os ativos financeiros disponíveis para venda são registados ao justo valor, sendo as variações no justo valor refletidas em capital próprio, na rubrica "Reservas de reavaliação".

Sempre que exista evidência objetiva de imparidade, as menos-valias acumuladas que tenham sido reconhecidas em reservas são transferidas para custos do exercício sob a forma de perdas por imparidade, sendo registadas na rubrica "Perdas de imparidade (líquidas de reversão)".

Para além dos indícios de imparidade acima referidos, são ainda considerados os seguintes indícios específicos no que se refere a instrumentos de capital:

- i. Alterações significativas com impacto adverso na envolvente tecnológica, de mercado, económica ou legal em que o emissor opera, que indiquem que o custo do investimento não venha a ser recuperado na totalidade;
- ii. Um declínio significativo ou prolongado do valor de mercado abaixo do preço de custo.

Em cada data de referência das demonstrações financeiras é efetuada pela Companhia uma análise da existência de perdas por imparidade em ativos financeiros disponíveis para venda, considerando para este efeito a natureza e características específicas e individuais dos ativos em avaliação.

Para além dos resultados desta análise, os eventos seguidamente apresentados são considerados como indicativos de evidência objetiva de imparidade em instrumentos de capital:

- Existência de menos-valias potenciais superiores a 50%, face ao respetivo valor de aquisição;
- Situações em que o justo valor do instrumento financeiro se mantenha abaixo do respetivo custo de aquisição ao longo de um período superior a 12 meses.

Adicionalmente, é considerada alerta de imparidade potencial a existência de menos-valias potenciais superiores a 30%. Para este critério o reconhecimento da imparidade é opcional.

As perdas por imparidade em instrumentos de capital não podem ser revertidas, pelo que eventuais mais-valias potenciais originadas após o reconhecimento de perdas por imparidade são refletidas na “Reserva de justo valor”. Caso posteriormente sejam determinadas menos-valias adicionais, considera-se sempre que existe imparidade, pelo que são refletidas em resultados do exercício.

Relativamente a ativos financeiros registados ao custo, nomeadamente instrumentos de capital não cotados e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade, a Companhia efetua igualmente análises periódicas de imparidade. Neste âmbito, o valor recuperável corresponde à melhor estimativa dos fluxos futuros a receber do ativo, descontados a uma taxa que reflita de forma adequada o risco associado à sua detenção.

O montante de perda por imparidade apurado é reconhecido diretamente em resultados do exercício. As perdas por imparidade nestes ativos não podem igualmente ser revertidas.

#### **g) Terrenos e edifícios de rendimento**

Correspondem a imóveis detidos pela Companhia com o objetivo de obtenção de rendimentos através do arrendamento e/ou da sua valorização.

Os imóveis de rendimento não são amortizados, sendo registados ao justo valor, determinado com base em avaliações anuais. As variações no justo valor são refletidas em resultados, na rubrica “Ganhos líquidos pela venda de ativos não financeiros que não estejam classificados como ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas”.

**h) Ativos intangíveis**

Encontram-se registados nesta rubrica custos com a aquisição, desenvolvimento ou preparação para uso de “software” utilizado na prossecução das atividades da Companhia.

Os ativos intangíveis são registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas. As amortizações são registadas numa base sistemática ao longo da vida útil estimada dos ativos, a qual corresponde normalmente a um período de 3 anos.

As despesas com manutenção de “software” são contabilizadas como custo no exercício em que são incorridas.

**i) Férias, subsídio de férias**

De acordo com a legislação vigente, os empregados têm direito a um mês de férias anual e um mês de subsídio de férias, direitos adquiridos no exercício anterior ao do seu pagamento. Desta forma, as responsabilidades com férias e subsídios de férias e os respetivos encargos sociais são registados em custos do exercício a que respeitam, independentemente do ano em que ocorra o seu pagamento.

Os encargos com férias e subsídio de férias foram registados na rubrica “Gastos com pessoal” por contrapartida da rubrica “Acréscimos e diferimentos” do passivo.

**j) Prémio de permanência**

Nos termos do Contrato Coletivo de Trabalho em vigor para o Setor Segurador, o trabalhador que completar um ou mais múltiplos de cinco anos de permanência na Companhia, terá direito a um prémio pecuniário de valor equivalente a 50% do seu ordenado do mês em que o facto ocorrer, verificado um conjunto de condições.

Os encargos estimados futuros a incorrer com o prémio de permanência relativos ao tempo decorrido até à data do balanço são registados na rubrica de “Acréscimos e diferimentos” do passivo.

**k) Impostos sobre lucros**

Nos exercícios de 2015 e 2014, o total dos impostos sobre lucros registados em resultados engloba os impostos correntes e os impostos diferidos.

O imposto corrente é calculado com base no lucro tributável do exercício, o qual difere do resultado contábilístico devido a ajustamentos resultantes de custos ou proveitos não relevantes para efeitos fiscais ou que apenas serão considerados noutros períodos contábilísticos, bem como a ajustamentos de valor para efeitos de apuramento das valias tributáveis.

Os impostos diferidos correspondem ao impacto no imposto a recuperar/pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis entre o valor de balanço dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizada na determinação do lucro tributável.

Os passivos por impostos diferidos são normalmente registados para todas as diferenças temporárias tributáveis, enquanto que os impostos diferidos ativos só são registados até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam a utilização das correspondentes diferenças tributárias dedutíveis ou prejuízos fiscais. Na data de cada balanço é efetuada uma reapreciação das diferenças temporárias subjacentes aos ativos por impostos diferidos, no sentido de reconhecer os anteriormente não registados por não terem preenchido as condições para o seu registo e/ou para reduzir o montante dos impostos diferidos ativos registados em função da expectativa atual quanto à sua recuperação futura. Adicionalmente, não são registados impostos diferidos relativos a diferenças temporárias originadas no reconhecimento inicial de ativos e passivos em transações que não afetem o resultado contábilístico ou o lucro tributável.

As situações que originam diferenças temporárias ao nível da Companhia correspondem a ajustamentos não dedutíveis para efeitos fiscais e à reavaliação de títulos e imóveis (Nota 21).

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, que correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data de balanço. O impacto dos impostos diferidos, incluindo da alteração da taxa de imposto utilizada no seu cálculo, é refletido nos resultados do exercício, exceto nos casos em que as transações que os originaram tenham sido refletidas noutras rubricas de capital próprio (por exemplo, no caso da reavaliação de títulos). Nestas situações, o correspondente imposto é igualmente refletido por contrapartida de capital próprio, não afetando o resultado do exercício.

### **I) Benefícios dos empregados**

Em 2012 foi constituído o plano de contribuição definido “PIR” (Plano individual de reforma) disposto nas cláusulas 48ª e 49ª do novo Contrato Coletivo de Trabalho para o setor segurador.

Em 2014 foi efetuada uma contribuição extraordinária para o “PIR”, de acordo com a cláusula 58ªA do acordo assinado pela APS, STAS e SISEP em 21/11/2015.

Em 2015 foi reconhecida em balanço a responsabilidade de dois acordos de pré-reformas realizados em dezembro de 2015. O valor total da responsabilidade foi determinado numa base anual, por atuários especializados, utilizando o método “Unit Credit Projected” e pressupostos atuariais considerados adequados (Nota 20).

A taxa de desconto utilizada na atualização atuarial das responsabilidades reflete as taxas de juro de mercado de obrigações de empresas de elevada qualidade, denominadas na moeda em que são pagas as responsabilidades e com prazos até ao vencimento similares aos prazos médios de liquidação das responsabilidades. Os ganhos e perdas atuariais são registados em resultados no ano em que são originados.

#### **m) Benefícios de curto prazo**

Os benefícios de curto prazo, incluindo os incentivos de produtividade pagos aos colaboradores pelo seu desempenho, são refletidos em “Gastos com pessoal” no período a que respeitam, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios (Nota 3.1 a).

#### **n) Estimativas contabilísticas críticas e aspetos julgamentais mais relevantes na aplicação das políticas contabilísticas**

Na aplicação das políticas contabilísticas acima descritas, é necessária a realização de estimativas pelo Conselho de Administração da Companhia. As estimativas com maior impacto nas demonstrações financeiras da Companhia incluem as abaixo apresentadas.

#### **Determinação de perdas por imparidade em ativos financeiros disponíveis para venda**

As perdas por imparidade em ativos financeiros são determinadas de acordo com a metodologia definida na Nota 3.1. d). Deste modo, a determinação da imparidade em ativos disponíveis para venda tem em conta as conclusões resultantes da avaliação específica efetuada pelo Grupo em que a Companhia se insere com base no conhecimento da realidade dos emitentes dos instrumentos financeiros em questão.

A Companhia considera que a imparidade determinada com base nesta metodologia permite refletir de forma adequada o risco associado à sua carteira de ativos disponíveis para venda, tendo em conta as regras definidas pela Norma IAS 39.

**Valorização de instrumentos financeiros não transacionados em mercados ativos**

De acordo com a Norma IAS 39, a Companhia valoriza ao justo valor todos os instrumentos financeiros, com exceção dos registados ao custo amortizado. Na valorização de instrumentos financeiros não negociados em mercados líquidos, são utilizados modelos e técnicas de valorização tal como descrito na Nota 3.1 d). As valorizações obtidas correspondem à melhor estimativa do justo valor dos referidos instrumentos na data do balanço.

**Determinação dos passivos por contratos de seguros**

A determinação das responsabilidades da Companhia por contratos de seguros é efetuada com base nas metodologias e pressupostos descritos na Nota 3.1. a) acima. Estes passivos refletem uma estimativa quantificada do impacto de eventos futuros nas contas da Companhia, efetuada com base em pressupostos atuariais, histórico de sinistralidade e outros métodos aceites no setor.

Face à natureza da atividade seguradora, a determinação das provisões para sinistros e outros passivos por contratos de seguros reveste-se de um elevado nível de subjetividade, podendo os valores reais a desembolsar no futuro vir a ser significativamente diferentes das estimativas efetuadas.

No entanto, a Companhia considera que os passivos por contratos de seguros refletidos nas demonstrações financeiras refletem de forma adequada a melhor estimativa na data de balanço dos montantes a desembolsar.

**Determinação de impostos sobre lucros**

Os impostos sobre os lucros (correntes e diferidos) são determinados pela Companhia com base nas regras definidas pelo enquadramento fiscal em vigor em Portugal. No entanto, em algumas situações a legislação fiscal não é suficientemente clara e objetiva e pode dar origem a diferentes interpretações. Nestes casos, os valores registados resultam do melhor entendimento do Conselho de Administração da Companhia sobre o correto enquadramento das suas operações, o qual é no entanto suscetível de ser questionado pelas Autoridades Fiscais.

## 4. Natureza e Extensão das Rubricas e dos Riscos Resultantes de Contratos de Seguro e Ativos de Resseguro

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, as rubricas de provisão para prémios não adquiridos e provisões para sinistros apresentavam a seguinte composição:

(Valores em Euros)

	31-12-2015						Total
	Assistência			Proteção Jurídica			
	Seguro direto	Resseguro aceite	Total	Seguro direto	Resseguro aceite	Total	
Provisão para prémios não adquiridos:							
. Prémios não adquiridos	3 848	16 509 002	16 512 850	-	2 349 666	2 349 666	18 862 516
. Custos de aquisição diferidos (Nota 3.1 a) i))	(335)	(106 649)	(106 984)	-	(15 174)	(15 174)	(122 158)
	<b>3 513</b>	<b>16 402 353</b>	<b>16 405 866</b>	<b>-</b>	<b>2 334 492</b>	<b>2 334 492</b>	<b>18 740 358</b>
Provisão para sinistros:							
. Provisão para sinistros declarados	17 813	6 781 568	6 799 381	-	3 548 969	3 548 969	10 348 350
. Provisão para IBNR	-	27 533	27 533	-	2 001 904	2 001 904	2 029 437
. Provisão para despesas com regularização de sinistros	6 640	946 380	953 020	-	883 500	883 500	1 836 520
	<b>24 453</b>	<b>7 755 481</b>	<b>7 779 934</b>	<b>-</b>	<b>6 434 373</b>	<b>6 434 373</b>	<b>14 214 307</b>
	<b>27 966</b>	<b>24 157 834</b>	<b>24 185 800</b>	<b>-</b>	<b>8 768 865</b>	<b>8 768 865</b>	<b>32 954 665</b>
Provisão para riscos em curso	1 153	-	1 153	-	-	-	1 153

(Valores em Euros)

	31-12-2014						Total
	Assistência			Proteção Jurídica			
	Seguro direto	Resseguro aceite	Total	Seguro direto	Resseguro aceite	Total	
Provisão para prémios não adquiridos:							
. Prémios não adquiridos	2 700	15 505 735	15 508 435	-	2 282 052	2 282 052	17 790 487
. Custos de aquisição diferidos (Nota 3.1 a) i))	(540)	(67 019)	(67 559)	-	(9 863)	(9 863)	(77 422)
	<b>2 160</b>	<b>15 438 716</b>	<b>15 440 876</b>	<b>-</b>	<b>2 272 189</b>	<b>2 272 189</b>	<b>17 713 065</b>
Provisão para sinistros:							
. Provisão para sinistros declarados	2 123	8 044 974	8 047 097	-	4 080 027	4 080 027	12 127 124
. Provisão para IBNR	-	90 927	90 927	-	2 186 112	2 186 112	2 277 039
. Provisão para despesas com regularização de sinistros	60	1 202 140	1 202 200	-	935 100	935 100	2 137 300
	<b>2 183</b>	<b>9 338 041</b>	<b>9 340 224</b>	<b>-</b>	<b>7 201 239</b>	<b>7 201 239</b>	<b>16 541 463</b>
	<b>4 343</b>	<b>24 776 757</b>	<b>24 781 100</b>	<b>-</b>	<b>9 473 428</b>	<b>9 473 428</b>	<b>34 254 528</b>
Provisão para riscos em curso	976	-	976	-	-	-	976

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a composição da provisão para sinistros é a seguinte:

(Valores em Euros)

Ramos Técnicos	31-12-2015			31-12-2014		
	Seguro direto	Resseguro aceite	Total	Seguro direto	Resseguro aceite	Total
<b>Assistência</b>						
Sinistros declarados						
Do exercício 2015	17 813	5 636 169	5 653 982			
Do exercício 2014	-	1 038 641	1 038 641	2 123	6 722 189	6 724 312
Do exercício 2013	-	104 116	104 116	-	1 193 417	1 193 417
Do exercício 2012	-	1 142	1 142	-	124 600	124 600
Do exercício 2011	-	-	-	-	786	786
Do exercício 2010	-	-	-	-	204	204
Do exercício 2009	-	-	-	-	108	108
Do exercício 2008	-	-	-	-	1 970	1 970
Do exercício 2007	-	1 500	1 500	-	1 700	1 700
	<b>17 813</b>	<b>6 781 568</b>	<b>6 799 381</b>	<b>2 123</b>	<b>8 044 974</b>	<b>8 047 097</b>
Provisão para IBNR						
Do exercício 2015	-	24 949	24 949			
Do exercício 2014	-	2 418	2 418	-	25 352	25 352
Do exercício 2013	-	-	-	-	65 387	65 387
Do exercício 2008	-	166	166	-	188	188
	-	<b>27 533</b>	<b>27 533</b>	-	<b>90 927</b>	<b>90 927</b>
Provisão para despesas de regularização de sinistros						
Do exercício 2015	6 640	827 560	834 200			
Do exercício 2014	-	102 900	102 900	60	1 066 000	1 066 060
Do exercício 2013	-	3 220	3 220	-	120 880	120 880
Do exercício 2012	-	1 480	1 480	-	2 500	2 500
Do exercício 2011	-	1 160	1 160	-	1 660	1 660
Do exercício 2010	-	1 200	1 200	-	1 140	1 140
Do exercício 2009	-	1 280	1 280	-	1 740	1 740
Do exercício 2008	-	1 520	1 520	-	1 720	1 720
Do exercício 2007	-	5 720	5 720	-	6 200	6 200
Do exercício 2006	-	340	340	-	300	300
	<b>6 640</b>	<b>946 380</b>	<b>953 020</b>	<b>60</b>	<b>1 202 140</b>	<b>1 202 200</b>
<b>Total Assistência</b>	<b>24 453</b>	<b>7 755 481</b>	<b>7 779 934</b>	<b>2 183</b>	<b>9 338 041</b>	<b>9 340 224</b>

(Valores em Euros)

Ramos Técnicos	31-12-2015			31-12-2014		
	Seguro direto	Resseguro aceite	Total	Seguro direto	Resseguro aceite	Total
<b>Proteção Jurídica</b>						
Sinistros declarados						
Do exercício 2015	-	1 805 731	1 805 731			
Do exercício 2014	-	676 848	676 848	-	2 012 383	2 012 383
Do exercício 2013	-	368 944	368 944	-	729 933	729 933
Do exercício 2012	-	240 367	240 367	-	579 771	579 771
Do exercício 2011	-	180 497	180 497	-	312 295	312 295
Do exercício 2010	-	52 555	52 555	-	83 682	83 682
Do exercício 2009	-	67 652	67 652	-	93 474	93 474
Do exercício 2008	-	125 158	125 158	-	234 613	234 613
Do exercício 2007	-	6 728	6 728	-	7 434	7 434
Do exercício 2006	-	7 113	7 113	-	6 781	6 781
Do exercício 2005	-	17 376	17 376	-	9 000	9 000
Do exercício 2004	-	-	-	-	10 661	10 661
	-	<b>3 548 969</b>	<b>3 548 969</b>	-	<b>4 080 027</b>	<b>4 080 027</b>
Provisão para IBNR						
Do exercício 2015	-	940 007	940 007			
Do exercício 2014	-	494 761	494 761	-	1 157 683	1 157 683
Do exercício 2013	-	271 714	271 714	-	475 174	475 174
Do exercício 2012	-	93 250	93 250	-	195 105	195 105
Do exercício 2011	-	59 754	59 754	-	118 119	118 119
Do exercício 2010	-	46 828	46 828	-	94 337	94 337
Do exercício 2009	-	12 401	12 401	-	25 241	25 241
Do exercício 2008	-	29 571	29 571	-	58 613	58 613
Do exercício 2007	-	42 596	42 596	-	51 021	51 021
Do exercício 2006	-	6 619	6 619	-	6 206	6 206
Do exercício 2005	-	4 403	4 403	-	485	485
Do exercício 2004	-	-	-	-	4 128	4 128
	-	<b>2 001 904</b>	<b>2 001 904</b>	-	<b>2 186 112</b>	<b>2 186 112</b>
Provisão para despesas de regularização de sinistros						
Do exercício 2015	-	612 000	612 000			
Do exercício 2014	-	126 300	126 300	-	671 100	671 100
Do exercício 2013	-	63 600	63 600	-	131 400	131 400
Do exercício 2012	-	32 700	32 700	-	57 300	57 300
Do exercício 2011	-	20 100	20 100	-	35 100	35 100
Do exercício 2010	-	9 300	9 300	-	14 400	14 400
Do exercício 2009	-	5 400	5 400	-	7 500	7 500
Do exercício 2008	-	8 700	8 700	-	11 700	11 700

(Continuação)

(Valores em Euros)

Ramos Técnicos	31-12-2015			31-12-2014		
	Seguro direto	Resseguro aceite	Total	Seguro direto	Resseguro aceite	Total
Do exercício 2007	-	3 000	3 000	-	3 600	3 600
Do exercício 2006	-	900	900	-	900	900
Do exercício 2005	-	1 500	1 500	-	300	300
Do exercício 2004	-	-	-	-	1 800	1 800
	-	<b>883 500</b>	<b>883 500</b>	-	<b>935 100</b>	<b>935 100</b>
<b>Total Proteção Jurídica</b>	-	<b>6 434 373</b>	<b>6 434 373</b>	-	<b>7 201 239</b>	<b>7 201 239</b>
<b>Total</b>	<b>24 453</b>	<b>14 189 854</b>	<b>14 214 307</b>	<b>2 183</b>	<b>16 539 280</b>	<b>16 541 463</b>

O movimento ocorrido nas provisões para sinistros durante os exercícios de 2015 e 2014 foi o seguinte:

(Valores em Euros)

RAMOS/GRUPOS DE RAMOS	Provisão para sinistros em 31/12/2014 (1)	Custos com sinistros montantes pagos no exercício (*) (2)	Provisão para sinistros em 31/12/2015 (*) (3)	Reajustamentos (3)+(2)-(1)
<b>Não Vida</b>				
Proteção Jurídica	7 201 239	914 033	3 076 635	(3 210 571)
Assistência	9 340 224	4 615 760	1 266 803	(3 457 661)
<b>Total Geral</b>	<b>16 541 463</b>	<b>5 529 793</b>	<b>4 343 438</b>	<b>(6 668 232)</b>

(\*) relativos a sinistros ocorridos no exercício N-1 e anteriores.

(Valores em Euros)

RAMOS/GRUPOS DE RAMOS	Provisão para sinistros em 31/12/2013 (1)	Custos com sinistros montantes pagos no exercício (*) (2)	Provisão para sinistros em 31/12/2014 (*) (3)	Reajustamentos (3)+(2)-(1)
<b>Não Vida</b>				
Proteção Jurídica	7 556 018	809 672	3 360 073	(3 386 273)
Assistência	11 395 563	4 872 120	1 524 500	(4 998 943)
<b>Total</b>	<b>18 951 581</b>	<b>5 681 792</b>	<b>4 884 573</b>	<b>(8 385 216)</b>

(\*) relativos a sinistros ocorridos no exercício N-1 e anteriores.

Nos exercícios de 2015 e 2014, os custos com sinistros apresentavam a seguinte composição:

(Valores em Euros)

RAMOS/GRUPOS DE RAMOS	2015			
	Montantes Pagos - Prestações (1)	Montantes Pagos - custos de gestão de sinistros imputados (2)	Variação da provisão para sinistros (3)	Custos com sinistros (4)=(1)+(2)+(3)
Seguro Direto				
Proteção Jurídica	-	-	-	-
Assistência	14 448	2 048	22 270	38 766
<b>Total</b>	<b>14 448</b>	<b>2 048</b>	<b>22 270</b>	<b>38 766</b>
Resseguro Aceite				
Proteção Jurídica	546 633	825 600	(766 866)	605 367
Assistência	29 240 566	3 928 518	(1 574 879)	31 594 205
<b>Total</b>	<b>29 787 199</b>	<b>4 754 118</b>	<b>(2 341 745)</b>	<b>32 199 572</b>
<b>Total Geral</b>	<b>29 801 647</b>	<b>4 756 166</b>	<b>(2 319 475)</b>	<b>32 238 338</b>

(Valores em Euros)

RAMOS/GRUPOS DE RAMOS	2014			
	Montantes Pagos - Prestações (1)	Montantes Pagos - custos de gestão de sinistros imputados (2)	Variação da provisão para sinistros (3)	Custos com sinistros (4)=(1)+(2)+(3)
Seguro Direto				
Proteção Jurídica	-	-	-	-
Assistência	2 290	-	2 183	4 473
<b>Total</b>	<b>2 290</b>	<b>-</b>	<b>2 183</b>	<b>4 473</b>
Resseguro Aceite				
Proteção Jurídica	454 474	824 046	(354 778)	923 742
Assistência	28 194 761	4 306 449	(1 986 624)	30 514 586
<b>Total</b>	<b>28 649 235</b>	<b>5 130 495</b>	<b>(2 341 402)</b>	<b>31 438 328</b>
<b>Total Geral</b>	<b>28 651 525</b>	<b>5 130 495</b>	<b>(2 339 219)</b>	<b>31 442 801</b>

Nos exercícios de 2015 e 2014, a composição dos custos com sinistros no ramo de assistência por ano é a seguinte:

(Valores em Euros)

Ramos Técnicos	2015			2014		
	Seguro direto	Resseguro aceite	Total	Seguro direto	Resseguro aceite	Total
Assistência						
Montantes pagos						
Prestações						
Do exercício 2015	13 202	25 621 056	25 634 258			
Do exercício 2014	1 246	4 060 904	4 062 150	2 290	24 283 618	24 285 908
Do exercício 2013	-	355 618	355 618	-	4 398 202	4 398 202
Do exercício 2012	-	128 999	128 999	-	298 648	298 648
Do exercício 2011	-	94 664	94 664	-	116 668	116 668
Do exercício 2010	-	64 564	64 564	-	94 546	94 546
Do exercício 2009	-	143 887	143 887	-	166 423	166 423
Do exercício 2008	-	107 346	107 346	-	124 906	124 906
Do exercício 2007	-	434 490	434 490	-	479 007	479 007
Do exercício 2006	-	31 014	31 014	-	21 531	21 531
Do exercício 2005	-	75	75	-	-	-
	<b>14 448</b>	<b>31 042 617</b>	<b>31 057 065</b>	<b>2 290</b>	<b>29 983 549</b>	<b>29 985 839</b>
Reembolsos de Sinistros						
Do exercício 2015	-	(349 816)	(349 816)			
Do exercício 2014	-	(375 815)	(375 815)	-	(320 482)	(320 482)
Do exercício 2013	-	(103 075)	(103 075)	-	(331 116)	(331 116)
Do exercício 2012	-	(78 076)	(78 076)	-	(108 925)	(108 925)
Do exercício 2011	-	(92 706)	(92 706)	-	(73 747)	(73 747)
Do exercício 2010	-	(65 605)	(65 605)	-	(113 181)	(113 181)
Do exercício 2009	-	(149 491)	(149 491)	-	(163 048)	(163 048)
Do exercício 2008	-	(110 038)	(110 038)	-	(136 136)	(136 136)
Do exercício 2007	-	(446 854)	(446 854)	-	(517 813)	(517 813)
Do exercício 2006	-	(30 575)	(30 575)	-	(24 340)	(24 340)
	-	<b>(1 802 051)</b>	<b>(1 802 051)</b>	-	<b>(1 788 788)</b>	<b>(1 788 788)</b>
Custos de gestão imputados						
Do exercício 2015	1 872	3 283 506	3 285 378			
Do exercício 2014	176	566 040	566 216	-	3 665 954	3 665 954
Do exercício 2013	-	65 879	65 879	-	558 815	558 815
Do exercício 2012	-	2 393	2 393	-	61 176	61 176
Do exercício 2011	-	1 557	1 557	-	5 171	5 171
Do exercício 2010	-	1 138	1 138	-	2 876	2 876
Do exercício 2009	-	1 612	1 612	-	3 765	3 765
Do exercício 2008	-	1 612	1 612	-	2 469	2 469

(Continuação)

(Valores em Euros)

Ramos Técnicos	2015			2014		
	Seguro direto	Resseguro aceite	Total	Seguro direto	Resseguro aceite	Total
Do exercício 2007	-	4 486	4 486	-	5 815	5 815
Do exercício 2006	-	264	264	-	334	334
Do exercício 2005	-	31	31	-	37	37
Do exercício 2004	-	-	-	-	37	37
	<b>2 048</b>	<b>3 928 518</b>	<b>3 930 566</b>	-	<b>4 306 449</b>	<b>4 306 449</b>
	<b>16 496</b>	<b>33 169 084</b>	<b>33 185 580</b>	<b>2 290</b>	<b>32 501 210</b>	<b>32 503 500</b>
Varição da Provisão para sinistros						
Prestações						
Do exercício 2015	17 813	5 661 118	5 678 931			
Do exercício 2014	(2 123)	(5 706 482)	(5 708 605)	2 123	6 747 540	6 749 663
Do exercício 2013	-	(1 154 687)	(1 154 687)	-	(7 808 600)	(7 808 600)
Do exercício 2012	-	(123 458)	(123 458)	-	(992 587)	(992 587)
Do exercício 2011	-	(786)	(786)	-	(142 112)	(142 112)
Do exercício 2010	-	(204)	(204)	-	(21 256)	(21 256)
Do exercício 2009	-	(108)	(108)	-	(32 286)	(32 286)
Do exercício 2008	-	(1 992)	(1 992)	-	(4 793)	(4 793)
Do exercício 2007	-	(200)	(200)	-	(450)	(450)
	<b>15 690</b>	<b>(1 326 799)</b>	<b>(1 311 109)</b>	<b>2 123</b>	<b>(2 254 544)</b>	<b>(2 252 421)</b>
Despesas de regularização de sinistros						
Do exercício 2015	6 640	827 560	834 200			
Do exercício 2014	(60)	(963 100)	(963 160)	60	1 066 000	1 066 060
Do exercício 2013	-	(117 660)	(117 660)	-	(764 340)	(764 340)
Do exercício 2012	-	(1 020)	(1 020)	-	(94 160)	(94 160)
Do exercício 2011	-	(500)	(500)	-	(6 620)	(6 620)
Do exercício 2010	-	60	60	-	(800)	(800)
Do exercício 2009	-	(460)	(460)	-	(2 100)	(2 100)
Do exercício 2008	-	(200)	(200)	-	(320)	(320)
Do exercício 2007	-	(480)	(480)	-	(620)	(620)
Do exercício 2006	-	40	40	-	(20)	(20)
	<b>6 580</b>	<b>(255 760)</b>	<b>(249 180)</b>	<b>60</b>	<b>197 020</b>	<b>197 080</b>
Sinistros a Reembolsar						
Do exercício 2015	-	(67 806)	(67 806)			
Do exercício 2014	-	52 161	52 161	-	(60 903)	(60 903)
Do exercício 2013	-	6 640	6 640	-	54 078	54 078
Do exercício 2012	-	(3 408)	(3 408)	-	9 624	9 624
Do exercício 2011	-	(1 059)	(1 059)	-	1 732	1 732
Do exercício 2010	-	1 023	1 023	-	13 833	13 833
Do exercício 2009	-	5 602	5 602	-	941	941
Do exercício 2008	-	2 692	2 692	-	10 829	10 829

(Continuação)

(Valores em Euros)

Ramos Técnicos	2015			2014		
	Seguro direto	Resseguro aceite	Total	Seguro direto	Resseguro aceite	Total
Do exercício 2007	-	12 274	12 274	-	37 957	37 957
Do exercício 2006	-	(439)	(439)	-	2 809	2 809
	-	<b>7 680</b>	<b>7 680</b>	-	<b>70 900</b>	<b>70 900</b>
	<b>22 270</b>	<b>(1 574 879)</b>	<b>(1 552 609)</b>	<b>2 183</b>	<b>(1 986 624)</b>	<b>(1 984 441)</b>
	<b>38 766</b>	<b>31 594 205</b>	<b>31 632 971</b>	<b>4 473</b>	<b>30 514 586</b>	<b>30 519 059</b>

Em 2015 e 2014, a composição dos custos com sinistros no ramo de proteção jurídica por ano é a seguinte:

(Valores em Euros)

Ramos Técnicos	2015			2014		
	Seguro direto	Resseguro aceite	Total	Seguro direto	Resseguro aceite	Total
Proteção Jurídica						
Montantes pagos						
Prestações						
Do exercício 2015	-	23 202	23 202			
Do exercício 2014	-	116 316	116 316	-	24 783	24 783
Do exercício 2013	-	92 484	92 484	-	111 299	111 299
Do exercício 2012	-	127 047	127 047	-	77 070	77 070
Do exercício 2011	-	50 628	50 628	-	95 501	95 501
Do exercício 2010	-	10 127	10 127	-	35 525	35 525
Do exercício 2009	-	23 232	23 232	-	32 902	32 902
Do exercício 2008	-	90 940	90 940	-	41 247	41 247
Do exercício 2007	-	8 444	8 444	-	27 036	27 036
Do exercício 2006	-	313	313	-	3 211	3 211
Do exercício 2005	-	3 900	3 900	-	3 430	3 430
Do exercício 2004	-	-	-	-	2 470	2 470
	-	<b>546 633</b>	<b>546 633</b>	-	<b>454 474</b>	<b>454 474</b>
Custos de gestão imputados						
Do exercício 2015	-	434 998	434 998			
Do exercício 2014	-	283 079	283 079	-	444 064	444 064
Do exercício 2013	-	56 504	56 504	-	281 298	281 298
Do exercício 2012	-	25 847	25 847	-	48 208	48 208
Do exercício 2011	-	15 673	15 673	-	28 208	28 208
Do exercício 2010	-	3 460	3 460	-	12 316	12 316
Do exercício 2009	-	2 307	2 307	-	4 129	4 129
Do exercício 2008	-	2 035	2 035	-	2 573	2 573
Do exercício 2007	-	950	950	-	1 354	1 354
Do exercício 2006	-	204	204	-	610	610

(Continuação)

(Valores em Euros)

	2015			2014		
	Seguro direto	Resseguro aceite	Total	Seguro direto	Resseguro aceite	Total
<b>Ramos Técnicos</b>						
Do exercício 2005	-	543	543	-	474	474
Do exercício 2004	-	-	-	-	812	812
	-	<b>825 600</b>	<b>825 600</b>	-	<b>824 046</b>	<b>824 046</b>
	-	<b>1 372 233</b>	<b>1 372 233</b>	-	<b>1 278 520</b>	<b>1 278 520</b>
<b>Variação da Provisão para sinistros</b>						
<b>Prestações</b>						
Do exercício 2015	-	2 745 738	2 745 738	-	-	-
Do exercício 2014	-	(1 998 458)	(1 998 458)	-	3 170 067	3 170 067
Do exercício 2013	-	(564 450)	(564 450)	-	(2 009 001)	(2 009 001)
Do exercício 2012	-	(441 259)	(441 259)	-	(515 982)	(515 982)
Do exercício 2011	-	(190 163)	(190 163)	-	(466 916)	(466 916)
Do exercício 2010	-	(78 636)	(78 636)	-	(191 128)	(191 128)
Do exercício 2009	-	(38 662)	(38 662)	-	(194 782)	(194 782)
Do exercício 2008	-	(138 497)	(138 497)	-	(44 496)	(44 496)
Do exercício 2007	-	(9 131)	(9 131)	-	(66 316)	(66 316)
Do exercício 2006	-	745	745	-	(32 437)	(32 437)
Do exercício 2005	-	(2 493)	(2 493)	-	(19 813)	(19 813)
Do exercício 2004	-	-	-	-	(25 374)	(25 374)
	-	<b>(715 266)</b>	<b>(715 266)</b>	-	<b>(396 178)</b>	<b>(396 178)</b>
<b>Despesas de regularização de sinistros</b>						
Do exercício 2015	-	612 000	612 000	-	-	-
Do exercício 2014	-	(544 800)	(544 800)	-	671 100	671 100
Do exercício 2013	-	(67 800)	(67 800)	-	(496 200)	(496 200)
Do exercício 2012	-	(24 600)	(24 600)	-	(54 300)	(54 300)
Do exercício 2011	-	(15 000)	(15 000)	-	(34 800)	(34 800)
Do exercício 2010	-	(5 100)	(5 100)	-	(13 800)	(13 800)
Do exercício 2009	-	(2 100)	(2 100)	-	(15 300)	(15 300)
Do exercício 2008	-	(3 000)	(3 000)	-	(7 200)	(7 200)
Do exercício 2007	-	(600)	(600)	-	(4 200)	(4 200)
Do exercício 2006	-	-	-	-	(1 500)	(1 500)
Do exercício 2005	-	(600)	(600)	-	(900)	(900)
Do exercício 2004	-	-	-	-	(1 500)	(1 500)
	-	<b>(51 600)</b>	<b>(51 600)</b>	-	<b>41 400</b>	<b>41 400</b>
<b>Variação da provisão para sinistros</b>						
	-	(766 866)	(766 866)	-	(354 778)	(354 778)
	-	<b>605 367</b>	<b>605 367</b>	-	<b>923 742</b>	<b>923 742</b>

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, os custos com sinistros de seguro direto e resseguro aceite - montantes pagos incluem 4.756.166 Euros e 5.130.495 Euros, respetivamente, relativos a custos de gestão imputados aos ramos explorados pela Companhia (Nota 18).

Nos exercícios de 2015 e 2014, a dotação da provisão para participação nos resultados ascendeu a 3.750.552 Euros e 4.026.004 Euros, respetivamente, decompondo-se por cedente como segue:

(Valores em Euros)

Cedente	Dotação (atribuição)	
	2015	2014
Fidelidade	2 770 142	3 425 714
Multicare	349 397	360 141
Via Direta	620 935	230 899
Garantia	10 078	9 250
	<b>3 750 552</b>	<b>4 026 004</b>

O movimento da provisão para participação nos resultados em 2015 e 2014 foi como segue:

(Valores em Euros)

2015			
Saldo em 31-12-2014	Atribuição 2015	Resultados distribuídos	Saldo em 31-12-2015
-	3 750 552	3 750 552	-

(Valores em Euros)

2014			
Saldo em 31-12-2013	Atribuição 2014	Resultados distribuídos	Saldo em 31-12-2014
-	4 026 004	4 026 004	-

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a maioria dos contratos de resseguro celebrados com as companhias cedentes preveem uma participação nos resultados técnicos da Companhia.

Na generalidade, a provisão para participação nos resultados corresponde a uma percentagem no resultado técnico da Companhia (prémios adquiridos deduzidos dos custos com sinistros e dos custos de gestão), se positivo. Os resultados técnicos negativos são transportados para o exercício seguinte, a crédito da Companhia.

## **GESTÃO DE RISCO RESULTANTE DE CONTRATOS DE SEGURO**

É apresentada em seguida uma descrição resumida das políticas de aceitação e gestão de riscos em vigor:

### **Subscrição de riscos**

A atividade da Companhia é essencialmente de resseguro aceite, pelo que a política de subscrição é definida pelas seguradoras cedentes.

Quando uma seguradora cedente pretende lançar um produto novo, que inclua coberturas de Proteção Jurídica ou de Assistência a serem resseguradas pela Companhia, é definido o valor de cotação do negócio, com base na avaliação de vários parâmetros onde se inclui a frequência, o custo médio, o número e tipo de unidades em risco, a forma e canal de comercialização e os objetivos de vendas estimados pela seguradora. Relativamente aos riscos garantidos ao abrigo do resseguro aceite, a Companhia efetua a análise em termos da qualidade da seguradora cedente, bem como das garantias de assistência a conceder aquando da celebração do contrato. Apesar de não possuir um papel ativo na seleção do risco subscrito pelas seguradoras cedentes, o facto das carteiras destas ficarem 100% resseguradas pela Companhia elimina na prática os riscos associados à subscrição, como por exemplo, a anti seleção ou a concentração excessiva em determinado tipo de risco.

Relativamente ao seguro direto, a atividade não é desenvolvida ativamente, pelo que toda e qualquer aceitação de risco e respetivas condições terão que ser submetidos à aprovação da Direção.

Sendo os ramos explorados caracterizados por uma grande dispersão de risco, a aceitação de riscos baseia-se em condições e clausulados “standards”, suportados por longas séries estatísticas, estabelecidos e respeitados pela área comercial, que não aceita riscos que não se enquadrem nas condições definidas.

### **Gestão técnica**

A gestão técnica dos Ramos Assistência e Proteção Jurídica, compreende a definição de cláusulas e de preços, a definição e controlo da política de subscrição e ainda o controlo e acompanhamento da evolução da receita processada, das características dos riscos, da sinistralidade e da margem técnica, o que permite a monitorização dos riscos em carteira.

## **Instrumentos de gestão para controlo do risco**

### **Riscos internos da Organização**

De forma a controlar e minimizar o risco interno da Organização, as normas e procedimentos de gestão de sinistros encontram-se publicados e são de acesso e conhecimento geral, sendo o processo de aplicação devidamente monitorizado pelas áreas competentes.

### **Estudos de perfil da carteira**

São elaborados estudos regulares sobre o perfil de risco das carteiras por tipo de segmento de mercado, canal de distribuição, unidades em risco e coberturas. São ainda desenvolvidos estudos sobre o comportamento de sinistralidade.

Este tipo de estudo permite obter uma análise qualitativa e quantitativa da sinistralidade da carteira, tendo como objetivo a correção de eventuais distorções, bem como, correlacionar os principais fatores de formação de preço e a alteração dos produtos em comercialização ou a criação de novos.

### **Análises periódicas da evolução da carteira**

A carteira sob gestão é sujeita a um acompanhamento periódico sobre a sua evolução.

Estes estudos incluem ainda a análise do comportamento dos sinistros, monitorizando-se a respetiva frequência e taxa de sinistralidade.

### **Seleção e saneamento de carteira**

Tendo em vista possibilitar um maior controlo e atuação ao nível do risco subscrito, a Companhia informa as seguradoras cedentes das apólices que beneficiaram de mais de três assistências na anuidade.

Aquando da renovação anual dos contratos, a Companhia procede a ajustamentos de prémio, de forma a adequar os prémios aos níveis de sinistralidade existentes.

### **Concentrações de risco de seguro**

A Fidelidade Assistência dedica-se à comercialização de seguros dos ramos Assistência e Proteção Jurídica. A subscrição de negócio é efetuada essencialmente através de resseguro aceite, através do qual é assumido o risco e a prestação de serviços no âmbito dos ramos comercializados por outras seguradoras.

As seguradoras do grupo onde a Fidelidade Assistência está integrada são os principais clientes com 99,8% dos prémios emitidos e 99,7% dos custos com sinistros geridos pela Fidelidade Assistência.

Apesar de não possuir papel ativo na seleção do risco subscrito pelas seguradoras suas clientes, o facto das carteiras destas ficarem 100% resseguradas pela Fidelidade Assistência dilui efetivamente eventuais problemas associados, como por exemplo a anti seleção ou a concentração excessiva em determinado tipo de risco.

Relativamente aos ramos explorados, o ramo Assistência representou em 2015 cerca de 88,8% dos prémios subscritos e 98,1% dos custos com sinistros.

### Comportamento da carteira

(Valores em Euros)

	2015			2014		
	PBA	Rácio Sinistros e Despesas	Rácio Sinistros e Despesas Após Invest.	PBA	Rácio Sinistros e Despesas	Rácio Sinistros e Despesas Após Invest.
Assistência	37 871 422	85,89%	84,31%	38 096 266	81,85%	79,48%
Proteção Jurídica	4 779 089	14,92%	9,80%	4 678 070	21,44%	13,67%

### Políticas de resseguro

Conforme já referido, o negócio da Companhia desenvolve-se no âmbito do resseguro aceite.

O número de sinistros de valor individual significativo é reduzido.

Por este motivo, a Companhia não retrocede risco em resseguro.

### Prestação de informação qualitativa relativamente à adequação dos prémios e à adequação das provisões

#### Assistência

Relativamente ao ramo Assistência, em 2015 os prémios foram suficientes para fazer face aos custos associados à exploração do resseguro aceite; no entanto, foi necessário constituir provisão para riscos em curso, para o seguro direto, a qual foi calculada de acordo com o estabelecido no capítulo II da Norma da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões - ASF (antigo Instituto de Seguros de Portugal - ISP) nº 19/94 de 6/12, com a redação que lhe foi dada pela Norma regulamentar nº 12/2000 de 13-11. Os custos com sinistros registados contabilisticamente representaram 92,5% dos prémios brutos adquiridos. Os custos de aquisição e administrativos consumiram no seu conjunto 2,4% dos prémios brutos adquiridos e os resultados de investimentos em 2015 foram positivos. O rácio combinado da Companhia ascendeu a 93,2%.

De acordo com a norma regulamentar nº 19/94-R de 6 de dezembro da ASF, com a redação que lhe foi dada pela norma do mesmo organismo com o nº 4/1998 de 16 de março, a provisão para prémios não adquiridos (PPNA) deve ser calculada contrato a contrato – pro rata temporis. No entanto, devido à natureza da informação recebida das seguradoras clientes, não é possível aplicar esse cálculo. Nesses casos, a norma estipula uma percentagem mínima sobre os prémios e seus adicionais processados, líquidos de estorno e anulações. Na Fidelidade Assistência a provisão para prémios não adquiridos representa 42,2% dos prémios brutos emitidos ultrapassando o valor mínimo de 36% estipulado na norma da ASF.

Para verificar a adequação da provisão para sinistros, são efetuadas análises atuariais com métodos determinísticos e estocásticos, aplicados à matriz de run-off de pagamentos de Assistência, concluindo-se pela suficiência das provisões constituídas face às responsabilidades relacionadas com sinistros.

### **Proteção Jurídica**

No ramo Proteção Jurídica, em 2015 os prémios revelaram-se globalmente suficientes para fazer face aos custos associados à exploração do ramo. Os custos com sinistros registados contabilisticamente representaram 79,9% dos prémios brutos adquiridos, verificando-se uma diminuição dos mesmos face a 2014. Os custos de aquisição e administrativos consumiram no seu conjunto 2,3% dos prémios brutos adquiridos. Considerando os resultados de investimentos, que em 2015 foram positivos, a Fidelidade Assistência obteve um rácio combinado de 77,0%.

O ramo mantém-se suficiente, não tendo sido necessário constituir provisão para riscos em curso, de acordo com o estabelecido no capítulo II da Norma da ASF nº 19/94 de 6/12, com a redação que lhe foi dada pela Norma regulamentar nº 12/2000 de 13-11.

Relativamente à provisão para prémios não adquiridos, no ramo de Proteção Jurídica existem as mesmas restrições de cálculo mencionadas no ramo de Assistência. Na ausência da informação, a Fidelidade Assistência aplica uma metodologia de cálculo que, no ramo Proteção Jurídica permite que a provisão para prémios não adquiridos represente 48,2% dos prémios brutos emitidos, valor que ultrapassa o mínimo estipulado pelos normativos em vigor. Por esse motivo, considera-se que a provisão para prémios não adquiridos está em conformidade com a norma regulamentar nº 19/94-R de 6 de dezembro da ASF, com a redação que lhe foi dada pela norma nº 4/1998 de 16 de março do mesmo organismo.

Para verificar a adequação da provisão para sinistros, são efetuadas análises atuariais com métodos determinísticos e estocásticos, aplicados a matrizes de run-off, concluindo-se pela existência de suficiência de provisões constituídas face às responsabilidades relacionadas com sinistros.

### Análises de sensibilidade

Tendo em vista verificar qual o nível de custos com sinistros que eliminaria a suficiência do prémio adquirido ou o impacto de uma variação dos custos com sinistros, foram construídos 2 cenários alternativos, com os seguintes pressupostos:

- em ambos os cenários assumiu-se que os custos de aquisição, administrativos, e resultados de resseguro e de investimentos manteriam os valores verificados em 2015, totalizando um resultado negativo de 295.331€ para a Assistência e um resultado positivo de 137.212€ para a Proteção Jurídica;
- no cenário 1 verifica-se qual o impacto de uma variação da sinistralidade para 95% do atual prémio adquirido – o total do PBA afeto a custos passaria a cerca de 95,8% para a Assistência e 92,1% para a Proteção Jurídica;
- no cenário 2 estuda-se a variação necessária nos custos com sinistros no exercício, por forma a que o nível de prémios adquiridos afetos a custos alcançasse 100% - obtivemos uma taxa de sinistralidade de 99,2% para o ramo Assistência e 102,9% para o ramo Proteção Jurídica.

### Assistência - Cenários de Consumo do PBA em 31-12-2015

	Real	Cenário 1	Cenário 2
Prémio Bruto Adquirido	37.871.422	37.871.422	37.871.422
Custos com sinistros do exercício	-35.015.145	-35.977.851	-37.576.091
Restantes Custos	-295.331	-295.331	-295.331
<b>Total de Custos</b>	<b>-35.310.476</b>	<b>-36.273.182</b>	<b>-37.871.422</b>

### Assistência - Cenários de Consumo do PBA em 31-12-2014

	Real	Cenário 1	Cenário 2
Prémio Bruto Adquirido	38.096.267	38.096.267	38.096.267
Custos com sinistros do exercício	-35.386.202	-36.191.454	-38.335.888
Restantes Custos	239.621	239.621	239.621
<b>Total de Custos</b>	<b>-35.146.581</b>	<b>-35.951.833</b>	<b>-38.096.267</b>

**Proteção Jurídica - Cenários de Consumo do PBA em 31-12-2015**

	Real	Cenário 1	Cenário 2
Prémio Bruto Adquirido	4.779.089	4.779.089	4.779.089
Custos com sinistros do exercício	-3.815.938	-4.540.135	-4.916.301
Restantes Custos	137.212	137.212	137.212
<b>Total de Custos</b>	<b>-3.678.726</b>	<b>-4.402.923</b>	<b>-4.779.089</b>

**Proteção Jurídica - Cenários de Consumo do PBA em 31-12-2014**

	Real	Cenário 1	Cenário 2
Prémio Bruto Adquirido	4.678.070	4.678.070	4.678.070
Custos com sinistros do exercício	-4.310.014	-4.444.167	-4.962.355
Restantes Custos	284.285	284.285	284.285
<b>Total de Custos</b>	<b>-4.025.729</b>	<b>-4.159.882</b>	<b>-4.678.070</b>

São igualmente efetuadas análises ao comportamento do nível de solvência da seguradora, face a acréscimos de custos associados à sua atividade. A seguradora possui uma taxa de cobertura de 309,7%, permitindo acomodar variações significativas nos custos com sinistros. Se os custos dos sinistros dos últimos 3 anos duplicassem, a margem de solvência alcançaria 112,8% mantendo-se acima dos 100%.

**Rácios**

O rácio da provisão para prémios não adquiridos face aos prémios brutos emitidos é de 43,1% (2014: 41,8%), continuando a apresentar valores acima dos obtidos no mercado.

	2015	2014
Rácios de sinistralidade	64,4%	61,5%
Rácios de despesas	13,7%	13,9%
Rácio combinado	78,1%	75,4%
Rácio operacional	1,7	2,2

O rácio de sinistralidade subiu cerca de 3 pontos percentuais face ao ano anterior devido a um decréscimo nos ajustamentos.

O rácio operacional (prémios líquidos/capital próprio) diminuiu devido ao aumento do capital próprio.

## 5. Instrumentos Financeiros

O inventário de participações e instrumentos financeiros em 31 de dezembro de 2015 é apresentado no Anexo 1.

### Ativos financeiros ao justo valor através de resultados

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a Companhia detém um título classificado ao justo valor através de resultados por conter derivados embutidos não relacionados com os riscos e características do contrato de acolhimento, cujo valor nominal ascende a 279.289 Euros e 284.217 Euros, respetivamente, e cujo valor de balanço nas referidas datas ascendia a 303.913 Euros e 320.996 Euros, respetivamente.

### Ativos financeiros disponíveis para venda

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, esta rubrica tem a seguinte composição:

(Valores em Euros)

	31-12-2015						
	Custo de aquisição	Juros a receber	Valor antes de imparidade	Imparidade acumulada	Valor líquido	Reserva de justo valor (Nota 23)	Valor de balanço
<b>Instrumentos de dívida</b>							
De empresas do Grupo (Nota 25)	572 827	1 588	574 415	-	574 415	46 931	621 346
De dívida pública							
De emissores estrangeiros	7 072 101	142 592	7 214 693	-	7 214 693	1 639 739	8 854 432
De emissores nacionais	2 077 696	12 097	2 089 793	-	2 089 793	(16 296)	2 073 497
De outros emissores							
De emissores estrangeiros	13 925 499	298 553	14 224 052	(46 800)	14 177 252	(1 485 207)	12 692 045
De emissores nacionais	1 029 679	33 067	1 062 746	-	1 062 746	2 521	1 065 267
	<b>24 677 802</b>	<b>487 897</b>	<b>25 165 699</b>	<b>(46 800)</b>	<b>25 118 899</b>	<b>187 688</b>	<b>25 306 587</b>
<b>Outros instrumentos</b>							
Ações							
De residentes	219 204	-	219 204	-	219 204	-	219 204
Unidades de participação							
De residentes	274 029	-	274 029	-	274 029	76 428	350 457
	<b>25 171 035</b>	<b>487 897</b>	<b>25 658 932</b>	<b>(46 800)</b>	<b>25 612 132</b>	<b>264 116</b>	<b>25 876 248</b>

(Valores em Euros)

	31-12-2014						
	Custo de aquisição	Juros a receber	Valor antes de imparidade	Imparidade acumulada	Valor líquido	Reserva de justo valor (Nota 23)	Valor de balanço
<b>Instrumentos de dívida</b>							
De empresas do Grupo	952 519	3 258	955 777	-	955 777	99 091	1 054 868
De dívida pública							
De emissores estrangeiros	8 235 671	164 388	8 400 059	-	8 400 059	1 837 033	10 237 092
De outros emissores							
De emissores estrangeiros	22 301 797	448 295	22 750 092	(47 823)	22 702 269	332 718	23 034 987
De emissores nacionais	4 393 762	158 467	4 552 229	-	4 552 229	(72 060)	4 480 169
	<b>35 883 749</b>	<b>774 408</b>	<b>36 658 157</b>	<b>(47 823)</b>	<b>36 610 334</b>	<b>2 196 782</b>	<b>38 807 116</b>
<b>Outros instrumentos</b>							
Ações							
De residentes	211 470	-	211 470	-	211 470	(21 699)	189 771
Unidades de participação							
De residentes	281 762	-	281 762	-	281 762	55 021	336 783
	<b>36 376 981</b>	<b>774 408</b>	<b>37 151 389</b>	<b>(47 823)</b>	<b>37 103 566</b>	<b>2 230 104</b>	<b>39 333 670</b>

Durante o exercício de 2015 foi registada uma reversão de imparidade nos "Instrumentos de dívida" no montante de 1.023 Euros, tendo sido registada em 2014 uma perda de 148 Euros.

### Justo valor de instrumentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a forma de apuramento do justo valor dos instrumentos financeiros refletidos nas demonstrações financeiras da Companhia, pode ser resumida como se segue:

(Valores em Euros)

	2015				
	Metodologia de apuramento do justo valor			Não valorizados ao justo valor	Total
	Nível 1	Nível 2	Nível 3		
<b>Ativo</b>					
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem				20 525 390	20 525 390
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos				520 250	520 250
ao justo valor através de ganhos e perdas		303 913			303 913
Ativos disponíveis para venda	11 861 074	13 200 453	814 721		25 876 248
Empréstimos e contas a receber				10 000 042	10 000 042
Outros devedores				2 065 101	2 065 101
	<b>11 861 074</b>	<b>13 504 366</b>	<b>814 721</b>	<b>33 110 783</b>	<b>59 290 944</b>
	<b>11 861 074</b>	<b>13 504 366</b>	<b>814 721</b>	<b>33 110 783</b>	<b>59 290 944</b>

(Valores em Euros)

	2014				Total
	Metodologia de apuramento do justo valor			Não valorizados ao justo valor	
	Nível 1	Nível 2	Nível 3		
<b>Ativo</b>					
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem				8 157 414	8 157 414
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos ao justo valor através de ganhos e perdas		320 996		519 048	519 048
Ativos disponíveis para venda	189 772	38 283 640	860 258		39 333 670
Empréstimos e contas a receber				5 073 361	5 073 361
Outros devedores				1 760 789	1 760 789
	<b>189 772</b>	<b>38 604 636</b>	<b>860 258</b>	<b>15 510 612</b>	<b>55 165 278</b>
	<b>189 772</b>	<b>38 604 636</b>	<b>860 258</b>	<b>15 510 612</b>	<b>55 165 278</b>

Os quadros acima apresentam a classificação de acordo com a hierarquia de justo valor, conforme previsto pela Norma IFRS 13 – Justo valor, dos instrumentos financeiros detidos pela Companhia em 31 de dezembro de 2014 e 2013 que são valorizados ao justo valor, de acordo com os seguintes pressupostos:

Nível 1 - Instrumentos financeiros valorizados com base em cotações de mercados ativos a que a Companhia tem acesso. Incluem-se nesta categoria os títulos valorizados com base em preços executáveis (com liquidez imediata) publicados por fontes externas.

Nível 2 - Instrumentos financeiros cuja valorização tem por base dados observáveis, direta ou indiretamente, em mercados ativos. Incluem-se nesta categoria os títulos valorizados tendo por base bids fornecidos por contrapartes externas e técnicas de valorização interna que utilizam exclusivamente dados observáveis de mercado.

Nível 3 - Todos os instrumentos financeiros valorizados ao justo valor que não se enquadram nos níveis 1 e 2.

### Empréstimos e contas a receber

A rubrica “Outros depósitos” em 31 de dezembro de 2015 e 2014 correspondem a depósitos a prazo subscritos junto da Caixa Geral de Depósitos no montante de 10.000.000 de Euros e 5.000.000 de Euros, respetivamente, acrescidos de 42 Euros (73.361 Euros em 2014) de juros decorridos (Nota 25). Os depósitos a prazo vencem juros à taxa anual nominal de 0,12% (1,9% em 2014) e têm maturidade em abril de 2016 e março de 2015, respetivamente.

**Outros devedores**

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	(Valores em Euros)	
	31-12-2015	31-12-2014
Devedores por operações de seguro direto		
Recibos por cobrar		
. Assistência	-	299
<b>Total devedores por operações de seguro direto</b>	<b>-</b>	<b>299</b>
Devedores por operações de resseguro		
Ressegurados do grupo (Nota 25)	1 799 595	1 624 771
Outros ressegurados	15 652	22 949
<b>Total devedores por operações de resseguro</b>	<b>1 815 247</b>	<b>1 647 720</b>
Devedores por outras operações		
Empresas do grupo (Nota 25)	200 776	70 252
Outros	49 078	42 518
<b>Total devedores por outras operações</b>	<b>249 854</b>	<b>112 770</b>

A rubrica "Devedores por operações de resseguro" corresponde a contas correntes tituladas em nome das companhias cedentes, utilizadas para a liquidação dos prémios de resseguro aceite.

A rubrica "Devedores por outras operações" inclui um saldo com a Fidelidade - Serviços de Assistência no montante de 189.141 Euros (65.660 Euros em 2014), maioritariamente referente à faturação de dezembro de 2015 e dezembro de 2014, respetivamente.

## Outros credores

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, esta rubrica tem a seguinte composição:

	(Valores em Euros)	
	31-12-2015	31-12-2014
Contas a pagar por operações de seguro direto		
Comissões a pagar a mediadores	-	27
	<b>-</b>	<b>27</b>
Contas a pagar por outras operações de resseguro		
Ressegurados do grupo (Nota 25)	-	61 306
Contas a pagar por outras operações		
Empresas do grupo (Nota 25)	22 751	187 276
Outros	237 653	73 832
	<b>260 404</b>	<b>261 108</b>
	<b>260 404</b>	<b>322 441</b>

## Políticas de gestão dos riscos financeiros inerentes à atividade da Fidelidade Assistência

Os objetivos, regras e procedimentos de gestão do risco de mercado na Companhia estão regulados através da Política de Investimentos definida com base em orientações do Conselho de Administração. Esta é atualizada regularmente e revista obrigatoriamente de três em três anos.

A Política de Investimentos define os princípios orientadores para a gestão de investimentos e apoia a totalidade do processo de investimento da Companhia, desde o processo de gestão de ativos e passivos (ALM), alocação estratégica de ativos (SAA), alocação tática de ativos (TAA), gestão dinâmica do portfólio de investimento bem como as atividades de controlo e reporte da atividade de investimento. A Política de Investimentos visa assegurar um alinhamento com os objetivos e respetiva estratégia de investimento, bem como potenciar um eficaz processo de acompanhamento e supervisão da atividade.

O processo de investimento a seguir pela Companhia tem por base as melhores práticas de governance de forma a potenciar decisões racionais e sustentadas na seleção dos ativos uma relação adequada entre risco e retorno.

A atividade de investimento da Companhia deverá seguir um processo estruturado contendo 5 passos fundamentais:

**a) Identificação da oportunidade:** identificação de oportunidades de investimento pela equipa ou entidade responsável pela gestão dos ativos, que se enquadrem na Política de Investimentos, nas orientações aprovadas pelo Comité de Investimento e que apresentem uma relação entre rendibilidade e risco adequada para a Companhia;

**b) Avaliação da oportunidade:** a avaliação da oportunidade deverá ser realizada ainda pela equipa ou entidade responsável pela gestão dos ativos, tendo em conta tanto aspetos qualitativos (e.g. tendência esperada para determinada classe de ativo, indústria ou geografia), como aspetos quantitativos (e.g. retorno esperado, risco de crédito);

**c) Proposta de investimento:** a proposta redigida pela equipa ou entidade gestora dos ativos deverá ser submetida a apreciação do responsável pela respetiva tomada de decisão (de acordo com a delegação de competências), de acordo com as seguintes orientações:

- Para investimentos em ativos financeiros, e até ao limite de autonomia do Diretor da DIV (de acordo com a delegação de competências em vigor), as operações terão de ser documentadas e validadas pelo responsável pela aprovação da operação, num formato simples (referindo a operação, o montante, a data e a assinatura do responsável pela aprovação). Tanto quanto possível, e para não gerar complexidade adicional ao processo de investimento, este processo deve estar informatizado;
- Para investimentos em ativos financeiros que superem o limite de autonomia do Diretor da DIV de acordo com a delegação de competências em vigor, deverá ser redigida uma proposta de investimento;
- Para todos os investimentos ou desinvestimentos em ativos imobiliários deverá ser preenchida a proposta de investimento.

**d) Execução da transação:** caso a proposta de investimento recolha parecer positivo, o órgão de estrutura responsável pelo seu acompanhamento deverá autorizar e verificar a concretização da operação, incluindo a execução e liquidação da mesma, através das entidades responsáveis pelo processo;

**e) Controlo:** o controlo eficaz do investimento deverá ser assegurado pela Direção de Risco, garantindo que se encontra em cumprimento das normas vigentes e coerente com os níveis de risco e retorno definidos pela Companhia.

No quadro do desenvolvimento da atividade de investimento da Companhia são ainda determinantes:

#### **a) Definição do objetivo da carteira**

O objetivo primário da carteira de investimentos é geração de rendimento para a Companhia tendo por restrição os riscos e demais constrangimentos definidos no âmbito dos Comitês Estratégicos e Táticos de Gestão de Ativos e Passivos.

Do ponto de vista operacional, o principal objetivo da atividade traduz-se na criação de valor através da seleção de ativos com melhor perfil de risco vs. retorno. Especificamente, a atividade de gestão de ativos da Companhia pretende:

- Apoiar a geração de rendimento financeiro para a Companhia;
- Garantir a competitividade da oferta seguradora da Companhia;
- Assegurar a mitigação do risco da atividade seguradora;
- Cumprir com os regulamentos em vigor na Companhia e na ASF em relação à atividade.

#### **b) Definição das classes de ativos e respetivo universo de investimento**

As classes de ativos elegíveis para investimento por parte da Fidelidade, bem como os respetivos universos de investimento.

- Tesouraria: instrumentos essencialmente orientados à gestão de liquidez no curto prazo
- Rendimento Fixo: instrumentos de dívida de médio ou longo prazo
- Rendimento variável: instrumentos que proporcionam ganhos variáveis e que devem estar cotados numa bolsa de valores sujeita a regulação e supervisão
- Imobiliário: categoria de investimentos associado ao mercado imobiliário
- Investimentos alternativos:
  - Private Equity: categoria de investimento de fundos de capital de risco privado.
  - Infraestruturas: categoria de investimento exclusivamente destinada a fundos com foco no investimento em infraestruturas.
  - Hedge Funds: categoria de investimento em fundos de cobertura.
  - Commodities: investimento em ativos ligados à evolução do valor de mercadorias comuns como por exemplo, metais preciosos ou cereais.
  - Fundos não alocáveis a uma classe única de ativos: incluem-se nesta categoria fundos de fundos e fundos que abarquem várias classes de ativos e para os quais não existe um “look through” mensal do fundo.
  - Outros instrumentos equivalentes aprovados pelo Conselho de Administração.

**c) Definição de limites de exposição no quadro da gestão do risco dos ativos**

A carteira de investimento de ativos financeiros e imobiliários deverá estabelecer uma equilibrada exposição às diferentes classes de ativos, considerando sempre o binómio de retorno vs risco. Para assegurar uma adequada gestão do risco e uma carteira equilibrada, é essencial a definição de limites máximos de exposição da carteira, bem como dos mecanismos que permitam um controlo e gestão adequados dos níveis de risco e de perdas potenciais. Neste âmbito, importa recordar a importância de assegurar o cumprimento com o normativo legal aplicável da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF).

Como tal, foram definidos limites máximos de exposição para a carteira da Fidelidade, em qualquer ponto do tempo, com base em 5 critérios específicos:

- Classe de ativo;
- Nível de rating;
- Setor de atividade;
- Geografia;
- Concentração por posição.

**d) Definição do processo de controlo e gestão de risco****Gestão do risco dos ativos**

Estão definidos limites quanto à exposição às diferentes classes de ativos, considerando o binómio risco vs. retorno, que permitem uma adequada gestão do risco e uma carteira equilibrada. Encontram-se também estabelecidos, mecanismos que permitem um controlo e gestão dos níveis de risco e de perdas potenciais.

**Processo de controlo e gestão do risco**

O acompanhamento dos limites de exposição às diferentes classes de ativos é efetuado pela Direção de Gestão de Risco, através da produção de relatórios de monitorização da atividade. Neste contexto, são identificadas situações de incumprimento efetivo ou de incumprimento potencial. Enquanto as primeiras decorrem da violação do limite fixado, as segundas resultam da aproximação da observação relevante da carteira de ativos ao limite máximo que lhe está definido. Para qualquer das tipologias de incumprimento, está estabelecido o processo de identificação, aprovação e aplicação de medidas corretivas.

### **Mecanismos de controlo de perdas nos ativos**

Encontram-se instituídos mecanismos de controlo das perdas na atividade de investimento da Companhia em resultado de variações de condições de mercado, de forma a desencadear ações tendentes à sua limitação. Neste sentido, quando é atingido o limite de perda, são desencadeados procedimentos semelhantes aos previstos para o incumprimento dos limites de exposição. Foram também determinados limites de perda que restringem o impacto da atividade de investimento no rácio de Solvência, medido num ambiente Solvência II. O controlo dos limites de perda é efetuado regularmente pela Direção de Gestão de Risco, de forma a permitir uma reação preventiva a flutuações.

### **Reporte e monitorização da atividade de investimento**

Encontra-se estabelecido um processo de reporte regular para os vários níveis da Companhia envolvidos na atividade de gestão de ativos, de forma a permitir um adequado acompanhamento da atividade de investimento, bem como o acionamento dos mecanismos de gestão de mitigação do risco. Neste sentido, está definida a informação que deverá ser produzida, considerando o destinatário, o tipo de reporte, o seu conteúdo, a sua periodicidade e o órgão responsável pela sua produção.

### **Avaliação do risco**

Existe um modelo genérico de avaliação do retorno/risco esperado em função da composição por classes de ativos. O retorno esperado da carteira está sujeito a uma análise de sensibilidade em função das várias volatilidades dos ativos que constituem a carteira. Este tipo de avaliação justifica as decisões de alocação de ativos, procurando-se constituir carteiras com risco controlado que otimizem o retorno dentro do enquadramento de mercado existente.

A avaliação do risco é efetuada pela Direção de Investimentos do Grupo, havendo sempre que tal se mostra conveniente, o envolvimento das Direções de Gestão de Risco do Grupo. São monitorizados vários riscos envolvidos nomeadamente:

- Risco de mercado;
- Risco de taxa de juro;
- Risco de crédito por emitente e por grupo financeiro;
- Risco de liquidez;
- Risco cambial.

### Risco de taxa de juro

Na carteira com modelo de gestão de imunização, e considerando o objetivo de manter os títulos em carteira até à maturidade, o risco de taxa de juro é gerido no momento da compra dos títulos, adequando os respetivos prazos e rendimentos à expectativa da evolução das taxas de juro existente em cada momento.

### Risco de crédito

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a exposição máxima a risco de crédito da Fidelidade Assistência apresenta a seguinte composição:

(Valores em Euros)

	31-12-2015			31-12-2014		
	Valor contabilístico bruto	Imparidade acumulada	Valor contabilístico líquido	Valor contabilístico bruto	Imparidade acumulada	Valor contabilístico líquido
Depósitos à ordem	20 525 390	-	20 525 390	8 157 414	-	8 157 414
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	303 913	-	303 913	320 996	-	320 996
Ativos disponíveis para venda	25 923 048	(46 800)	25 876 248	39 381 493	(47 823)	39 333 670
Empréstimos e contas a receber	10 000 042	-	10 000 042	5 073 361	-	5 073 361
Ativos financeiros a deter até à maturidade	-	-	-	-	-	-
Outros devedores	2 065 101	-	2 065 101	1 760 789	-	1 760 789
	<b>58 817 494</b>	<b>(46 800)</b>	<b>58 770 694</b>	<b>54 694 053</b>	<b>(47 823)</b>	<b>54 646 230</b>

### Qualidade de crédito

O quadro seguinte apresenta a desagregação do valor de balanço das aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2015 e 2014, por rating da Standard & Poor's, ou equivalente, e por país de origem da contraparte:

(Valores em Euros)

Classe de ativo/Ratings	31-12-2015				
	Portugal	Resto União Europeia	América do Norte	Outros	Total
Depósitos em Instituições de Crédito					
AA- até AA+	-	-	-	-	-
A- até A+	-	-	-	-	-
BBB- até BBB+	-	51 545	-	-	51 545
BB- até BB+	30 473 887	-	-	-	30 473 887
	<b>30 473 887</b>	<b>51 545</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>30 525 432</b>
<b>Total</b>	<b>30 473 887</b>	<b>51 545</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>30 525 432</b>

(Valores em Euros)

Classe de ativo/Ratings	31-12-2014				Total
	Portugal	Resto União Europeia	América do Norte	Outros	
Depósitos em Instituições de Crédito					
AA- até AA+	-	-	-	-	-
A- até A+	-	-	-	-	-
BBB- até BBB+	-	172 793	-	-	172 793
BB- até BB+	13 057 982	-	-	-	13 057 982
	<b>13 057 982</b>	<b>172 793</b>	-	-	<b>13 230 775</b>
<b>Total</b>	<b>13 057 982</b>	<b>172 793</b>	-	-	<b>13 230 775</b>

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o valor de balanço dos instrumentos de dívida em carteira, líquido de imparidade, por rating da Standard & Poor's, ou equivalente, por tipo de emitente e por país de origem da contraparte, tem a seguinte decomposição:

(Valores em Euros)

Classe de ativo/Ratings	31-12-2015				Total
	Portugal	Resto União Europeia	América do Norte	Outros	
Ativos Financeiros registados ao Justo Valor por Ganhos e Perdas					
Instituições Financeiras					
A- até A+	-	303 913	-	-	303 913
	-	<b>303 913</b>	-	-	<b>303 913</b>
<b>Total Ativos Financeiros registados ao Justo Valor por Ganhos e Perdas</b>	-	<b>303 913</b>	-	-	<b>303 913</b>
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda (líquido de imparidade)					
Corporate					
AAA	-	-	58 896	-	58 896
AA- até AA+	-	763 954	-	-	763 954
A- até A+	-	-	-	-	-
BBB- até BBB+	552 513	1 431 711	-	-	1 984 225
BB- até BB+	-	2 461 644	-	-	2 461 644
	<b>552 513</b>	<b>4 657 309</b>	<b>58 896</b>	-	<b>5 268 718</b>
Governos e outras autoridades locais					
AAA	-	3 784 774	-	-	3 784 774
AA- até AA+	-	3 726 096	-	-	3 726 096
BBB- até BBB+	-	1 343 562	-	-	1 343 562
BB- até BB+	2 073 497	-	-	-	2 073 497
	<b>2 073 497</b>	<b>8 854 432</b>	-	-	<b>10 927 929</b>

(Continuação)

(Valores em Euros)

Classe de ativo/Ratings	31-12-2015				
	Portugal	Resto União Europeia	América do Norte	Outros	Total
Instituições Financeiras					
AAA	-	1 132 866	-	-	1 132 866
AA- até AA+	-	552 247	-	-	552 247
A- até A+	-	2 108 223	-	-	2 108 223
BBB- até BBB+	621 346	2 824 613	149 354	-	3 595 313
BB- até BB+	-	346 351	-	-	346 351
B- até B+	512 754	-	-	-	512 754
Menor que B-	-	-	-	92 769	92 769
Sem rating	-	-	-	3 125	3 125
	<b>1 134 100</b>	<b>6 964 300</b>	<b>149 354</b>	<b>95 894</b>	<b>8 343 648</b>
Outros emitentes					
AAA	-	-	-	211 127	211 127
AA- até AA+	-	66 908	-	-	66 908
A- até A+	-	252 275	-	-	252 275
BB- até BB+	-	235 985	-	-	235 985
	-	<b>555 168</b>	-	<b>211 127</b>	<b>766 295</b>
<b>Total Ativos Financeiros Disponíveis para Venda (líquido de imparidade)</b>	<b>3 760 110</b>	<b>21 031 209</b>	<b>208 250</b>	<b>307 021</b>	<b>25 306 590</b>

(Valores em Euros)

Classe de ativo/Ratings	31-12-2014				
	Portugal	Resto União Europeia	América do Norte	Outros	Total
Ativos Financeiros registados ao Justo Valor por Ganhos e Perdas					
Instituições Financeiras					
A- até A+	-	320 996	-	-	320 996
	-	<b>320 996</b>	-	-	<b>320 996</b>
<b>Total Ativos Financeiros registados ao Justo Valor por Ganhos e Perdas</b>	-	<b>320 996</b>	-	-	<b>320 996</b>
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda (líquido de imparidade)					
Corporate					
AAA	-	-	60 588	-	60 588
AA- até AA+	-	793 428	-	-	793 428
A- até A+	-	3 040 246	-	-	3 040 246
BBB- até BBB+	-	2 703 506	-	-	2 703 506
BB- até BB+	560 443	5 718 928	-	-	6 279 371
	<b>560 443</b>	<b>12 256 107</b>	<b>60 588</b>	-	<b>12 877 139</b>

(Continuação)

(Valores em Euros)

Classe de ativo/Ratings	31-12-2014				Total
	Portugal	Resto União Europeia	América do Norte	Outros	
<b>Governos e outras autoridades locais</b>					
AAA	-	3 887 109	-	-	3 887 109
AA- até AA+	-	3 831 535	-	-	3 831 535
BBB- até BBB+	-	2 518 448	-	-	2 518 448
BB- até BB+	-	-	-	-	-
	-	<b>10 237 092</b>	-	-	<b>10 237 092</b>
<b>Instituições Financeiras</b>					
AAA	-	1 163 111	-	1 559 133	2 722 245
AA- até AA+	-	-	-	-	-
A- até A+	-	3 036 266	200 119	-	3 236 385
BBB- até BBB+	637 094	3 293 028	148 325	-	4 078 447
BB- até BB+	417 772	394 548	-	-	812 321
B- até B+	3 919 726	-	-	-	3 919 726
Menor que B-	-	-	-	88 647	88 647
Sem rating	-	-	-	2 102	2 102
	<b>4 974 592</b>	<b>7 886 953</b>	<b>348 444</b>	<b>1 649 882</b>	<b>14 859 872</b>
<b>Outros emitentes</b>					
AAA	-	-	-	215 330	215 330
AA- até AA+	-	124 463	-	-	124 463
A- até A+	-	277 032	-	-	277 032
BB- até BB+	-	216 187	-	-	216 187
	-	<b>617 682</b>	-	<b>215 330</b>	<b>833 012</b>
<b>Total Ativos Financeiros Disponíveis para Venda (líquido de imparidade)</b>	<b>5 535 036</b>	<b>30 997 835</b>	<b>409 032</b>	<b>1 865 212</b>	<b>38 807 115</b>

**Risco de liquidez**

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, os cash-flows previsionais (não descontados) dos instrumentos financeiros, de acordo com a respetiva maturidade contratual, apresentam o seguinte detalhe:

(Valores em Euros)

	31-12-2015									Total
	Até 1 mês	Até 3 meses	De 3 meses a 6 meses	De 6 meses a um ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Entre 5 e 10 anos	Mais de 10 anos	Indeterminado	
<b>Ativo</b>										
Caixa e seus equivalentes										
e depósitos à ordem	20 525 390	-	-	-	-	-	-	-	-	20 525 390
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	-	-	-	-	-	-	520 250	520 250
Ativos financeiros										
classificados no reconhecimento inicial										
ao justo valor através										
de ganhos e perdas	-	-	-	-	-	279 289	-	-	-	279 289
Ativos disponíveis para venda	290 721	5 867 621	815 911	1 467 895	5 874 546	3 269 398	8 225 155	3 910 477	572 786	30 294 510
Empréstimos e contas										
a receber	-	10 003 833	-	-	-	-	-	-	-	10 003 833
Outros devedores	2 065 101	-	-	-	-	-	-	-	-	2 065 101
	<b>22 881 212</b>	<b>15 871 454</b>	<b>815 911</b>	<b>1 467 895</b>	<b>5 874 546</b>	<b>3 548 687</b>	<b>8 225 155</b>	<b>3 910 477</b>	<b>1 093 036</b>	<b>63 688 373</b>

(Valores em Euros)

	31-12-2014									Total
	Até 1 mês	Até 3 meses	De 3 meses a 6 meses	De 6 meses a um ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Entre 5 e 10 anos	Mais de 10 anos	Indeterminado	
<b>Ativo</b>										
Caixa e seus equivalentes										
e depósitos à ordem	8 157 414	-	-	-	-	-	-	-	-	8 157 414
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	-	-	-	-	-	-	519 048	519 048
Ativos financeiros										
classificados no reconhecimento inicial										
ao justo valor através										
de ganhos e perdas	-	-	-	-	-	284 217	-	-	-	284 217
Ativos disponíveis para venda	1 469 671	2 334 395	6 118 140	3 957 204	12 440 090	8 294 129	2 815 254	3 112 478	528 656	41 070 016
Empréstimos e contas										
a receber	-	5 096 056	-	-	-	-	-	-	-	5 096 056
Outros devedores	1 760 789	-	-	-	-	-	-	-	-	1 760 789
	<b>11 387 874</b>	<b>7 430 451</b>	<b>6 118 140</b>	<b>3 957 204</b>	<b>12 440 090</b>	<b>8 578 346</b>	<b>2 815 254</b>	<b>3 112 478</b>	<b>1 047 704</b>	<b>56 887 540</b>

Os principais pressupostos utilizados no apuramento dos fluxos previsionais foram os seguintes:

- Os instrumentos de capital foram classificados com maturidade “Indeterminado”;
- Foi considerada como maturidade contratual a menor das seguintes datas: call, put ou maturidade.

### Risco de mercado

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o detalhe dos instrumentos financeiros por tipo de exposição ao risco de taxa de juro apresenta o seguinte detalhe:

(Valores em Euros)

	31-12-2015			
	Exposição a		Não sujeito a risco de taxa de juro	Total
	Taxa fixa	Taxa variável		
<b>Ativo</b>				
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	520 250	520 250
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	-	303 913	-	303 913
Ativos financeiros disponíveis para venda	21 348 293	3 955 169	572 786	25 876 248
Empréstimos e contas a receber	10 000 042	-	-	10 000 042
	<b>31 348 335</b>	<b>4 259 082</b>	<b>1 093 036</b>	<b>36 700 453</b>

(Valores em Euros)

	31-12-2014			
	Exposição a		Não sujeito a risco de taxa de juro	Total
	Taxa fixa	Taxa variável		
<b>Ativo</b>				
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	519 048	519 048
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	-	320 996	-	320 996
Ativos financeiros disponíveis para venda	32 483 314	6 323 801	526 555	39 333 670
Empréstimos e contas a receber	5 073 361	-	-	5 073 361
	<b>37 556 675</b>	<b>6 644 797</b>	<b>1 045 603</b>	<b>45 247 075</b>

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o detalhe do valor nominal dos instrumentos financeiros com exposição ao risco de taxa de juro, em função da sua maturidade ou da data de refixação, tem a seguinte decomposição:

(Valores em Euros)

	31-12-2015							Total
	Entre 7 dias e 1 mês	Entre 1 mês e 3 meses	Entre 3 meses e 6 meses	Entre 6 meses e 12 meses	Entre 12 meses e 3 anos	Mais de 3 anos	Indeterminado	
<b>Ativo</b>								
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	-	-	-	-	520 250	520 250
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	-	-	279 289	-	-	-	-	279 289
Ativos financeiros disponíveis para venda	810 000	6 126 166	347 630	975 000	4 580 000	11 669 000	3 125	24 510 921
Empréstimos e contas a receber	-	10 000 000	-	-	-	-	-	10 000 000
Outros depósitos	-	10 000 000	-	-	-	-	-	10 000 000
	<b>810 000</b>	<b>16 126 166</b>	<b>626 919</b>	<b>975 000</b>	<b>4 580 000</b>	<b>11 669 000</b>	<b>523 375</b>	<b>35 310 460</b>

(Valores em Euros)

	31-12-2014							Total
	Entre 7 dias e 1 mês	Entre 1 mês e 3 meses	Entre 3 meses e 6 meses	Entre 6 meses e 12 meses	Entre 12 meses e 3 anos	Mais de 3 anos	Indeterminado	
<b>Ativo</b>								
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	-	-	-	-	519 048	519 048
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	-	-	284 217	-	-	-	-	284 217
Ativos disponíveis para venda	2 160 000	5 021 187	5 700 758	3 032 000	8 382 000	11 084 000	2 102	35 382 047
Empréstimos e contas a receber	-	5 000 000	-	-	-	-	-	5 000 000
Outros depósitos	-	5 000 000	-	-	-	-	-	5 000 000
	<b>2 160 000</b>	<b>10 021 187</b>	<b>5 984 975</b>	<b>3 032 000</b>	<b>8 382 000</b>	<b>11 084 000</b>	<b>521 150</b>	<b>41 185 312</b>

## Risco cambial

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, os instrumentos financeiros encontram-se maioritariamente denominados em Euros.

## 6. Investimentos em Filiais e Associadas

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o saldo desta rubrica refere-se a:

a) 5.000 ações representativas da totalidade do capital social da Fidelidade - Serviços de Assistência, S.A. (ex. Cares RH), com sede na Avenida José Malhoa, n.º 13 - 7.º, em Lisboa.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, esta participação encontra-se valorizada ao respetivo custo de aquisição no montante de 429.386 Euros.

Os dados financeiros mais significativos, retirados das demonstrações financeiras da Fidelidade - Serviços de Assistência em 31 de dezembro de 2015 e 2014 são os seguintes:

	(Valores em Euros)	
	2015	2014
Ativo líquido	2 547 340	4 922 463
Passivo	307 756	228 029
Capital e reservas	1 363 244	3 520 506
Resultado líquido do exercício	876 340	1 173 928
Proveitos totais	1 663 991	1 995 881

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a Fidelidade - Serviços de Assistência detém uma participação correspondente a 51% do capital social da Cares Multiassistance, S.A..

Nos termos da legislação em vigor, a Companhia está dispensada de elaborar demonstrações financeiras consolidadas dado a Longrun Portugal, SGPS, S.A., com sede em Lisboa, deter 80% do seu capital e apresentar contas consolidadas, nas quais são incluídas as demonstrações financeiras da Companhia e da sua filial. No exercício de 2015, a Companhia recebeu dividendos de 2.624.915 Euros (Nota 14).

b) Uma ação da Universal Seguros, S.A. (República de Angola) representativa de 1% do respetivo capital social, que a Fidelidade Assistência adquiriu em 7 de abril de 2011 pelo montante de 12.304.976 Kwanzas, incluindo despesas com a aquisição, cujo contravalor ascendeu a 89.112 Euros. Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, esta participação encontra-se valorizada ao respetivo custo de aquisição.

A Universal Seguros, S.A., com sede em Luanda, na Rua 1.º Congresso MPLA, n.º 11, 1.º A, Ingombota, República de Angola, foi constituída a 2 de junho de 2009 e tem por objeto social o exercício da atividade seguradora nos ramos vida e não vida nesse país.

c) Uma quota da Fidelidade - Assistência e Serviços, Limitada representativa de 20% do respetivo capital social, que a Fidelidade Assistência adquiriu no ato da constituição em 23 de julho de 2015 pelo montante de 4.000 Meticais, incluindo despesas com a aquisição, cujo contravalor ascendeu a 84 Euros. Em 31 de dezembro de 2015, esta participação encontra-se valorizada ao respetivo custo de aquisição.

A Fidelidade - Assistência e Serviços, Limitada, com sede em Maputo, na Rua 1393, n.º 47, Bairro da Polana, Moçambique, foi constituída a 23 de julho de 2015 e tem por objeto social a prestação de serviços de assistência e de apoio à gestão de processos de sinistros.

d) Dez ações da Fidelidade Macau - Insurance Company Limited representativa de 0,01% do respetivo capital social, que a Fidelidade Assistência adquiriu no ato da constituição em 1 de outubro de 2015 pelo montante de 10.000 Patacas, incluindo despesas com a aquisição, cujo contravalor ascendeu a 1.118 Euros. Em 31 de dezembro de 2015, esta participação encontra-se valorizada ao respetivo custo de aquisição.

A Fidelidade Macau - Insurance Company Limited, com sede em Macau, na Avenida da Praia Grande, n.º 567, Edifício BNU, 14.º andar, foi constituída a 1 de outubro de 2015 e tem por objeto social o exercício da atividade seguradora nos ramos vida e não vida nesse país.

## 7. Caixa e Equivalentes e Depósitos à Ordem

Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, esta rubrica tem a seguinte composição:

	(Valores em Euros)	
	31-12-2015	31-12-2014
Depósitos à ordem em instituições nacionais:		
em Euros		
. Caixa Geral de Depósitos, S.A. (Nota 25)	20 473 845	7 984 621
. Banesto	51 545	172 793
	<b>20 525 390</b>	<b>8 157 414</b>

## 8. Terrenos e Edifícios

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a rubrica “Terrenos e edifícios – de rendimento” é composta por um edifício afeto às provisões técnicas do ramo não vida, o qual deixou de ser utilizado pelos serviços da Companhia em 2005, sendo presentemente detido para arrendamento.

Na sequência da adoção do novo PCES, a Companhia adotou a opção permitida pela IAS 40 de valorização do edifício pelo valor de avaliação por via de ganhos e perdas.

Em dezembro de 2015 e 2014 foram realizadas avaliações por avaliadores pertencentes à entidade H3S - Engenharia e Consultoria (Appleton em 2014), tendo o valor atual sido calculado pelos métodos do rendimento e comparativo de mercado.

Em resultado destas avaliações, foi registada no exercício de 2015 um ganho de 133.700 Euros (perda de 40.000 Euros em 2014) na rubrica “Ganhos líquidos pela venda de ativos não financeiros que não estejam classificados como ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas”, da conta de ganhos e perdas.

## 9. Outros Ativos Tangíveis

Nos exercícios de 2015 e 2014, o movimento ocorrido nestas rubricas foi o seguinte:

(Valores em Euros)

Rubricas	31-12-2014				Alienações e abates líquidos			31-12-2015	
	Valor bruto	Depreciações acumuladas	Adições	Transferências	Valor bruto	Amortizações e imparidades	Depreciação do exercício (Nota 18)	Valor bruto	Depreciações acumuladas
<b>Outros Ativos Tangíveis</b>									
Equipamento administrativo	586 231	(566 754)	400	-	-	-	(11 435)	586 631	(578 189)
Equipamento informático	362 506	(325 207)	19 148	-	-	-	(25 921)	381 654	(351 128)
Instalações interiores	95 792	(95 792)	-	-	-	-	-	95 792	(95 792)
Outros ativos tangíveis	10 780	(10 780)	-	-	-	-	-	10 780	(10 780)
	<b>1 055 309</b>	<b>(998 533)</b>	<b>19 548</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(37 356)</b>	<b>1 074 857</b>	<b>(1 035 889)</b>

(Valores em Euros)

Rubricas	31-12-2013		Alienações e abates líquidos				31-12-2014		
	Valor bruto	Depreciações acumuladas	Adições	Transferências	Valor bruto	Amortizações e imparidades	Depreciação do exercício (Nota 18)	Valor bruto	Depreciações acumuladas
<b>Outros Ativos Tangíveis</b>									
Equipamento administrativo	585 902	(546 375)	329	-	-	-	(20 379)	586 231	(566 754)
Equipamento informático	309 902	(303 457)	53 276	-	(672)	672	(22 422)	362 506	(325 207)
Instalações interiores	95 792	(95 792)	-	-	-	-	-	95 792	(95 792)
Outros ativos tangíveis	10 780	(10 780)	-	-	-	-	-	10 780	(10 780)
	<b>1 002 376</b>	<b>(956 404)</b>	<b>53 605</b>	<b>-</b>	<b>(672)</b>	<b>672</b>	<b>(42 801)</b>	<b>1 055 309</b>	<b>(998 533)</b>

## 10. Afetação dos Investimentos e Outros Ativos

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, os investimentos e outros ativos encontravam-se afetos do seguinte modo:

(Valores em Euros)

	31-12-2015		
	Seguros não vida	Não afetos	Total
Caixa e equivalentes (Nota 7)	5 961 293	14 564 097	20 525 390
Terrenos e edifícios (Nota 8)	653 700	-	653 700
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos (Nota 6)	-	520 250	520 250
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial a justo valor através de ganhos e perdas (Nota 5)	303 913	-	303 913
Ativos financeiros disponíveis para venda (Nota 5)	25 876 248	-	25 876 248
Empréstimos concedidos e contas a receber (Nota 5)	-	10 000 042	10 000 042
Outros ativos tangíveis (Nota 9)	-	38 968	38 968
Outros ativos intangíveis (Nota 11)	-	27 136	27 136
Outros devedores (Notas 5, 21 e 26)	1 815 247	669 374	2 484 621
	<b>34 610 401</b>	<b>25 819 867</b>	<b>60 430 268</b>

(Valores em Euros)

	31-12-2014		
	Seguros não vida	Não afetos	Total
Caixa e equivalentes (Nota 7)	3 248 174	4 909 240	8 157 414
Terrenos e edifícios (Nota 8)	520 000	-	520 000
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos (Nota 6)	-	519 048	519 048
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial a justo valor através de ganhos e perdas (Nota 5)	320 996	-	320 996
Ativos financeiros disponíveis para venda (Nota 5)	39 333 670	-	39 333 670
Empréstimos concedidos e contas a receber (Nota 5)	5 073 361	-	5 073 361
Outros ativos tangíveis (Nota 9)	-	56 776	56 776
Outros ativos intangíveis (Nota 11)	-	54 272	54 272
Outros devedores (Nota 5)	1 647 720	477 539	2 125 259
	<b>50 143 921</b>	<b>6 016 875</b>	<b>56 160 796</b>

## 11. Ativos Intangíveis

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o movimento nas rubricas de outros ativos intangíveis foi o seguinte:

(Valores em Euros)

Rubricas	31-12-2014				Alienções e abates líquidos			31-12-2015	
	Valor bruto	Depreciações acumuladas	Adições	Transferências e abates	Valor bruto	Amortizações e imparidades	Depreciação do exercício (Nota 18)	Valor bruto	Depreciações acumuladas
<b>Outros Ativos Intangíveis</b>									
Despesas com aplicações informáticas - adquiridas a terceiros	297 719	(243 447)	-	-	-	-	(27 136)	297 719	(270 583)
	<b>297 719</b>	<b>(243 447)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(27 136)</b>	<b>297 719</b>	<b>(270 583)</b>

(Valores em Euros)

Rubricas	31-12-2013				Alienções e abates líquidos			31-12-2014	
	Valor bruto	Depreciações acumuladas	Adições	Transferências e abates	Valor bruto	Amortizações e imparidades	Depreciação do exercício (Nota 18)	Valor bruto	Depreciações acumuladas
<b>Outros Ativos Intangíveis</b>									
Despesas com aplicações informáticas - adquiridas a terceiros	216 315	(216 315)	81 404	-	-	-	(27 132)	297 719	(243 447)
	<b>216 315</b>	<b>(216 315)</b>	<b>81 404</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(27 132)</b>	<b>297 719</b>	<b>(243 447)</b>

## 12. Outras Provisões

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o movimento nestas rubricas foi o seguinte:

(Valores em Euros)

	31-12-2015				
	Saldo em 31-12-2014	Reforços (Nota 18)	Reposições e anulações (Nota 18)	Utilizações	Saldo em 31-12-2015
Provisões para litígios	338 935	63 060	(221 200)	-	180 795
Provisões para contingências	168 785	-	(67 172)	-	101 613
Outras	17 962	-	(1 529)	-	16 433
	<b>525 682</b>	<b>63 060</b>	<b>(289 901)</b>	-	<b>298 841</b>

(Valores em Euros)

	31-12-2014				
	Saldo em 31-12-2013	Reforços (Nota 18)	Reposições e anulações (Nota 18)	Utilizações	Saldo em 31-12-2014
Provisões para litígios	331 165	54 667	(46 000)	(897)	338 935
Provisões para contingências	168 785	-	-	-	168 785
Outras	17 962	-	-	-	17 962
	<b>517 912</b>	<b>54 667</b>	<b>(46 000)</b>	<b>(897)</b>	<b>525 682</b>

A provisão de 180.795 Euros e 338.935 Euros em 31 de dezembro de 2015 e 2014, respetivamente, visam, maioritariamente, fazer face a encargos futuros decorrentes de ações judiciais em curso de índole laboral.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a provisão de 101.613 Euros e 168.785 Euros, é relativa a eventuais contingências laborais referentes a exercícios anteriores, na sequência da alteração da política de remunerações da Companhia ocorrida em 2005.

A rubrica “Outras”, em 31 de dezembro de 2015 e 2014, refere-se a uma provisão para impostos sobre dividendos a recuperar de convenções.

## 13. Prémios de Contratos de Seguro

Nos exercícios de 2015 e 2014, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

(Valores em Euros)

	2015			
	Seguro direto	Resseguro aceite	Seguro direto e Resseguro aceite	Líquido
Prémios brutos emitidos				
Proteção Jurídica	-	4 846 702	4 846 702	4 846 702
Assistência	33 808	38 842 030	38 875 838	38 875 838
	<b>33 808</b>	<b>43 688 732</b>	<b>43 722 540</b>	<b>43 722 540</b>
Varição da provisão para prémios não adquiridos				
Proteção Jurídica	-	(67 613)	(67 613)	(67 613)
Assistência	(1 148)	(1 003 268)	(1 004 416)	(1 004 416)
	<b>(1 148)</b>	<b>(1 070 881)</b>	<b>(1 072 029)</b>	<b>(1 072 029)</b>
Prémios adquiridos no exercício				
Proteção Jurídica	-	4 779 089	4 779 089	4 779 089
Assistência	32 660	37 838 762	37 871 422	37 871 422
	<b>32 660</b>	<b>42 617 851</b>	<b>42 650 511</b>	<b>42 650 511</b>

(Valores em Euros)

	2014			
	Seguro direto	Resseguro aceite	Seguro direto e Resseguro aceite	Líquido
Prémios brutos emitidos				
Proteção Jurídica	-	4 759 511	4 759 511	4 759 511
Assistência	6 476	37 752 875	37 759 351	37 759 351
	<b>6 476</b>	<b>42 512 386</b>	<b>42 518 862</b>	<b>42 518 862</b>
Varição da provisão para prémios não adquiridos				
Proteção Jurídica	-	(81 441)	(81 441)	(81 441)
Assistência	(1 838)	338 753	336 915	336 915
	<b>(1 838)</b>	<b>257 312</b>	<b>255 474</b>	<b>255 474</b>
Prémios adquiridos no exercício				
Proteção Jurídica	-	4 678 070	4 678 070	4 678 070
Assistência	4 638	38 091 628	38 096 266	38 096 266
	<b>4 638</b>	<b>42 769 698</b>	<b>42 774 336</b>	<b>42 774 336</b>

Nos exercícios de 2015 e 2014, alguns valores por ramos apresentam a seguinte composição:

(Valores em Euros)

RAMOS/GRUPOS DE RAMOS	2015			
	Prémios brutos emitidos	Prémios brutos adquiridos	Custos com sinistros brutos	Custos e gastos de exploração brutos
Seguro Direto				
Proteção Jurídica	-	-	-	-
Assistência	33 808	32 660	38 766	3 148
<b>Total</b>	<b>33 808</b>	<b>32 660</b>	<b>38 766</b>	<b>3 148</b>
Resseguro Aceite	43 688 732	42 617 851	32 199 572	999 063
<b>Total Geral</b>	<b>43 722 540</b>	<b>42 650 511</b>	<b>32 238 338</b>	<b>1 002 211</b>

(Valores em Euros)

RAMOS/GRUPOS DE RAMOS	2014			
	Prémios brutos emitidos	Prémios brutos adquiridos	Custos com sinistros brutos	Custos e gastos de exploração brutos
Seguro Direto				
Proteção Jurídica	-	-	-	-
Assistência	6 476	4 638	4 473	1 922
<b>Total</b>	<b>6 476</b>	<b>4 638</b>	<b>4 473</b>	<b>1 922</b>
Resseguro Aceite	42 512 386	42 769 698	31 438 328	740 548
<b>Total Geral</b>	<b>42 518 862</b>	<b>42 774 336</b>	<b>31 442 801</b>	<b>742 470</b>

## 14. Rendimentos/Réditos de Investimentos

As políticas contabilísticas de reconhecimento dos réditos de investimentos encontram-se descritas na Nota 3.

Nos exercícios de 2015 e 2014, a composição destas rubricas da conta de ganhos e perdas é a seguinte:

(Valores em Euros)

	2015			2014		
	Juros	Dividendos	Total	Juros	Dividendos	Total
Rendimentos						
De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas						
Ativo financeiros disponíveis para venda						
Investimentos em empresas do grupo	64 461	-	64 461	110 635	-	110 635
Instrumentos de capital e unidades de participação						
Ações	-	13 347	13 347	-	(3 045)	(3 045)
	-	<b>13 347</b>	<b>13 347</b>	-	<b>(3 045)</b>	<b>(3 045)</b>
Instrumentos de dívida						
Obrigações de emissores públicos	280 700	-	280 700	304 688	-	304 688
Obrigações de outros emissores	591 405	-	591 405	721 513	-	721 513
	<b>872 105</b>	-	<b>872 105</b>	<b>1 026 201</b>	-	<b>1 026 201</b>
Partes de capital em filiais (Nota 6)	-	2 624 914	2 624 914	-	-	-
	-	<b>2 624 914</b>	<b>2 624 914</b>	-	-	-
Empréstimos concedidos e contas a receber	22 736	-	22 736	90 694	-	90 694
Depósitos à ordem em instituições de crédito	53	-	53	6 670	-	6 670
	<b>22 789</b>	-	<b>22 789</b>	<b>97 364</b>	-	<b>97 364</b>
	<b>959 355</b>	<b>2 638 261</b>	<b>3 597 616</b>	<b>1 234 200</b>	<b>(3 045)</b>	<b>1 231 155</b>
Outros						
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	8	-	8	482	-	482
	<b>8</b>	-	<b>8</b>	<b>482</b>	-	<b>482</b>
	<b>959 363</b>	<b>2 638 261</b>	<b>3 597 624</b>	<b>1 234 682</b>	<b>(3 045)</b>	<b>1 231 637</b>

## 15. Ganhos e Perdas Realizados em Investimentos

Nos exercícios de 2015 e de 2014, as rubricas de ganhos e perdas realizados em investimentos apresentam a seguinte composição:

(Valores em Euros)

	2015			2014		
	Não vida	Não afeto	Total	Não vida	Não afeto	Total
<b>GANHOS REALIZADOS EM INVESTIMENTOS</b>						
De ativos disponíveis para venda						
Instrumentos de dívida						
Obrigações - emissores públicos	143	-	143	70 295	-	70 295
Obrigações - outros emissores	18 170	-	18 170	1 177	-	1 177
	<b>18 313</b>	-	<b>18 313</b>	<b>71 472</b>	-	<b>71 472</b>
	<b>18 313</b>	-	<b>18 313</b>	<b>71 472</b>	-	<b>71 472</b>
<b>PERDAS REALIZADAS EM INVESTIMENTOS</b>						
De ativos disponíveis para venda						
Investimentos em outras participadas						
Títulos de dívida e outros empréstimos	(72)	-	(72)	-	-	-
Instrumentos de dívida						
Obrigações - emissores públicos	(9)	-	(9)	-	-	-
Obrigações - outros emissores	(247 604)	-	(247 604)	(75)	-	(75)
	<b>(247 613)</b>	-	<b>(247 613)</b>	<b>(75)</b>	-	<b>(75)</b>
	<b>(247 685)</b>	-	<b>(247 685)</b>	<b>(75)</b>	-	<b>(75)</b>

## 16. Ganhos e Perdas Provenientes de Ajustamentos de Justo Valor em Investimentos

Nos exercícios de 2015 e de 2014, as rubricas de ganhos e perdas provenientes de ajustamentos no justo valor em investimentos apresentam a seguinte composição:

(Valores em Euros)

Ganhos e perdas não realizados	2015		
	Carteira ramo não vida		
	Ganhos	Perdas	Líquido
Classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas			
Títulos de dívida e outros empréstimos	7 774	(18 982)	(11 208)
Perdas de imparidade (líquidas de reversões) de ativos disponíveis para venda			
Títulos de dívida e outros empréstimos	1 023	-	1 023
Terrenos e edifícios (Nota 8)	133 700	-	133 700
	<b>142 497</b>	<b>(18 982)</b>	<b>123 515</b>

(Valores em Euros)

Ganhos e perdas não realizados	2014		
	Carteira ramo não vida		
	Ganhos	Perdas	Líquido
Classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas			
Títulos de dívida e outros empréstimos	48 281	(960)	47 321
Perdas de imparidade (líquidas de reversões) de ativos disponíveis para venda			
Títulos de dívida e outros empréstimos	(148)	-	(148)
Terrenos e edifícios (Nota 8)	-	(40 000)	(40 000)
	<b>48 133</b>	<b>(40 960)</b>	<b>7 173</b>

## 17. Ganhos e Perdas em Diferenças de Câmbio

Nos exercícios de 2015 e 2014, os ganhos e perdas resultantes de diferenças cambiais foram os seguintes:

(Valores em Euros)

	2015		2014	
	Conta não técnica	Total	Conta não técnica	Total
Diferenças de câmbio favoráveis	8 882	8 882	-	-
Diferenças de câmbio desfavoráveis	(8 882)	(8 882)	-	-
	-	-	-	-

## 18. Gastos Diversos por Função e Natureza

A composição desta rubrica de ganhos e perdas é a seguinte:

(Valores em Euros)

	2015	2014
Custos com o pessoal (Nota 19)	4 048 057	4 157 418
Fornecimentos e serviços externos:		
Trabalhos especializados	1 011 338	901 229
Rendas e alugueres	302 772	294 618
Comunicações	144 706	157 770
Licenças de software	102 745	56 969
Publicidade e propaganda	99 983	8 902
Limpeza e higiene	54 755	52 707
Custos com trabalho independente	52 989	55 192
Deslocações e estadas	34 207	13 984
Conservação e reparação	30 031	56 347
Impressos e material de escritório	26 152	20 380
Outros	53 243	60 680
	<b>1 912 921</b>	<b>1 678 778</b>

(Continuação)

(Valores em Euros)

	2015	2014
Custos de seguro direto	870	601
Impostos e taxas	4 088	3 932
Amortizações do exercício:		
Ativos intangíveis (Nota 11)	27 136	27 132
Ativos tangíveis (Nota 9)	37 356	42 801
Dotação líquida de provisões (Nota 12)	(226 841)	8 667
Comissões por serviços bancários e juros suportados	22 246	24 612
	<b>(136 015)</b>	<b>107 144</b>
	<b>5 825 833</b>	<b>5 943 941</b>

No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, os saldos de trabalhos especializados, licenças de software e publicidade cresceram face a 2014 devido ao aumento do custo do outsourcing, da Microsoft e publicidade nos reboques, respetivamente.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, os saldos mais relevantes que compõem a rubrica "Outros" respeitam às quotizações para a APS, combustíveis e produtos alimentares para consumo nos edifícios, nos montantes de 10.640 Euros, 9.931 Euros e 18.695 Euros, respetivamente.

Na conta de ganhos e perdas, estes custos foram imputados da seguinte forma:

(Valores em Euros)

	2015	2014
Custos com sinistros (Nota 4)	(4 756 166)	(5 130 495)
Custos administrativos	(761 782)	(601 939)
Custos de aquisição	(285 165)	(186 036)
Custos de gestão dos investimentos	(22 720)	(25 471)
	<b>(5 825 833)</b>	<b>(5 943 941)</b>

## 19. Gastos com Pessoal

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 a Companhia tinha, 151 e 140 trabalhadores ao seu serviço, respetivamente, distribuídos pelas seguintes categorias profissionais:

	2015	2014
Direção	5	6
Chefias e gerência	8	8
Técnicos informáticos	4	4
Outros técnicos	8	8
Administrativos	126	114
<b>Total</b>	<b>151</b>	<b>140</b>

A composição dos gastos com pessoal durante os exercícios de 2015 e 2014 é a seguinte:

(Valores em Euros)

	2015	2014
Remunerações		
- Órgãos Sociais	113 184	153 797
- Pessoal	2 681 236	3 056 553
Encargos sobre Remunerações	668 816	649 384
Benefícios Pós-emprego		
Planos de contribuição definida	45 024	38 653
Planos de benefícios definidos	160 230	-
Benefícios de cessação de emprego	74 764	3 380
Seguros obrigatórios	42 700	36 451
Gastos de ação pessoal	208 840	184 105
Outros gastos com pessoal	53 263	35 095
<b>Total custos com Pessoal</b>	<b>4 048 057</b>	<b>4 157 418</b>



**Revisor Oficial de Contas**

Os honorários da Ernst & Young Audit & Associados, SROC, revisor oficial de contas da Companhia, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, ascenderam a 35.000 Euros pelos serviços prestados de revisão oficial de contas e 7.840 Euros por outros serviços de garantia de fiabilidade prestados pela Deloitte & Associados.

**20. Obrigações com Benefícios dos Empregados**

Em 2015, a Companhia celebrou com dois colaboradores, acordos de pré-reforma, os quais concedem o direito a uma prestação até à idade normal de reforma. As responsabilidades futuras com estes acordos em 31 de dezembro de 2015 ascendiam a 155.427 Euros, tendo sido apuradas com base nos seguintes pressupostos:

(Valores em Euros)	
Método Atuarial	2015 Projected Unit Credit
Pressupostos demográficos:	
· Tábua de mortalidade	
- Homens	TV 73/77 (-2)
- Mulheres	TV 88/90 (-2)
Pressupostos financeiros:	
· Taxa de desconto	2,25%
· Taxa de crescimento das pensões	0,75%

O movimento ocorrido na rubrica "Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo" durante o exercício de 2015 resume-se da seguinte forma:

(Valores em Euros)	
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2014</b>	<b>12 315</b>
Custo do exercício	201 956
Pagamentos em 2015	(56 274)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>157 997</b>

Em 31 de dezembro de 2015 o saldo da rubrica “Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo”, no montante de 157.997 Euros, refere-se ao valor de pré-reformas em cima e ao PIR do mês de dezembro (2.570 Euros) (Nota 3.1 I)).

## 21. Imposto sobre o Rendimento

Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, as rubricas de ativos e passivos por impostos sobre o rendimento apresentam a seguinte composição:

	(Valores em Euros)	
	31-12-2015	31-12-2014
Ativos por impostos correntes		
Imposto sobre o rendimento a pagar do exercício	(1 740 575)	(2 213 763)
IRC - Entregas por conta - Pg. Especial - Retenções	1 950 727	2 218 003
<b>Imposto sobre o rendimento a receber</b>	<b>210 152</b>	<b>4 240</b>
Contribuições para a Segurança Social	(68 038)	(65 113)
Retenções de imposto na fonte	(84 580)	(42 866)
Outros impostos e taxas	(25 249)	(9 359)
	<b>(177 867)</b>	<b>(117 338)</b>
Ativos por impostos diferidos		
Perdas por imparidade	11 934	12 195
Por desvalorizações em imóveis - propriedades de investimento	50 172	84 266
Por provisões não aceites fiscalmente	81 158	57 343
Por desvalorização de Ativos disponíveis para venda	-	3 621
	<b>143 264</b>	<b>157 425</b>
Passivos por impostos diferidos		
Por valorização de Ativos disponíveis para venda	(65 378)	(572 298)
	<b>(65 378)</b>	<b>(572 298)</b>
	<b>77 886</b>	<b>(414 873)</b>

O movimento ocorrido nos impostos diferidos durante os exercícios de 2015 e 2014 foi o seguinte:

(Valores em Euros)

	2015			
	Saldo em 31-12-2014	Variação		Saldo em 31-12-2015
		Capital próprio	Resultados	
Impostos diferidos por diferenças temporárias				
Reavaliação de ativos disponíveis para venda	(568 677)	503 299	-	(65 378)
Imparidade em títulos de dívida	12 195	-	(261)	11 934
Reavaliação de imóveis de rendimento	84 266	-	(34 093)	50 172
Reforço de provisões não dedutíveis fiscalmente	57 343	-	23 816	81 158
	<b>(414 873)</b>	<b>503 299</b>	<b>(10 538)</b>	<b>77 886</b>

(Valores em Euros)

	2014			
	Saldo em 31-12-2013	Variação		Saldo em 31-12-2014
		Capital próprio	Resultados	
Impostos diferidos por diferenças temporárias				
Reavaliação de ativos disponíveis para venda	(459 619)	(109 058)	-	(568 677)
Imparidade em títulos de dívida	13 111	-	(916)	12 195
Reavaliação de imóveis de rendimento	79 874	-	4 391	84 266
Reforço de provisões não dedutíveis fiscalmente	51 355	-	5 987	57 343
	<b>(315 279)</b>	<b>(109 058)</b>	<b>9 462</b>	<b>(414 873)</b>

Os impostos sobre lucros registados na conta de ganhos e perdas têm a seguinte composição:

(Valores em Euros)

	2015	2014
<b>Imposto corrente</b>		
. Imposto	1 457 772	1 847 966
. Tributação autónoma	15 423	18 213
. Derrama	104 127	121 553
. Derrama Estadual	163 253	210 178
	<b>1 740 575</b>	<b>2 197 910</b>
<b>Impostos diferidos:</b>		
. Imparidade em títulos de dívida	261	916
. Valorização de imóveis de rendimento	34 093	(4 391)
. Provisões para outros riscos e encargos	(23 816)	(5 987)
	<b>10 538</b>	<b>(9 462)</b>
<b>Total de impostos em resultados</b>	<b>1 751 113</b>	<b>2 188 448</b>
Resultado antes de impostos	9 620 019	8 191 069
Carga fiscal	18,20%	26,72%

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efetiva de imposto verificada nos exercícios de 2015 e 2014 pode ser demonstrada como se segue:

(Valores em Euros)

	2015		2014	
	Taxa	Imposto	Tax	Imposto
Resultado antes de impostos		9 620 019		8 191 069
Imposto apurado com base na taxa nominal	24,20%	2 327 757	27,07%	2 216 990
Dividendos	-6,14%	(590 606)	0,00%	-
Benefícios fiscais	-0,01%	(1 265)	-0,50%	(40 703)
Excesso/Insuficiência de estimativa	-0,01%	(538)	-0,19%	(15 853)
Tributação autónoma	0,16%	15 423	0,22%	18 213
Outros	0,00%	342	0,12%	9 801
<b>Taxa efetiva de imposto</b>	<b>18,20%</b>	<b>1 751 113</b>	<b>26,72%</b>	<b>2 188 448</b>

Em 2015 e 2014 a companhia irá ser tributada individualmente, não fazendo parte de nenhum grupo fiscal, devido à compra pela Longrun Portugal, SGPS, S.A. ter sido efetuada em maio 2014.

De acordo com o artigo 63º do Código do IRC, relativo às regras sobre preços de transferência, com a redação aplicável a partir de 1 de janeiro de 2002, nas operações comerciais, incluindo, designadamente, operações ou séries de operações sobre bens, direitos ou serviços, bem como nas operações financeiras efetuadas entre um sujeito passivo e qualquer outra entidade, sujeita ou não a imposto, com a qual esteja em situação de relações especiais (Nota 25), devem ser contratados, aceites e praticados termos ou condições substancialmente idênticos aos que normalmente seriam contratados, aceites e praticados entre entidades independentes em operações comparáveis. O não cumprimento das regras de preços de transferência em questão nas operações efetuadas entre o sujeito passivo e qualquer outra entidade, sujeita ou não a imposto, com a qual esteja em situação de relações especiais, poderá dar origem a correções para efeitos de determinação do lucro tributável em sede de IRC.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais podem ser objeto de revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), contados a partir dos exercícios a que respeitam. Deste modo, as declarações fiscais dos anos de 2012 a 2015 poderão ainda vir a ser revistas.

O Conselho de Administração entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015.

## 22. Capital

Os objetivos de gestão do capital na Companhia obedecem aos seguintes princípios gerais:

- Cumprir com os requisitos legais a que a Fidelidade Assistência está obrigada pelas Autoridades de Supervisão, nomeadamente pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões;
- Gerar uma rentabilidade adequada para o Grupo, criar valor ao acionista e proporcionar-lhe a remuneração dos capitais aplicados;
- Sustentar o desenvolvimento das operações que a Fidelidade Assistência está legalmente autorizada a praticar, mantendo uma sólida estrutura de capitais, capaz de responder ao crescimento da atividade e aos riscos dela decorrentes.

Para atingir os objetivos descritos, a Fidelidade Assistência efetua um planeamento das suas necessidades de capital a curto e médio prazo, tendo em vista o financiamento da sua atividade, sobretudo por recurso ao autofinanciamento.

As exigências regulamentares em vigor decorrem do Decreto-Lei nº 94-B/98, de 17 de abril, com a redação dada pelo Decreto-Lei nº 251/2003, de 14 de outubro, e das Normas da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, nomeadamente da Norma Regulamentar nº 6/2010-R, de 27 de abril, com as alterações decorrentes da Norma Regulamentar nº 12/2011-R, de 30 de outubro, salientando-se as seguintes obrigações:

- Manutenção em permanência de uma margem de solvência suficiente face ao conjunto das atividades da Companhia. Para este efeito, a margem de solvência disponível é determinada nos termos do disposto na legislação acima referida, sendo aplicáveis os ajustamentos prudenciais previstos nas normas regulamentares da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.
- Manutenção de um fundo de garantia, que faz parte integrante da margem de solvência e que corresponde a um terço do valor da margem de solvência exigida, não podendo, no entanto, ser inferior aos limites mínimos legalmente estabelecidos.
- As provisões técnicas serem a qualquer momento representadas na sua totalidade por ativos equivalentes, sujeitos a um conjunto de regras de diversificação e dispersão prudenciais, cujo cumprimento é monitorado pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.

A análise e o cumprimento dos objetivos são garantidos pela administração e direção da Companhia. Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia mantinha a margem de solvência e o fundo de garantia acima dos montantes mínimos exigidos e as provisões técnicas encontram-se adequadamente representadas.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o capital da Companhia está representado por 1.500.000 ações, com o valor nominal de 5 Euros cada, encontrando-se integralmente subscrito e realizado.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o capital da Companhia é detido em 80% pela Longrun Portugal, SGPS, S.A. e em 20% pela Caixa Seguros e Saúde, SGPS, S.A..

## 23. Outras Rubricas de Capital Próprio

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, as outras rubricas de capital próprio apresentam a seguinte composição:

	(Valores em Euros)	
	31-12-2015	31-12-2014
Reservas de reavaliação:		
Por ajustamentos no justo valor		
- de ativos financeiros disponíveis para venda (Nota 5)	264 116	2 230 104
	<b>264 116</b>	<b>2 230 104</b>
Reserva por impostos diferidos:		
- De ativos financeiros disponíveis para venda	(65 378)	(568 677)
Outras reservas e resultados transitados		
- Reserva legal	4 557 194	3 956 194
- Outras reservas	5 363 991	-
	<b>9 921 185</b>	<b>3 956 194</b>
Resultados transitados	116 329	78 700
Resultado do exercício	7 868 906	6 002 621
	<b>18 105 158</b>	<b>11 698 942</b>

De acordo com a legislação em vigor, uma percentagem não inferior a 10% dos lucros líquidos de cada exercício deverá ser transferida para a reserva legal, até à concorrência do capital. Esta reserva só pode ser utilizada para aumentar o capital ou para cobertura de prejuízos.

Na Assembleia Geral da Companhia realizada em 31 de março de 2015, foi deliberada a seguinte aplicação do resultado líquido estatutário de 2014:

	(Valores em Euros)
Reserva legal	601 000
Reservas livres	5 363 991
Resultados transitados	37 629
	<b>6 002 620</b>

## 24. Resultados por Ação

Nos exercícios de 2015 e 2014, a Companhia apresenta um resultado básico por ação de:

	(Valores em Euros)	
	2015	2014
Resultado líquido do exercício	7 868 906	6 002 621
Número total de ações (Nota 22)	1 500 000	1 500 000
Resultados básicos por ação (Euros)	5,2459	4,0017

Não é aplicável o conceito de resultados por ação diluídos uma vez que não existem ações ordinárias, contingentemente emissíveis, nomeadamente através de opções, warrants ou instrumentos financeiros equivalentes à data do balanço.

## 25. Transação entre Partes Relacionadas

São consideradas entidades relacionadas da Fidelidade Assistência, as empresas filiais e associadas do Grupo.

Em 2015 e 2014, as entidades relacionadas da Companhia eram como segue:

Nome da entidade relacionada	Sede
<b>Empresas que, direta ou indiretamente, controlam a Companhia</b>	
Longrun Portugal, SGPS, S.A.	Portugal
Caixa Seguros e Saúde, SGPS, S.A.	Portugal
Caixa Geral de Depósitos, S.A.	Portugal
<b>Empresas que, direta ou indiretamente, se encontram sob controlo comum da Companhia</b>	
Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A.	Portugal
Via Directa - Companhia de Seguros, S.A.	Portugal
Multicare - Seguros de Saúde, S.A.	Portugal
Fidelidade - Serviços de Assistência, S.A.	Portugal
Universal Seguros, S.A.	Angola
Garantia - Companhia de Seguros de Cabo Verde, S.A.	Cabo Verde

(Continuação)

Nome da entidade relacionada	Sede
CARES Multiassistance, S.A.	Portugal
Fidelidade - Assistência e Serviços, Limitada	Moçambique
Fidelidade Macau - Companhia de Seguros, S.A.	Macau
Fidelidade - Property Europe, S.A.	Portugal
EAPS - Empresa de Análise, Prevenção e Segurança, S.A.	Portugal
GEP - Gestão de Peritagens, S.A.	Portugal
<b>Membros do Conselho de Administração da Companhia</b>	
Guangchang Guo	Presidente
João Nuno de Oliveira Jorge Palma	Vice-Presidente
Jorge Manuel Baptista Magalhães Correia	Vice-Presidente
Qunbin Wang	Vogal
Nuno Maria Pinto de Magalhães Fernandes Thomaz	Vogal
Michael Lee	Vogal
Jose Manuel Alvarez Quintero	Vogal
Francisco Xavier da Conceição Cordeiro	Vogal
Luis Filipe Mateus Alves	Vogal
Wai Lam William Mak	Vogal
José Pedro Cabral dos Santos	Vogal
Lan Kang	Vogal
Xiaoyong Wu	Vogal
Lingjiang Xu	Vogal
<b>Membros do Conselho Fiscal</b>	
Vasco Jorge Valdez Ferreira Matias	Presidente
João Filipe Gonçalves Pinto	Vogal
Luis Máximo dos Santos	Vogal

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, as demonstrações financeiras da Fidelidade Assistência incluem os seguintes saldos e transações com entidades relacionadas:

	(Valores em Euros)	
	31-12-2015	31-12-2014
<b>Saldos de balanço</b>		
Ativos disponíveis para venda (Nota 5):		
Caixa Geral de Depósitos, S.A.	621 346	1 054 868
Investimentos em filiais e associadas (Nota 6):		
Fidelidade - Serviços de Assistência, S.A.	429 386	429 386
Universal Seguros, S.A.	89 662	89 662
Fidelidade - Assistência e Serviços, Limitada	84	-
Fidelidade Macau - Insurance Company Limited	1 118	-
Depósitos à ordem (Nota 7):		
Caixa Geral de Depósitos, S.A.	20 473 845	7 984 621
Depósitos a prazo (Nota 5):		
Caixa Geral de Depósitos, S.A.	10 000 042	5 073 361
Devedores/ Credores por operações de resseguro (Notas 5):		
Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A.	571 412	111 611
Via Directa - Companhia de Seguros, S.A.	531 773	932 645
Multicare - Seguros de Saúde, S.A.	34 100	90 157
Garantia - Companhia de Seguros, S.A.R.L.	26 778	30 248
Universal Seguros, S.A.	635 531	398 804
Devedores por outras operações (Nota 5):		
Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A.	2 097	-
Fidelidade - Serviços de Assistência, S.A.	189 141	65 660
Fidelidade - Property Europe, S.A.	9 539	4 561
Credores por outras operações (Nota 5):		
Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A.	(19 949)	(182 559)
Multicare - Seguros de Saúde, S.A.	(1 321)	(4 163)
Fidelidade - Serviços de Assistência, S.A.	(707)	-
EAPS - Empresa de Análise, Prevenção e Segurança, S.A.	(773)	(554)
Custos diferidos (Nota 26)		
Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A.	31 406	175 018
Via Directa - Companhia de Seguros, S.A.	803	763
EAPS - Empresa de Análise, Prevenção e Segurança, S.A.	197	197

(Continuação)

(Valores em Euros)

	31-12-2015	31-12-2014
<b>Acréscimos de custos (Nota 26)</b>		
Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A.	(3 554)	(854)
Caixa Geral de Depósitos, S.A.	(2 760)	(3 660)
<b>Provisão para prémios não adquiridos - resseguro aceite (Nota 4):</b>		
Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A.	(16 338 456)	(15 130 255)
Via Directa - Companhia de Seguros, S.A.	(2 245 780)	(2 329 042)
Multicare - Seguros de Saúde, S.A.	(202 266)	(272 824)
Garantia - Companhia de Seguros, S.A.R.L.	(5 839)	(6 252)
Universal Seguros, S.A.	(66 175)	(48 790)
<b>Provisão para sinistros:</b>		
Cares Multiassistance, S.A	(7 482)	-

Os saldos devedores e credores por outras operações dizem respeito aos valores pendentes de faturas de cedência de pessoal, do contrato de prestação de serviços administrativos e de apoio à gestão e recibos de seguros.

(Valores em Euros)

	31-12-2015	31-12-2014
<b>Saldos de demonstração dos resultados</b>		
<b>Varição da provisão para prémios não adquiridos de resseguro aceite:</b>		
Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A.	(1 208 200)	441 238
Via Directa - Companhia de Seguros, S.A.	83 262	(200 859)
Multicare - Seguros de Saúde, S.A.	70 558	62 925
Garantia - Companhia de Seguros, S.A.R.L.	414	174
Universal Seguros, S.A.	(17 386)	(48 267)
<b>Participação nos resultados de resseguro aceite (Nota 4):</b>		
Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A.	(2 770 141)	(3 425 714)
Via Directa - Companhia de Seguros, S.A.	(620 935)	(230 899)
Multicare - Seguros de Saúde, S.A.	(349 397)	(360 141)
Garantia - Companhia de Seguros, S.A.R.L.	(10 078)	(9 250)
<b>Custos com sinistros - montantes pagos:</b>		
GEP - Gestão de Peritagens, S.A.	(1 157)	(2 008)
<b>Varição da provisão para sinistros:</b>		
GEP - Gestão de Peritagens, S.A.	-	299
Cares Multiassistance, S.A	(7 482)	-

(Continuação)

(Valores em Euros)

	31-12-2015	31-12-2014
Contas relativas a cedência de órgãos sociais (Nota 19):		
Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A.	(98 521)	(118 868)
Contas relativas a cedência de pessoal (Nota 19):		
Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A.	(19 868)	-
Multicare - Seguros de Saúde, S.A.	2 042	68 800
Fidelidade - Property Europe, S.A.	25 658	19 368
Outras despesas (pessoal, fse, comissões e gastos financeiros):		
Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A.	(463 920)	(454 323)
Via Directa - Companhia de Seguros, S.A.	(2 369)	(2 711)
GEP - Gestão de Peritagens, S.A.	(220)	-
Cares Multiassistance, S.A.	7 907	4 756
EAPS - Empresa de Análise, Prevenção e Segurança, S.A.	(10 047)	(1 746)
Caixa Geral de Depósitos, S.A.	(11 971)	(16 575)
Prémios brutos emitidos de resseguro aceite		
Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A.	37 755 931	36 202 183
Via Directa - Companhia de Seguros, S.A.	4 564 559	4 615 952
Multicare - Seguros de Saúde, S.A.	912 461	956 144
Garantia - Companhia de Seguros, S.A.R.L.	153 220	158 355
Universal Seguros, S.A.	235 459	398 804
Prestação de serviços - outros serviços		
Fidelidade - Serviços de Assistência, S.A.	489 571	349 623
Rendimentos de investimentos (juros e dividendos):		
Caixa Geral de Depósitos, S.A.	87 178	207 970
Fidelidade - Serviços de Assistência, S.A.	2 624 915	-

O número de colaboradores cedidos/recebidos das diversas empresas do grupo são os seguintes:

	31-12-2015	31-12-2014
<b>Trabalhadores cedidos a empresas do grupo:</b>		
Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A.	1	-
Fidelidade - Property Europe, S.A.	1	1
<b>Trabalhadores recebidos de empresas do grupo:</b>		
Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A.	2	1

O montante das rendas diz respeito ao arrendamento do edifício da sede da Fidelidade Assistência à Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A..

As transações com entidades relacionadas são efetuadas, por regra, com base nos valores de mercado nas respetivas datas.

## 26. Acréscimos e Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 a rubrica de acréscimos e diferimentos do ativo apresenta a seguinte composição:

	(Valores em Euros)	
	31-12-2015	31-12-2014
Custos diferidos		
- Seguros	10 094	153 667
- Rendas e alugueres	22 115	22 115
- Licenças de "software"	8 527	5 570
- Outros	25 368	21 453
<b>Total custos diferidos</b>	<b>66 104</b>	<b>202 805</b>
<b>Total acréscimos e diferimentos ativos</b>	<b>66 104</b>	<b>202 805</b>

Em 31 de dezembro de 2015 a rubrica de "Custos diferidos - Seguros" refere-se à contratação, para o exercício de 2015, de seguros para os colaboradores.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 a rubrica de acréscimos e diferimentos do passivo apresenta a seguinte composição:

	(Valores em Euros)	
	31-12-2015	31-12-2014
Férias e subsídio de férias (Nota 3. i)	447 051	443 728
Prémios a pagar a colaboradores	203 925	454 464
Outros	257 829	258 084
	<b>908 805</b>	<b>1 156 276</b>

**04**

INVENTÁRIO DE  
PARTICIPAÇÕES  
E INSTRUMENTOS  
FINANCEIROS

# Inventário de Participações e Instrumentos Financeiros em 31 de dezembro de 2015

Anexo 1  
(Valores em Euros)

Identificação dos Títulos Designação	Quantidade	Montante do Valor nominal	% do Valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de Balanço Unitário	Valor de Balanço Total
<b>1 - FILIAIS, ASSOCIADAS, EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS E OUTRAS EMPRESAS PARTICIPADAS E PARTICIPANTES</b>							
<b>1.1 - Títulos Nacionais</b>							
<b>1.1.1 - Partes de capital em filiais</b>							
FIDELIDADE - SERVIÇOS DE ASSISTENCIA, S.A.	5 000			85,88	429 386	85,88	429 386
Sub-total	5 000	0			429 386		429 386
<b>1.1.2 - Partes de capital em associadas</b>							
sub-total	0	0			0		0
<b>1.1.3 - Partes de capital em empreendimentos conjuntos</b>							
sub-total	0	0			0		0
<b>1.1.4 - Partes de capital em outras empresas participadas e participantes</b>							
sub-total	0	0			0		0
<b>1.1.5 - Títulos de dívida em filiais</b>							
sub-total	0	0			0		0
<b>1.1.6 - Títulos de dívida de associadas</b>							
sub-total	0	0			0		0
<b>1.1.7 - Títulos de dívida de empreendimentos conjuntos</b>							
sub-total	0	0			0		0
<b>1.1.8 - Títulos de dívida de outras empresas participadas e participantes</b>							
sub-total	0	0			0		0
sub-total	5 000	0			429 386		429 386
<b>1.2 - Títulos estrangeiros</b>							
<b>1.2.1 - Partes de capital em filiais</b>							
FIDELIDADE - ASSISTÊNCIA E SERVIÇOS, MZN	4 000			0,02	84	0,02	84
FIDELIDADE MACAU - COMPANHIA DE SEGUROS, MOP	10			111,82	1 118	111,82	1 118
UNIVERSAL SEGUROS SA, AOA	1			89 661,16	89 662	89 661,16	89 662
sub-total	4 011	0			90 864		90 864
<b>1.2.2 - Partes de capital em associadas</b>							
sub-total	0	0			0		0
<b>1.2.3 - Partes de capital em empreendimentos conjuntos</b>							
sub-total	0	0			0		0
<b>1.2.4 - Partes de capital em outras empresas participadas e participantes</b>							
sub-total	0	0			0		0
<b>1.2.5 - Títulos de dívida em filiais</b>							
sub-total	0	0			0		0
<b>1.2.6 - Títulos de dívida de associadas</b>							
sub-total	0	0			0		0
sub-total	4 011	0			90 864		90 864
total	9 011	0			520 250		520 250
<b>2 - OUTROS</b>							
<b>2.1 - Títulos nacionais</b>							
<b>2.1.1 - Instrumentos de capital e unidades de participação</b>							
<b>2.1.1.1 - Ações</b>							
REN, PL	78 907			2,68	211 471	2,78	219 204
sub-total	78 907	0			211 471		219 204
<b>2.1.1.2 - Títulos de participação</b>							
sub-total	0	0			0		0
<b>2.1.1.3 - Unidades de participação em fundos de investimento</b>							
LUSIMOVEST, FII	1 624			50,35	81 762	54,91	89 173
SAUDEINVEST (FII)	200			1 000,00	200 000	1 306,42	261 284
sub-total	1 824	0			281 762		350 457

# Inventário de Participações e Instrumentos Financeiros em 31 de dezembro de 2015

Anexo 1  
(Valores em Euros)

Identificação dos Títulos Designação	Quantidade	Montante do Valor nominal	% do Valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de Balanço Unitário	Valor de Balanço Total
<b>2.1.1.4 - Outros</b>							
sub-total	0	0			0		0
sub-total	80 731	0			493 233		569 661
<b>2.1.2 - Títulos de dívida</b>							
<b>2.1.2.1 - De dívida pública</b>							
PGB, 2.875%, 15/10/2025, GOVT		2 000 000	103,95		2 079 000	103,67	2 073 497
sub-total	0	2 000 000			2 079 000		2 073 497
<b>2.1.2.2 - De outros emissores públicos</b>							
sub-total	0	0			0		0
<b>2.1.2.3 - De outros emissores</b>							
BCP, 3.375%, 27/02/2017, CORP		500 000	103		513 695	102,55	512 754
CGD, 3.875%, 06/12/2016, CORP		600 000	80		480 936	103,56	621 346
REN, 4.125%, 31/01/2018, CORP		500 000	108		540 000	110,50	552 513
sub-total	0	1 600 000			1 534 631		1 686 613
sub-total	0	3 600 000			3 613 631		3 760 110
total	80 731	3 600 000			4 106 864		4 329 771
<b>2.2 - Títulos estrangeiros</b>							
<b>2.2.1 - Instrumentos de capital e unidades de participação</b>							
<b>2.2.1.1 - Ações</b>							
sub-total	0	0			0		0
<b>2.2.1.2 - Títulos de participação</b>							
sub-total	0	0			0		0
<b>2.2.1.3 - Unidades de participação em fundos de investimento</b>							
sub-total	0	0			0		0
<b>2.2.1.4 - Outros</b>							
sub-total	0	0			0		0
sub-total	0	0			0		0
<b>2.2.2 - Títulos de dívida</b>							
<b>2.2.2.1 - De dívida pública</b>							
BGB, 4%, 28/03/2017, GOVT		676 000	97		658 851	108,45	733 110
BTPS, 4.25%, 01/09/2019, GOVT		600 000	112		673 464	115,55	693 317
DBR, 4%, 04/01/2037, GOVT		1 615 000	92		1 492 515	152,29	2 459 502
DBR, 4.75%, 04/07/2034, GOVT		300 000	104		312 114	160,27	480 813
FRTR, 3.25%, 25/04/2016, GOVT		242 000	103		248 703	103,32	250 034
FRTR, 4.25%, 25/10/2017, GOVT		1 089 000	100		1 093 980	109,05	1 187 587
FRTR, 4.25%, 25/10/2023, GOVT		777 000	96		747 426	128,82	1 000 955
FRTR, 5%, 25/10/2016, GOVT		175 000	114		198 916	105,27	184 214
NETHERLANDS, 4%, 15/07/2019, GOVT		555 000	105		582 206	116,64	647 335
NETHERLANDS, 4.5%, 15/07/2017, GOVT		180 000	109		196 025	109,51	197 123
RAGB, 3.5%, 15/09/2021, GOVT		308 000	92		282 759	120,19	370 195
SPGB, 4.3%, 31/10/2019, GOVT		564 000	113		639 497	115,29	650 245
sub-total	0	7 081 000			7 126 457		8 854 431
<b>2.2.2.2 - De outros emissores públicos</b>							
sub-total	0	0			0		0
<b>2.2.2.3 - De outros emissores</b>							
ABBAY NATIONAL, 3.625%, 08/09/2016, CORP		200 000	101		202 490	103,58	207 152
AKZO, 4%, 17/12/2018, CORP		500 000	113		563 950	110,58	552 875
BBWA SENIOR FIN, 3.25%, 21/03/2016, CORP		2 000 000	101		2 021 260	103,18	2 063 575
BCP FINANCE BANK, FRN, 21/12/2016, CORP, CALL		100 000	100		100 265	92,77	92 769
BEI, 2.625%, 15/03/2018, CORP		195 000	102		197 925	108,27	211 127

# Inventário de Participações e Instrumentos Financeiros em 31 de dezembro de 2015

Anexo 1  
(Valores em Euros)

Identificação dos Títulos Designação	Quantidade	Montante do Valor nominal	% do Valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de Balanço Unitário	Valor de Balanço Total
BFCM, FRN, 10/02/2016, CORP		1 500 000	96		1 445 700	100,03	1 500 412
BPU BANCA, FRN, 30/10/2018, CORP, CALL)		100 000	100		100 487	98,52	98 516
CELF 2007-1X B, FRN, 03/05/2023, MTGE		100 000	101		100 517	94,03	94 029
CITIGROUP, 4.75%, 31/05/2017, CORP, CALL)		150 000	100		149 637	99,57	149 354
COMMERZBANK, 4.125%, 13/09/2016, CORP, CALL)		200 000	99		197 752	99,35	198 697
CREDIT AGRICOLE, 3.875%, 12/01/2021, CORP		600 000	98		589 188	121,49	728 968
EDP FINANCE, 5.875%, 01/02/2016, CORP		1 000 000	107		1 070 700	105,47	1 054 679
ENEL, 5.25%, 20/06/2017, CORP		150 000	100		150 333	109,93	164 895
EUROCC VII-X A, FRN, 17/04/2023, MTGE		5 630	100		5 635	99,67	5 611
FORTIS BANK, 4.25%, 23/03/2021, CORP, CALL)		150 000	96		144 451	104,00	156 002
GE CAPITAL FNDNG, 5.375%, 16/01/2018, CORP		50 000	101		50 307	115,47	57 733
GE CAPITAL FNDNG, FRN, 22/02/2016, CORP		550 000	99		544 187	100,01	550 078
HARBM 9X B, FRN, 08/05/2023, MTGE		100 000	101		101 441	95,81	95 805
HBOS, FRN, 01/09/2016, CORP, CALL)		50 000	101		50 637	99,66	49 830
ING BANK, 5.25%, 06/05/2018, CORP		170 000	114		194 123	115,73	196 746
ING GROEP, FRN, 11/04/2016, CORP		360 000	97		350 297	100,04	360 129
INTESA SANPAOLO, 3.25%, 28/04/2017, CORP		520 000	105		547 178	106,20	552 247
JOHNSON & JOHNSON, 4.75%, 06/11/2019, CORP		50 000	99		49 735	117,79	58 896
LANDSBANKI ISLAND, FRN, 18/05/2012, CORP, INCUMP)		50 000	100		49 925	6,25	3 125
MALIN 2007-1X D, FRN, 07/05/2023, MTGE		100 000	100		100 268	91,18	91 185
OHECP 2007-1X B, FRN, 15/08/2023, MTGE		63 083	100		63 163	97,17	61 296
OHECP 2007-1X C1, FRN, 15/08/2023, MTGE		63 083	99		62 699	98,98	62 441
OI BRASIL HOLDINGS COOP, 5.625%, 22/06/2021, CORP		3 000 000	99		2 981 400	46,90	1 406 965
RHIPO 8 B, FRN, 19/01/2044, MTGE		200 000	101		201 506	72,40	144 800
SANPAOLO IMI, FRN, 20/02/2018, CORP		50 000	100		50 055	98,28	49 138
SANTANDER ISSUAN, 4.5%, 30/09/2019, CORP, CALL)		200 000	98		196 366	97,54	195 078
SHELL INT FIN, 4.625%, 22/05/2017, CORP		50 000	98		49 204	108,98	54 489
TOTAL CAPITAL, 4.875%, 28/01/2019, CORP		600 000	108		649 440	118,24	709 464
UNLEVERAGED EUROPEAN ABS 12 (131), FRN, 24/10/2018, CORP		279 289	90		252 627	108,82	303 913
VOLKSWAGEN FIN, 3.3%, 22/03/2033, CORP		700 000	98		686 000	101,99	713 942
<b>sub-total</b>	<b>0</b>	<b>14 156 086</b>			<b>14 270 849</b>		<b>12 995 959</b>
<b>sub-total</b>	<b>0</b>	<b>21 237 086</b>			<b>21 397 307</b>		<b>21 850 390</b>
<b>total</b>	<b>0</b>	<b>21 237 086</b>			<b>21 397 307</b>		<b>21 850 390</b>
<b>2.4 - Derivados de cobertura</b>							
<b>sub-total</b>	<b>0</b>	<b>0</b>			<b>0</b>		<b>0</b>
<b>3 - TOTAL GERAL</b>	<b>89 742</b>	<b>24 837 086</b>			<b>26 024 421</b>		<b>26 700 411</b>

**05**

RELATÓRIO  
DE GOVERNO  
SOCIETÁRIO

## **INTRODUÇÃO**

A FIDELIDADE ASSISTÊNCIA – Companhia de Seguros, S.A., (doravante “Sociedade”, “Companhia” ou “FIDELIDADE ASSISTÊNCIA”) elabora o seu Relatório do Governo da Sociedade, de forma clara e transparente, à luz das normas em vigor sobre a matéria, observando as melhores práticas e recomendações aplicáveis, de modo a tornar públicos os princípios e normativos regulatórios no âmbito do Governo da Sociedade.

O presente Relatório do Governo da Sociedade, respeitante ao exercício de 2015, foi elaborado em cumprimento do estabelecido no artigo 70º, n.º 2, alínea b) do Código das Sociedades Comerciais.

## **INFORMAÇÃO SOBRE ESTRUTURA ACIONISTA, ORGANIZAÇÃO E GOVERNO DA SOCIEDADE**

### **A. Estrutura Acionista**

## **I. Estrutura de capital**

### **1. Estrutura de capital**

O capital social da FIDELIDADE ASSISTÊNCIA, no montante de 7.500.000 euros, é representado por 1.500.000 ações nominativas, com o valor nominal de 5 euros cada, integralmente subscritas e realizadas. Todas as ações conferem direitos idênticos e são fungíveis entre si.

De acordo com os seus estatutos, a FIDELIDADE ASSISTÊNCIA, para além das ações ordinárias, pode emitir ações preferenciais sem voto, nos termos do artigo 341º do Código da Sociedades Comerciais. A FIDELIDADE ASSISTÊNCIA apenas emitiu ações ordinárias.

Em 2014, decorreu o processo de privatização do capital social da FIDELIDADE ASSISTÊNCIA, nos termos do Decreto-Lei n.º 80/2013, de 12 de junho, no âmbito do qual a Longrun Portugal, SGPS, S.A. (doravante “Longrun”), adquiriu à Caixa Seguros e Saúde, SGPS, S.A. (doravante “CSS”), 1.200.000 ações representativas de 80% do capital social e direitos de voto da FIDELIDADE ASSISTÊNCIA, em resultado da operação de venda direta a um investidor que se tornou o acionista de referência da FIDELIDADE ASSISTÊNCIA (venda direta de referência ou VDR).

## **2. Restrições à transmissibilidade das ações**

Nos termos do n.º 1 do artigo 7º do Decreto-Lei n.º 80/2013, de 12 de junho, que aprovou o processo de alienação do capital social da FIDELIDADE ASSISTÊNCIA, e dos n.ºs 4 e 5 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 83/2013, de 9 de dezembro, as ações representativas do capital social adquiridas no âmbito da VDR e respetivos direitos de voto, estão sujeitas ao regime de indisponibilidade por um período de quatro anos.

Ao abrigo do Acordo Parassocial subscrito em 7 de fevereiro de 2014, a CSS e a Longrun assumiram a obrigação, no que respeita à transmissibilidade das ações, de, durante um período de 4 (quatro) anos a contar da data da conclusão da VDR, não alienar, prometer alienar, onerar ou prometer onerar quaisquer ações representativas do capital social da FIDELIDADE ASSISTÊNCIA e, em geral, de não celebrarem negócios jurídicos que visem a oneração ou transmissão da respetiva titularidade, ainda que sujeita a eficácia futura, ou que permitam o exercício de direitos de voto por interposta pessoa, incluindo indiretamente através da transmissão de ações representativas do capital social da Longrun, sem prejuízo de situações específicas contempladas no referido Acordo Parassocial.

## **3. Número de ações próprias, percentagem de capital social correspondente e percentagem de direitos de voto a que corresponderiam as ações próprias**

Em 31 de dezembro de 2015, a FIDELIDADE ASSISTÊNCIA não detinha quaisquer ações próprias.

## **4. Regime a que se encontra sujeita a renovação ou revogação de medidas defensivas, em particular aquelas que prevejam a limitação do número de votos suscetíveis de detenção ou de exercício por um único acionista de forma individual ou em concertação com outros acionistas**

Os estatutos da Sociedade não contemplam limitações ao número de votos suscetíveis de detenção ou exercício por um único acionista de forma individual ou concertada.

## **5. Acordos parassociais que sejam do conhecimento da Sociedade e possam conduzir a restrições em matéria de transmissão de valores mobiliários ou de direitos de voto**

Ver ponto n.º 2 supra.

## II. Participações sociais detidas

### 6. Identificação das pessoas singulares ou coletivas que são titulares de participações qualificadas, com indicação da percentagem de capital e de votos imputável e da fonte e causas de imputação

As participações qualificadas no capital social da Sociedade a 31 de dezembro de 2015, com indicação da percentagem de capital e de votos imputável e da fonte e causas de imputação, encontram-se espelhadas no Quadro seguinte:

Acionista	Nº de Ações	% do Capital Social	% dos Direitos de Voto	Fonte e Causas de Imputação
Longrun Portugal, SGPS, S.A.	1.200.000	80%	80%	Aquisição
Caixa Seguros e Saúde SGPS, S.A.	300.000	20%	20%	Aquisição

### 7. Indicação sobre o número de ações e obrigações detidas por membros dos órgãos de administração e de fiscalização

Em 31 de dezembro de 2015, os membros dos órgãos de administração e de fiscalização da Sociedade não detinham quaisquer ações da Sociedade.

Em 31 de dezembro de 2015, os membros dos órgãos de administração e de fiscalização não detinham obrigações da Sociedade.

## B. Órgãos Sociais e Comissões

### I. Assembleia Geral

#### a) Composição da Mesa da Assembleia Geral

## 8. Identificação e cargo dos membros da mesa da assembleia geral e respetivo mandato

A Mesa da Assembleia Geral, para o triénio 2014/2016, em 31 de dezembro de 2015, tinha a seguinte composição:

Cargo	Nome
Presidente	Maria Isabel Toucedo Lage
Secretário	Salomão Jorge Barbosa Ribeiro

### b) Exercício do direito de voto

## 9. Eventuais restrições em matéria de direito de voto, tais como limitações ao exercício do voto dependente da titularidade de um número ou percentagem de ações, prazos impostos para o exercício do direito de voto ou sistemas de destaque de direitos de conteúdo patrimonial

Nos termos do artigo 10º dos Estatutos da Sociedade, a cada 100 (cem) ações corresponde um voto, não sendo consideradas, para efeitos de participação em Assembleia Geral, as transmissões de ações efetuadas durante os 15 dias que precedam a reunião de cada assembleia.

Os acionistas sem direito de voto que exerçam cargos na Assembleia Geral ou no órgão de administração podem, porém, discutir, fazer propostas e intervir nos trabalhos da assembleia. Os acionistas sem direito de voto e que não exerçam cargos na Assembleia Geral ou no órgão de administração, não podem assistir às Assembleias Gerais, mas podem nelas fazer-se representar, nos termos previstos no Código das Sociedades Comerciais.

Não é permitido o voto por correspondência.

## 10. Indicação da percentagem máxima dos direitos de voto que podem ser exercidos por um único acionista ou por acionistas que com aquele se encontrem em alguma das relações do n.º1 do artigo 20.º do Código de Valores Mobiliários

Os Estatutos não contemplam qualquer percentagem máxima de direitos de votos que podem ser exercidos por um único acionista ou por acionista que com aquele se encontre em alguma das relações do n.º 1 do artigo 20.º do Código de Valores Mobiliários.

### **11. Identificação das deliberações acionistas que, por imposição estatutária, só podem ser tomadas com maioria qualificada, para além das legalmente previstas, e indicação dessas maiorias**

As deliberações da Assembleia Geral são tomadas por maioria de votos dos acionistas presentes ou representados na Assembleia Geral, sempre que a lei ou os Estatutos não exijam maior número (n.º 2 do artigo 11.º dos Estatutos).

As deliberações relativas a quaisquer alterações dos Estatutos da Sociedade, incluindo alteração do objeto social, aumento e redução do capital social, fusão, cisão, transformação e dissolução da Sociedade, à supressão ou redução do direito de preferência dos acionistas da Sociedade em aumentos do capital social, à amortização de ações representativas do capital social, à suspensão ou cessação do exercício de atividade principal compreendida no objeto social da Sociedade, à autorização de compra e venda de ações próprias quando não seja realizada numa base pro-rata, bem como a nomeação do órgão de fiscalização da Sociedade e do respetivo auditor externo quando não seja uma das quatro maiores sociedades internacionais de auditoria, só podem ser aprovadas desde que seja obtido o voto favorável de uma maioria correspondente a mais de 95% dos direitos de voto representativos da totalidade do capital social.

## **II. Administração**

### **Conselho de Administração**

#### **a) Composição**

### **12. Identificação do modelo de governo adotado**

A FIDELIDADE ASSISTÊNCIA adota uma estrutura de governo societário de natureza monista com um Conselho de Administração que inclui uma Comissão Executiva.

### **13. Regras estatutárias sobre nomeação e substituição dos membros do Conselho de Administração**

Os membros do Conselho de Administração são eleitos pela Assembleia Geral. O presidente do Conselho de Administração é escolhido pelo próprio Conselho de Administração, salvo quando seja designado pela Assembleia Geral de acionistas que eleja o Conselho de Administração.

As vagas ou impedimentos que ocorram no Conselho de Administração são preenchidas por cooptação até que a primeira Assembleia Geral sobre elas proveja definitivamente.

#### 14. Composição do Conselho de Administração, com indicação do número estatutário mínimo e máximo de membros, duração estatutária do mandato, número de membros efetivos, data da designação e duração do mandato de cada membro

Nos termos dos Estatutos da Sociedade, o Conselho de Administração é composto por um mínimo de três e um máximo de dezassete membros, eleitos para mandatos de três anos, renováveis.

O Conselho de Administração, a 31 de dezembro de 2015, é composto por catorze membros, designados para exercer funções no triénio 2014-2016, dos quais dez são membros não executivos e quatro são executivos, situação que se espelha no Quadro seguinte:

Conselho de Administração (CA)	Cargo	Data de Nomeação no Mandato	Duração do Mandato	Observações
Guangchang Guo	Presidente	15-05-2014	2014/2016	Não executivo
João Nuno de Oliveira Jorge Palma	Vice-Presidente	15-05-2014	2014/2016	Não executivo
Jorge Manuel Baptista Magalhães Correia	Vice-Presidente	15-05-2014	2014/2016	Executivo
Qunbin Wang	Vogal	15-05-2014	2014/2016	Não executivo
Nuno Maria Pinto de Magalhães				
Fernandes Thomaz	Vogal	15-05-2014	2014/2016	Não executivo
Michael Lee	Vogal	15-05-2014	2014/2016	Não executivo
José Manuel Alvarez Quintero	Vogal	15-05-2014	2014/2016	Executivo
Francisco Xavier da Conceição Cordeiro	Vogal	29-05-2014	2014/2016	Executivo
Luís Filipe Mateus Alves	Vogal	29-05-2014	2014/2016	Executivo
Wai Lam William Mak	Vogal	05-06-2014	2014/2016	Não executivo
José Pedro Cabral dos Santos	Vogal	13-10-2014	2014/2016	Não executivo
Lan Kang	Vogal	31-10-2014	2014/2016	Não executivo
Xiaoyong Wu	Vogal	13-05-2015	2014/2016	Não executivo
Lingjiang Xu	Vogal	24-09-2015	2014/2016	Não executivo

Em 30 de maio de 2014, o Conselho de Administração nomeou, de entre os seus membros, uma Comissão Executiva, nos termos previstos no artigo 407º n.ºs 3 e 4 do Código das Sociedades Comerciais e no artigo 15º dos Estatutos da Sociedade, composta por quatro membros. A Comissão Executiva desempenha todas as funções de gestão corrente da Companhia que o Conselho de Administração não tenha reservado para si.

A Comissão Executiva, em 31 de dezembro de 2015, tem a seguinte composição:

Comissão Executiva (CE)	Cargo	Data de Nomeação no Mandato	Duração do Mandato
Jorge Manuel Baptista Magalhães Correia	Presidente	30-05-2014	2014/2016
Francisco Xavier da Conceição Cordeiro	Vice-Presidente	30-05-2014	2014/2016
José Manuel Alvarez Quintero	Vogal	30-05-2014	2014/2016
Luís Filipe Mateus Alves	Vogal	30-05-2014	2014/2016

### 15. Organograma relativo à repartição de competências entre os vários órgãos sociais, incluindo informação sobre delegações de competências

O Quadro seguinte representa a estrutura de Governo Societário da CARES durante o exercício de 2014:



### **Conselho de Administração**

O Conselho de Administração (CA), enquanto órgão de governo da Companhia, tem, nos termos do n.º 1 do artigo 18º dos Estatutos da Sociedade, os mais amplos poderes de gestão, de representação da Sociedade em juízo e fora dele, ativa e passivamente, e praticar todos os atos tendentes à realização do objeto social, competindo-lhe, em especial:

- a) Estabelecer, manter, transferir ou encerrar escritórios, sucursais ou quaisquer outras formas de representação social;
- b) Adquirir, alienar e obrigar por qualquer forma ações, partes sociais, obrigações ou outros títulos de natureza igual ou semelhante, bem como títulos da dívida pública;
- c) Adquirir e alienar quaisquer outros bens móveis, assim como obrigá-los por qualquer forma;
- d) Adquirir imóveis, bem como aliená-los e obrigá-los por quaisquer atos ou contratos, ainda que de constituição de garantias reais;
- e) Confessar, desistir ou transigir em quaisquer ações ou pleitos jurisdicionais e, bem assim, estabelecer convenções de arbitragem;
- f) Constituir mandatários nos termos da lei;
- g) Desempenhar as demais funções previstas nos Estatutos ou na lei.

As deliberações do CA que versem sobre as seguintes matérias só podem ser tomadas por uma maioria de 6/7 dos membros que compõem o CA:

- a) Alteração material do negócio, incluindo a disposição da totalidade, ou de parte substancial, dos ativos da Sociedade;
- b) Celebração, alteração ou cessação de qualquer contrato entre a Sociedade e qualquer acionista, bem como com sociedades que se encontrem em relação de domínio ou de grupo nos termos do artigo 21.º do Código dos Valores Mobiliários com qualquer acionista;
- c) Definição do sentido de voto a ser adotado pelos representantes da Sociedade nas assembleias gerais e no conselho de administração das sociedades comerciais nas quais a Sociedade detenha a maioria dos direitos de voto ou o direito a nomear a maioria dos membros do órgão de administração, quando esteja em causa deliberação sobre as seguintes matérias:
  - i. alterações aos Estatutos, incluindo alteração do objeto social, aumento e redução do capital social, fusão, cisão, transformação e dissolução da Sociedade;
  - ii. supressão ou redução do direito de preferência dos acionistas em aumentos de capital;
  - iii. amortização de ações representativas do capital social;
  - iv. suspensão ou cessação do exercício de atividade principal compreendida no objeto social;
  - v. autorização para a compra e venda de ações próprias quando não seja realizada numa base pro-rata;

- vi. nomeação do órgão de fiscalização e do respetivo auditor externo quando não seja uma das quatro maiores sociedades internacionais de auditoria;
- vii. alteração material do negócio, incluindo a disposição da totalidade, ou de parte substancial, dos ativos da Sociedade em causa;
- viii. celebração, alteração ou cessação de qualquer contrato entre a Sociedade em causa e qualquer acionista da sociedade, bem como com sociedades que se encontrem em relação de domínio ou de grupo nos termos do artigo 21.º do Código dos Valores Mobiliários com qualquer acionista da Sociedade.

### **Comissão Executiva**

Sem prejuízo da possibilidade de avocação de poderes sobre qualquer matéria delegada na Comissão Executiva (CE), o CA delegou nesta a gestão corrente da Sociedade, compreendendo os seguintes poderes:

- a) Todas as operações de seguro e resseguro e operações conexas ou complementares das de seguro ou resseguro, nomeadamente no que respeita a atos e contratos relativos a salvados, à reedificação e reparação de imóveis, à reparação de veículos, e à aplicação de provisões, reservas e capitais;
- b) Representação da Sociedade perante as entidades supervisoras e associações setoriais;
- c) Aquisição de serviços;
- d) Admissões, definição dos níveis, categorias, condições remuneratórias e outras regalias dos colaboradores, bem como atribuição de cargos diretivos;
- e) Exercício do poder disciplinar e aplicação de quaisquer sanções;
- f) Representação da Sociedade perante as estruturas representativas dos trabalhadores;
- g) Abertura ou encerramento de sucursais ou agências;
- h) Designação de quem deverá representar a Sociedade nas assembleias gerais das sociedades em que detenha participações, fixando o sentido de voto aí expresso;
- i) Designação das pessoas que deverão exercer os cargos sociais para os quais a Sociedade venha a ser eleita, bem como das pessoas que a Sociedade deva indicar para exercerem cargos sociais em sociedades em que detenha uma participação;
- j) Emissão de instruções vinculantes às sociedades que estiverem com a Sociedade em relação de grupo constituído por domínio total;
- k) Representação da Sociedade em juízo ou fora dele, ativa e passivamente, compreendendo a instauração e contestação de quaisquer procedimentos judiciais ou arbitrais, bem como a confissão, desistência ou transação em quaisquer ações e a assunção de compromissos arbitrais;
- l) Constituição de mandatários, com ou sem procuração, para a prática de determinados atos, ou categorias de atos, definindo a extensão dos respetivos mandatos.

A delegação de poderes na CE não abrange as matérias mantidas na exclusiva competência do CA.

### **Comissão de Investimento**

Todas as decisões de investimento da Sociedade estão sujeitas à supervisão da Comissão de Investimento, devendo a CE reportar à Comissão de Investimento as operações realizadas.

Compete à Comissão de Investimento definir as diretrizes de investimento e as decisões que carecerem da sua aprovação prévia.

Os membros da Comissão de Investimento são designados pelo CA, coincidindo o respetivo mandato com o mandato do CA.

## **III. Fiscalização**

### **Conselho Fiscal e Revisor Oficial de Contas**

#### **a) Composição**

#### **16. Identificação do Órgão de Fiscalização e competências**

A fiscalização da Sociedade compete, nos termos do artigo 413º, n.º 1, alínea a) do Código das Sociedades Comerciais, a um Conselho Fiscal e a uma Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, com as competências previstas na lei e cujo mandato em curso corresponde ao período 2014-2016.

Os Estatutos da Sociedade remetem as competências do Conselho Fiscal para as previstas na lei.

#### **17. Composição do Conselho Fiscal, com indicação do cargo de cada membro, data de nomeação e duração estatutária do mandato**

O Conselho Fiscal é constituído por 3 membros efetivos e um suplente, com mandatos de três anos, renováveis, tendo, em 31 de dezembro de 2015, a seguinte composição:

---

Membros do Conselho Fiscal	Cargo	Data de Nomeação no Mandato	Duração do Mandato
Vasco Jorge Valdez Ferreira Matias	Presidente	15-05-2014	2014/2016
João Filipe Gonçalves Pinto	Vogal	15-05-2014	2014/2016
Luís Augusto Máximo dos Santos	Vogal	15-05-2014	2014/2016
João Manuel Gonçalves Correia das Neves Martins	Suplente	15-05-2014	2014/2016

---

## IV. Revisor Oficial de Contas

### 18. Identificação do revisor oficial de contas e do sócio revisor oficial de contas que o representa

O Revisor Oficial de Contas é a Ernst & Young Audit & Associados – SROC, S.A., representada pela sua sócia Ana Rosa Ribeiro Salcedas Montes Pinto, ROC, n.º 1230.

### 19. Indicação do número de anos em que o revisor oficial de contas exerce funções consecutivamente junto da Sociedade e/ou grupo

O Revisor Oficial de Contas foi designado a 15 de maio de 2014 para exercer funções até ao final do triénio 2014/2016.

### 20. Descrição de outros serviços prestados pelo ROC à Sociedade

Para além dos trabalhos como revisor oficial de contas, a Ernst & Young Audit & Associados – SROC, S.A. presta serviços como Auditor Externo da Sociedade.

## V. Auditor Externo

### **21. Identificação do auditor externo e do sócio revisor oficial de contas que o representa no cumprimento dessas funções, bem como o respetivo número de registo na CMVM**

O auditor externo é a Ernst & Young Audit & Associados – SROC, S.A., representada pela sua sócia Ana Rosa Ribeiro Salcedas Montes Pinto, ROC, n.º 1230, que tem como interlocutores privilegiados a Comissão Executiva e a Área de Contabilidade e Financeira.

O auditor encontra-se registado na CMVM, desde 03/01/2002, sob o n.º 9011.

### **22. Indicação do número de anos em que o auditor externo e o respetivo sócio revisor oficial de contas que o representa no cumprimento dessas funções exercem funções consecutivamente junto da Sociedade e/ou do grupo**

O auditor externo e o respetivo sócio revisor oficial de contas iniciaram funções a 15 de maio de 2014.

### **23. Indicação do órgão responsável pelo acompanhamento do auditor externo**

A Comissão Executiva e o Conselho Fiscal acompanham, regularmente, os trabalhos do auditor externo, apreciando, em particular, as conclusões das auditorias às demonstrações financeiras.

### **24. Identificação de trabalhos, distintos dos de auditoria, realizados pelo auditor externo para a Sociedade e/ou para sociedades que com ela se encontrem em relação de domínio, bem como indicação dos procedimentos internos para efeitos de aprovação da contratação de tais serviços**

Para além dos trabalhos de Auditoria, o Auditor Externo presta serviços de revisão oficial de contas.

**25. Indicação do montante da remuneração anual paga pela Sociedade e/ou por pessoas coletivas em relação de domínio ou de grupo ao auditor e a outras pessoas singulares ou coletivas pertencentes à mesma rede e discriminação da percentagem respeitante aos seguintes serviços (para efeitos desta informação, o conceito de rede é o decorrente da Recomendação da Comissão Europeia n.º C (2002) 1873, de 16 de maio).**

O montante da remuneração anual paga pela Companhia ao auditor e a outras pessoas singulares ou coletivas pertencentes à mesma rede, discriminado com respetivas percentagens, encontra-se espelhado no Quadro seguinte:

Serviços Prestados pela E&Y em 2014 (Total por Sociedade)	Euros					%				
	Auditoria	Outros Serviços de garantia de fiabilidade	Consultoria Fiscal	Outros Serviços	Total	Auditoria	Outros Serviços de garantia de fiabilidade	Consultoria Fiscal	Outros Serviços	
	35.000	0	0	0	35.000	100	0	0	0	

## C. Organização Interna

### I. Estatutos

**26. Regras aplicáveis à alteração dos estatutos da Sociedade (artigo 245.º-A, n.º1, al. h)**

Qualquer alteração dos Estatutos da Sociedade carece de deliberação da Assembleia Geral com o voto favorável de uma maioria correspondente a mais de 95% dos direitos de votos representativos da totalidade do capital social.

## II. Comunicação de irregularidades

### 27. Meios e política de comunicação de irregularidades ocorridas na Sociedade

A FIDELIDADE ASSISTÊNCIA tem uma cultura de responsabilidade e de compliance, reconhecendo a importância do adequado enquadramento da comunicação e processamento de irregularidades como instrumento de boa prática societária e implementa os meios adequados de receção, tratamento e arquivo das comunicações de irregularidades, alegadamente cometidas por membros dos órgãos sociais e por colaboradores da Sociedade ou das sociedades integradas no Grupo Fidelidade.

São consideradas como irregularidades os atos e omissões, dolosas ou negligentes, relacionados com a administração, a organização contabilística e a fiscalização interna da Sociedade que, de forma grave, sejam suscetíveis nomeadamente de:

- a) Violar a lei, os regulamentos e outros normativos em vigor;
- b) Colocar em causa o património dos clientes, dos acionistas e da FIDELIDADE ASSISTÊNCIA;
- c) Causar dano reputacional à FIDELIDADE ASSISTÊNCIA ou a sociedades integradas no Grupo Fidelidade.

Podem comunicar irregularidades, os colaboradores, mandatários, comissários ou quaisquer outras pessoas que prestem serviços a título permanente ou ocasional na Companhia ou em qualquer entidade do Grupo, os acionistas e quaisquer outras pessoas.

## III. Controlo interno e gestão de riscos

### 28. Órgãos ou comissões responsáveis pela auditoria interna e/ou pela implementação de sistemas de controlo interno

A gestão dos sistemas de gestão de riscos e de controlo interno é assegurada pelos seguintes órgãos que exercem funções transversais ao Grupo Fidelidade: Direção de Gestão de Risco, Direção de Auditoria, Gabinete de Compliance e Comité de Risco.

Aos restantes Órgãos de Estrutura compete o papel de dinamizador no processo de gestão de risco e controlo interno, no sentido de assegurar que a gestão e o controlo das operações sejam efetuados de uma forma sã e prudente, cabendo-lhes também assegurar a existência e atualização da documentação relativa aos seus processos de negócio, respetivos riscos e atividades de controlo.

A Companhia tem vindo a desenvolver um sistema global de gestão de riscos, de forma a responder aos requisitos relacionados com o novo regime Solvência II.

A implementação deste sistema, para além do cumprimento dos normativos aplicáveis à atividade seguradora, é entendida como uma oportunidade de melhoria dos processos de avaliação e gestão de risco, contribuindo, assim, para a manutenção da solidez e estabilidade do grupo segurador, onde a Fidelidade se insere.

Assim, no âmbito da gestão do risco operacional e do controlo interno, foram desenvolvidas iniciativas assentes nas melhores práticas definidas, quer pelo então Instituto de Seguros de Portugal, agora Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF), quer pelo EIOPA – Autoridade Europeia dos Seguros e Pensões Complementares de Reforma:

- Documentação e caracterização das atividades de controlo existentes, associando-as aos riscos previamente identificados nos processos de negócio;
- Implementação de procedimentos de registo descentralizado dos eventos e das consequentes perdas, incluindo quase-perdas, resultantes dos riscos associados aos processos de negócio, assim como de auto-avaliações dos riscos e das atividades de controlo.

Inserido no conjunto de recomendações prudenciais das autoridades de supervisão, no sentido de garantir a continuidade operacional dos processos, sistemas e comunicações, o Grupo Fidelidade tem um Plano de Continuidade de Negócio (PCN) de forma a garantir a realização de uma avaliação estruturada de danos e uma ágil tomada de decisão sobre o tipo de recuperação a empreender.

Por força do estabelecido na Diretiva relativa ao acesso à atividade de seguros e resseguros e ao seu exercício (Solvência II), o novo regime dela decorrente, transposto para a ordem jurídica interna através da Lei 147/2015, de 9 de setembro, nele se incluindo também o Regulamento Delegado (EU) 2015/35, de 10 de outubro, para além de um conjunto de normas técnicas de execução e orientações da EIOPA, será aplicável a partir de 1 de janeiro de 2016.

Tendo em vista uma adequada transição, o EIOPA emitiu um conjunto de orientações, com aplicação desde 1 de janeiro de 2014, sobre os procedimentos a adotar na fase de preparação para aplicação do regime Solvência II.

Considerando o processo legislativo descrito, a Companhia realizou um "gap analysis" detalhado, comparando a situação atual com os objetivos (grau de maturidade) pretendidos para os requisitos constantes, quer do novo regime Solvência II, quer das orientações aplicáveis na fase de preparação para a sua aplicação, em 2016.

Em resultado desta análise, foi definido um plano de implementação contendo as atividades necessárias para eliminar as diferenças identificadas (gaps), abrangendo, quer a fase transitória (num horizonte temporal mais próximo – 2014 a 2015), quer a fase de consolidação da aplicação do novo regime Solvência II (num horizonte temporal mais alargado, após janeiro de 2016).

No âmbito da Circular n.º 5/2014, de 12 de dezembro, o referido plano de implementação foi remetido à ASF, contendo, quer a calendarização das tarefas planeadas, e respetivo grau de execução, quer a abordagem aos vários tipos de requisitos incluídos no regime Solvência II (quantitativos, qualitativos e de reporte e divulgação de informação), bem como aos sistemas de informação e aos planos de formação.

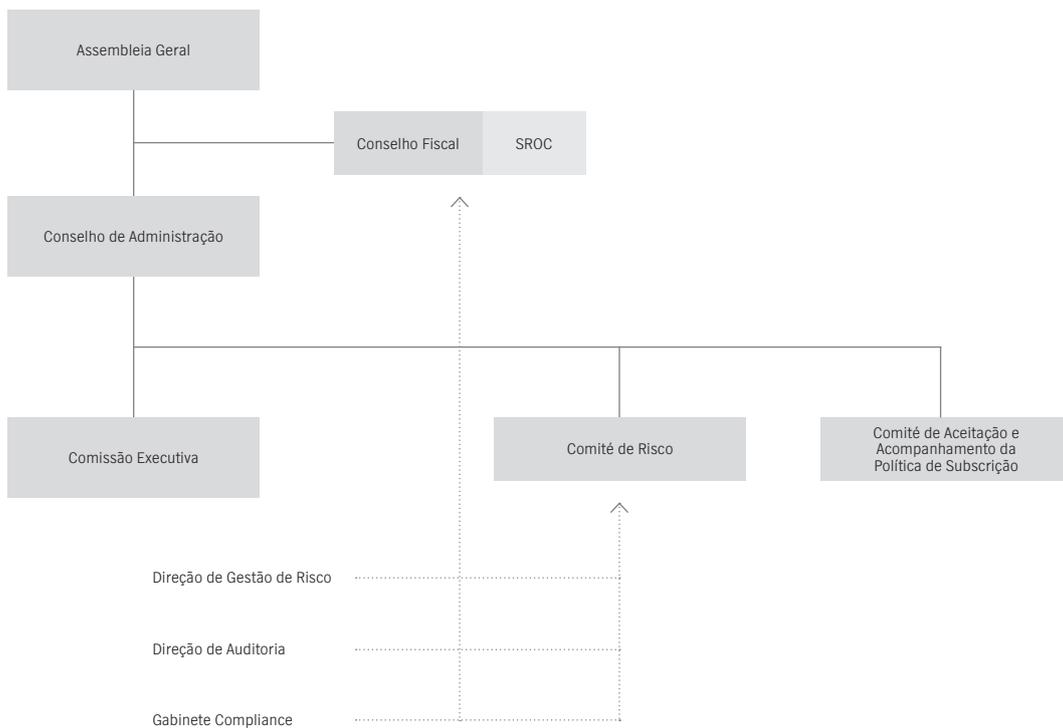
Ainda no âmbito da referida Circular, a Companhia enviou à ASF, durante o exercício de 2015, a seguinte informação relativa à fase preparatória:

- A política de autoavaliação do risco e da solvência, bem como relatório produzido no seguimento do exercício de autoavaliação do risco e da solvência efetuado, contendo as conclusões e os resultados das avaliações realizadas;
- Informação anual incorporada nos mapas de reporte quantitativo (Quantitative Report Templates – QRT) e informação qualitativa, com a referência a 31/12/2014;
- Informação trimestral incorporada nos mapas de reporte quantitativo (QRT) com referência ao terceiro trimestre de 2015.

Desta forma, os trabalhos preparatórios levados a cabo no âmbito daquele plano de implementação, bem como as medidas adotadas durante a fase de preparação para a aplicação do regime solvência II, colocam a Companhia num grau de preparação confortável com vista a uma adequada transição para o regime Solvência II.

## 29. Explicação das relações de dependência hierárquica e/ou funcional face a outros órgãos ou comissões da Sociedade

A dependência hierárquica e/ou funcional da Direção de Gestão de Risco, da Direção de Auditoria e do Gabinete de Compliance, face a outros órgãos ou comissões da Sociedade, encontra-se espelhada no Quadro seguinte:



## 30. Existência de outras áreas funcionais com competências no controlo de riscos

A par das áreas com funções-chave no âmbito dos sistemas de gestão de riscos e de controlo interno, e do controlo do risco legal levado a cabo pela Direção de Assuntos Jurídicos, existe um sistema de informação e comunicação que suporta as tomadas de decisão e processos de controlo, tanto a nível interno, como externo, da competência da Área de Contabilidade e Financeira que garante a existência de informação substantiva, atual, coerente, tempestiva e fiável, permitindo uma visão global e abrangente sobre a situação financeira, o desenvolvimento da atividade, o cumprimento da estratégia e dos objetivos definidos, a identificação do perfil de risco da Companhia e o comportamento e perspetivas de evolução do mercado.

O processo de informação financeira e de gestão é apoiado pelos sistemas contabilísticos e de suporte à gestão que registam, classificam, associam e arquivam de forma, sistematizada, atempada, fiável, completa e consistente, todas as operações realizadas pela instituição e subsidiárias, de acordo com as determinações e políticas emanadas da Comissão Executiva.

Assim, a Direção de Gestão de Risco, a Direção de Auditoria, o Gabinete de Compliance e a Área de Contabilidade e Financeira asseguram a implementação dos procedimentos e meios necessários à obtenção de toda a informação relevante para o processo de consolidação e de informação ao nível da Sociedade – tanto de natureza contabilística, como de apoio à gestão e ao acompanhamento e controlo dos riscos – que devem contemplar, designadamente:

- A definição do conteúdo e formato da informação a reportar pelas entidades incluídas no perímetro de consolidação, de acordo com as políticas contabilísticas e orientações definidas pelo órgão de gestão, bem como as datas em que são requeridos os reportes;
- A identificação e controlo das operações intra Companhia; e
- A garantia de que a informação de gestão é coerente entre as várias entidades, de modo a que seja possível medir e acompanhar a evolução e rentabilidade de cada negócio e verificar o cumprimento dos objetivos estabelecidos, bem como avaliar e controlar os riscos em que cada entidade incorre, tanto em termos absolutos como relativos.

Por força do novo regime Solvência II, foram criadas novas obrigações de informação ao público e ao supervisor, nomeadamente, a divulgação anual de um relatório sobre a solvência e a situação financeira da Companhia.

### **31. Identificação e descrição dos principais tipos de riscos (económicos, financeiros e jurídicos) a que a Sociedade se expõe no exercício da atividade**

Remete-se, neste ponto, para a informação facultada no Relatório de Gestão 2015, em particular nas Notas às Demonstrações Financeiras.

### **32. Descrição do processo de identificação, avaliação, acompanhamento, controlo e gestão de riscos**

Para cumprimento do previsto no artigo 19.º da Norma Regulamentar n.º 14/2005-R, de 29 de novembro, é preparado o Relatório Anual sobre a Estrutura Organizacional e os Sistemas de Gestão de Risco e de Controlo Interno da FIDELIDADE ASSISTÊNCIA, sujeito a uma certificação por um Revisor Oficial de Contas.

O Relatório relativo ao exercício de 2015 contempla, por um lado, capítulos relacionados com a estrutura organizacional, principais atividades em regime de subcontratação, modelo de governação e sistemas de informação que suportam os sistemas de gestão de riscos e de controlo interno e, por outro, os seguintes aspetos:

- Atividades e acompanhamento efetuado pelas funções-chave estabelecidas no âmbito dos sistemas de gestão de riscos e de controlo interno;
- Procedimentos de gestão de riscos, controlo interno e combate ao branqueamento de capitais;
- Lista das deficiências identificadas no sistema de gestão de riscos e de controlo interno;
- Procedimentos no âmbito da política antifraude, conforme previsto no artigo 25.º da Norma Regulamentar n.º 10/2009-R, de 25 de junho.

## V. Sítio de Internet

### 33. Endereços

O endereço da FIDELIDADE ASSISTÊNCIA na Internet é o seguinte: [www.fidelidade-assistance.pt](http://www.fidelidade-assistance.pt)

### 34. Local onde se encontra informação sobre a Sociedade, órgãos sociais e documentos de prestação de contas

A informação sobre a Sociedade, sobre os órgãos sociais e os documentos de prestação de contas, encontra-se disponível no sítio da Companhia, no endereço da Internet, atrás indicado.

### 35. Local onde se encontram os estatutos e os regulamentos de funcionamento dos órgãos sociais

Os Estatutos e os regulamentos de funcionamento dos órgãos e comissões estão disponíveis na Sede da Sociedade – Secretário da Sociedade.

### **36. Local onde são divulgados a convocatória para a reunião da assembleia geral e toda a informação preparatória e subsequente com ela relacionada**

As convocatórias para as reuniões da assembleia geral e toda a informação preparatória e subsequente com ela relacionada estão disponíveis na Sede da Sociedade – Secretário da Sociedade.

### **37. Local onde se disponibiliza o acervo histórico com as deliberações tomadas nas reuniões das assembleias gerais da Sociedade, o capital social representado e os resultados das votações, com referência aos 3 anos antecedentes**

O acervo histórico com as deliberações tomadas nas reuniões das assembleias gerais da Sociedade, o capital social representado e os resultados das votações, com referência aos 3 anos antecedentes, estão disponíveis na Sede da Sociedade – Secretário da Sociedade.

## **D. Remunerações**

### **I. Competência para a determinação**

#### **38. Indicação quanto à competência para a determinação da remuneração dos órgãos sociais, dos membros da comissão executiva ou administrador delegado e dos dirigentes da Sociedade**

A fixação de remunerações dos membros dos órgãos sociais cabe à Comissão de Remunerações.

### **II. Comissão de remunerações**

#### **39. Composição da comissão de remunerações**

A Comissão de Remunerações em exercício de funções em 31 de dezembro de 2015 foi nomeada em 29 de julho de 2014 e tem a seguinte composição:

Presidente: Lan Kang

Vogais: Michael Lee

Yao Xu

#### **40. Conhecimentos e experiência dos membros da comissão de remunerações em matéria de política de remunerações**

Os membros da Comissão de Remunerações são pessoas que, pela experiência profissional e currículo, asseguram conhecimentos e perfil adequado no que concerne à matéria de política de remunerações.

### **III. Estrutura das remunerações**

#### **41. Descrição da política de remuneração dos órgãos de administração e de fiscalização a que se refere o artigo 2.º da lei n.º 28/2009, de 19 de junho**

A Comissão de Remunerações submeteu à Assembleia Geral de 31 de março de 2015, em cumprimento do estabelecido no artigo 2º da Lei 28/2009, de 19 de junho, uma declaração sobre a política de remuneração dos membros dos respetivos órgãos de administração e de fiscalização que foi aprovada por unanimidade.

De acordo com a referida declaração, a política de remuneração assentava nos seguintes princípios:

- “A remuneração dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização da Sociedade é fixada tendo como referência as normas legais e regulamentares aplicáveis, bem como os princípios orientadores da política de fixação de remunerações dos membros dos órgãos sociais das empresas do Grupo.
- Os administradores com funções executivas auferem, quando o exercício do cargo seja remunerado, para além de uma remuneração fixa, uma remuneração variável atribuída, individualizada e anualmente, em função da correspondente avaliação do desempenho, não excedendo 50% da remuneração fixa anual.
- Os membros do Conselho de Administração sem funções executivas não auferem qualquer remuneração, fixa ou variável.
- Os membros do Conselho Fiscal apenas auferem remuneração “fixa”.

A política de remuneração supra-definida foi a aplicada no exercício de 2015.

A informação sobre o montante anual da remuneração auferida pelos membros dos órgãos sociais é a que consta do Relatório do Governo da Sociedade.

Em face do exposto, é possível fazer a seguinte avaliação sobre o grau de cumprimento das recomendações contidas na Circular n.º 6/2010, de 1 de abril, do então Instituto de Seguros de Portugal, em matéria de política de remuneração:

Item	Recomendação	Grau de Cumprimento	Observações
I. Princípios Gerais	I.1. As instituições devem adotar uma política de remuneração consistente com uma gestão e controlo de riscos eficaz que evite uma excessiva exposição ao risco, que evite potenciais conflitos de interesses e que seja coerente com os objetivos, valores e interesses a longo prazo da instituição, designadamente com as perspetivas de crescimento e rentabilidade sustentáveis e a proteção dos interesses dos tomadores de seguros, segurados, participantes, beneficiários e contribuintes.	Cumprida	
	I.2. A política de remuneração deve ser adequada à dimensão, natureza e complexidade da atividade desenvolvida ou a desenvolver pela instituição e, em especial, no que se refere aos riscos assumidos ou a assumir.	Cumprida	
	I.3. As instituições devem adotar uma estrutura clara, transparente e adequada relativamente à definição, implementação e monitorização da política de remuneração, que identifique, de forma objetiva, os colaboradores envolvidos em cada processo, bem como as respetivas responsabilidades e competências.	Cumprida	
II. Aprovação da política de remuneração	II.1. Sem prejuízo do disposto no n.º 1 do artigo 2.º da Lei n.º 28/2009, de 19 de junho, no que se refere à remuneração dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização, a política de remuneração deve ser aprovada por uma comissão de remuneração ou, no caso de a sua existência não ser exequível ou apropriada face à dimensão, natureza e complexidade da instituição em causa, pela assembleia geral ou pelo conselho geral e de supervisão, consoante aplicável.	Cumprida	
	II.2. No que se refere à remuneração dos restantes colaboradores abrangidos pela Circular, a política de remuneração deve ser aprovada pelo órgão de administração.	Cumprida	
	II.3. Na definição da política de remuneração devem participar pessoas com independência funcional e capacidade técnica adequada, incluindo pessoas que integrem as unidades de estrutura responsáveis pelas funções-chave e, sempre que necessário, de recursos humanos, assim como peritos externos, de forma a evitar conflitos de interesses e a permitir a formação de um juízo de valor independente sobre a adequação da política de remuneração, incluindo os seus efeitos sobre a gestão de riscos e de capital da instituição.	Cumprida	
	II.4. A política de remuneração deve ser transparente e acessível a todos os colaboradores da Instituição. A política de remuneração deve ainda ser objeto de revisão periódica e estar formalizada em documento(s) autónomo(s), devidamente atualizado(s), com indicação da data das alterações introduzidas e respetiva justificação, devendo ser mantido um arquivo das versões anteriores.	Cumprida	
	II.5. O processo de avaliação, incluindo os critérios utilizados para determinar a remuneração variável, deve ser comunicado aos colaboradores, previamente ao período de tempo abrangido pelo processo de avaliação.	Cumprida	
III. Comissão de remuneração	III.1. A comissão de remuneração, caso exista, deve efetuar uma revisão, com uma periodicidade mínima anual, da política de remuneração da Instituição e da sua implementação, em particular, no que se refere à remuneração dos membros executivos do órgão de administração, incluindo a respetiva remuneração com base em ações ou opções, de forma a permitir a formulação de um juízo de valor fundamentado e independente sobre a adequação da política de remuneração, à luz das recomendações da presente Circular, em especial sobre o respetivo efeito na gestão de riscos e de capital da Instituição.	Cumprida	

Item	Recomendação	Grau de Cumprimento	Observações
	III.2. Os membros da comissão de remuneração devem ser independentes relativamente aos membros do órgão de administração e cumprir com requisitos de idoneidade e qualificação profissional adequados ao exercício das suas funções, em particular possuir conhecimentos e/ou experiência profissional em matéria de política de remuneração.	Cumprida	
	III.3. No caso de a comissão de remuneração recorrer, no exercício das suas funções, à prestação de serviços externos em matéria de remunerações, não deve contratar pessoa singular ou coletiva que preste ou tenha prestado, nos três anos anteriores, serviços a qualquer estrutura na dependência do órgão de administração, ao próprio órgão de administração ou que tenha relação atual com consultora da Instituição, sendo esta recomendação igualmente aplicável a qualquer pessoa singular ou coletiva que com aqueles se encontre relacionada por contrato de trabalho ou prestação de serviços.	Não aplicável	Não há recurso a prestação de serviços externos em matéria de remunerações.
	III.4. A comissão de remuneração deve informar anualmente os acionistas sobre o exercício das suas funções e deve estar presente nas assembleias gerais em que a política de remuneração conste da ordem de trabalhos.	Cumprida	
	III.5. A comissão de remuneração deve reunir-se com uma periodicidade mínima anual, devendo elaborar atas de todas as reuniões que realize.	Cumprida	
IV. Remuneração dos membros do órgão de administração	IV.1. A remuneração dos administradores que exerçam funções executivas deve integrar uma componente variável, cuja determinação dependa de uma avaliação do desempenho, realizada pelos órgãos competentes da Instituição, de acordo com critérios mensuráveis predeterminados, incluindo critérios não financeiros, que considere, para além do desempenho individual, o real crescimento da Instituição e a riqueza efetivamente criada para os acionistas, a proteção dos interesses dos tomadores de seguros, segurados, participantes, beneficiários e contribuintes, a sua sustentabilidade a longo prazo e os riscos assumidos, bem como o cumprimento das regras aplicáveis à atividade da Instituição.	Não cumprida	Não houve lugar a atribuição de remuneração variável pelo exercício do cargo.
Membros executivos	IV.2. As componentes fixa e variável da remuneração total devem estar adequadamente equilibradas. A componente fixa deve representar uma proporção suficientemente elevada da remuneração total, a fim de permitir a aplicação de uma política plenamente flexível sobre a componente variável da remuneração, incluindo a possibilidade de não pagamento de qualquer componente variável da remuneração. A componente variável deve estar sujeita a um limite máximo.	Não aplicável	Não houve lugar a atribuição de remuneração variável pelo exercício do cargo.
	IV.3. Uma parte substancial da componente variável da remuneração deve ser paga em instrumentos financeiros emitidos pela Instituição e cuja valorização dependa do desempenho de médio e longo prazo da Instituição. Esses instrumentos financeiros devem estar sujeitos a uma política de retenção adequada destinada a alinhar os incentivos pelos interesses a longo prazo da Instituição e ser, quando não cotados em bolsa, avaliados, para o efeito, pelo seu justo valor.	Não aplicável	Não houve lugar a atribuição de remuneração variável pelo exercício do cargo.
	IV.4. Uma parte significativa da remuneração variável deve ser diferida por um período não inferior a três anos e o seu pagamento deve ficar dependente da continuação do desempenho positivo da instituição ao longo desse período.	Não aplicável	Não houve lugar a atribuição de remuneração variável pelo exercício do cargo.
	IV.5. A parte da componente variável sujeita a diferimento deve ser determinada em função crescente do seu peso relativo face à componente fixa da remuneração.	Não aplicável	Não houve lugar a atribuição de remuneração variável pelo exercício do cargo.

Item	Recomendação	Grau de Cumprimento	Observações
	IV.6. Os membros do órgão de administração não devem celebrar contratos, quer com a Instituição, quer com terceiros, que tenham por efeito mitigar o risco inerente à variabilidade da remuneração que lhes for fixada pela Instituição.	Cumprida	
	IV.7. Até ao termo do seu mandato, devem os membros executivos do órgão de administração manter as ações da Instituição a que tenham acedido por força de esquemas de remuneração variável, até ao limite de duas vezes o valor da remuneração total anual, com exceção daquelas que necessitem ser alienadas com vista ao pagamento de impostos resultantes do benefício dessas mesmas ações.	Não aplicável	Não houve lugar a atribuição de remuneração variável pelo exercício do cargo.
	IV.8. Quando a remuneração variável compreender a atribuição de opções, o início do período de exercício deve ser diferido por um prazo não inferior a três anos.	Não aplicável	Não houve lugar a atribuição de remuneração variável pelo exercício do cargo.
	IV.9. Após o exercício referido no ponto anterior, os membros executivos do órgão de administração devem conservar um certo número de ações, até ao fim do seu mandato, sujeito à necessidade de financiar quaisquer custos relacionados com a aquisição de ações, sendo que o número de ações a conservar deve ser fixado.	Não aplicável	Não houve lugar a atribuição de remuneração variável pelo exercício do cargo.
Membros não executivos	IV.10. A remuneração dos membros não executivos do órgão de administração não deve incluir nenhuma componente cujo valor dependa do desempenho ou do valor da instituição.	Não aplicável	Os membros não executivos não auferem remuneração.
Indemnizações em caso de destituição	IV.11. Devem ser estabelecidos os instrumentos jurídicos adequados para que a compensação estabelecida para qualquer forma de destituição sem justa causa de um membro do órgão de administração não seja paga se a destituição ou cessação por acordo resultar de um inadequado desempenho do membro do órgão de administração.	Não aplicável	Não existem compensações estabelecidas.
V. Remuneração dos colaboradores	V.1. Se a remuneração dos colaboradores da Instituição incluir uma componente variável, esta deve ser adequadamente equilibrada face à componente fixa da remuneração, atendendo, designadamente, ao desempenho, às responsabilidades e às funções de cada colaborador, bem como à atividade exercida pela Instituição. A componente fixa deve representar uma proporção suficientemente elevada da remuneração total, a fim de permitir a aplicação de uma política plenamente flexível sobre a componente variável da remuneração, incluindo a possibilidade de não pagamento de qualquer componente variável da remuneração. A componente variável deve estar sujeita a um limite máximo.	Cumprida	
Relação entre a remuneração fixa e a remuneração variável	V.2. Uma parte substancial da componente variável da remuneração deve ser paga em instrumentos financeiros emitidos pela Instituição e cuja valorização dependa do desempenho de médio e longo prazo da Instituição. Esses instrumentos financeiros devem estar sujeitos a uma política de retenção adequada destinada a alinhar os incentivos pelos interesses a longo prazo da Instituição e ser, quando não cotados em bolsa, avaliados, para o efeito, pelo seu justo valor.	Não cumprida	Não houve lugar à emissão de instrumentos financeiros pela própria instituição para atribuição aos seus colaboradores.
Crítérios de atribuição da remuneração variável	V.3. A avaliação de desempenho deve atender não apenas ao desempenho individual mas também ao desempenho coletivo da unidade de estrutura onde o colaborador se integra e da própria Instituição, devendo incluir critérios não financeiros relevantes, como o respeito pelas regras e procedimentos aplicáveis à atividade desenvolvida, designadamente as regras de controlo interno e as relativas às relações com tomadores de seguros, segurados, participantes, beneficiários e contribuintes, de modo a promover a sustentabilidade da Instituição e a criação de valor a longo prazo.	Cumprida	

Item	Recomendação	Grau de Cumprimento	Observações
Diferimento da remuneração variável	V.4. Os critérios de atribuição da remuneração variável em função do desempenho devem ser predeterminados e mensuráveis, devendo ter por referência um quadro plurianual, de três a cinco anos, a fim de assegurar que o processo de avaliação se baseia num desempenho de longo prazo.	Cumprida parcialmente	A política de remuneração dos colaboradores tem por referência um quadro anual, sendo que não se considera oportuno aplicar aos colaboradores sujeitos à Norma Regulamentar 5/2010 regras distintas face aos restantes colaboradores.
	V.5. A remuneração variável, incluindo a parte diferida dessa remuneração, só deve ser paga ou constituir um direito adquirido se for sustentável à luz da situação financeira da Instituição no seu todo e se se justificar à luz do desempenho do colaborador em causa e da unidade de estrutura onde este se integra. O total da remuneração variável deve, de um modo geral, ser fortemente reduzido em caso de regressão do desempenho ou desempenho negativo da Instituição.	Cumprida	Não existe parte diferida da remuneração variável.
	V.6. Uma parte significativa da remuneração variável deve ser diferida por um período não inferior a três anos e o seu pagamento deve ficar dependente de critérios de desempenho futuro, medidos com base em critérios ajustados ao risco, que atendam aos riscos associados à atividade da qual resulta a sua atribuição.	Não cumprida	A política de remuneração dos colaboradores tem por referência um quadro anual, sendo que não se considera oportuno aplicar aos colaboradores sujeitos à Norma Regulamentar 5/2010 regras distintas face aos restantes colaboradores.
	V.7. A parte da remuneração variável sujeita a diferimento nos termos do número anterior deve ser determinada em função crescente do seu peso relativo face à componente fixa da remuneração, devendo a percentagem diferida aumentar significativamente em função do nível hierárquico ou responsabilidade do colaborador.	Não aplicável	Não existe parte da remuneração variável sujeita a diferimento.
Remuneração dos colaboradores que exerçam funções-chave	V.8. Os colaboradores envolvidos na realização das tarefas associadas às funções-chave devem ser remunerados em função da prossecução dos objetivos associados às respetivas funções, independentemente do desempenho das áreas sob o seu controlo, devendo a remuneração proporcionar uma recompensa adequada à relevância do exercício das suas funções.	Cumprida	
	V.9. Em particular, a função atuarial e o atuário responsável devem ser remunerados de forma consentânea com o seu papel na Instituição e não em relação ao desempenho desta.	Não aplicável	A função atuarial e o atuário responsável não são remunerados pela Fidelidade Assistência.
VI. Avaliação da política de remuneração	VI.1. A política de remuneração deve ser submetida a uma avaliação interna independente, com uma periodicidade mínima anual, executada pelas funções-chave da Instituição, em articulação entre si.	Cumprida	
	VI.2. A avaliação prevista no número anterior deve incluir, designadamente, uma análise da política de remuneração da Instituição e da sua implementação, à luz das recomendações da presente Circular, em especial sobre o respetivo efeito na gestão de riscos e de capital da Instituição.	Cumprida	
	VI.3. As funções-chave devem apresentar ao órgão de administração e à assembleia geral ou, caso exista, à comissão de remuneração, um relatório com os resultados da análise a que se refere o número VI.1., que, designadamente, identifique as medidas necessárias para corrigir eventuais insuficiências à luz das presentes recomendações.	Cumprida	

## IV. Divulgação das remunerações

### 42. Indicação do montante anual da remuneração auferida, de forma agregada e individual, pelos membros dos órgãos de administração da Sociedade, proveniente da Sociedade, incluindo remuneração fixa e variável e, relativamente a esta, menção às diferentes componentes que lhe deram origem

O montante anual da remuneração auferida, de forma agregada e individual, pelos membros do órgão de administração da Sociedade, consta do Quadro seguinte:

Membros não executivos do Conselho de Administração (CA)	FIDELIDADE ASSISTÊNCIA (€)	Observações
Guangchang Guo	0	
João Nuno de Oliveira Jorge Palma	0	
Qunbin Wang	0	
Nuno Maria Pinto de Magalhães Fernandes Thomaz	0	
Guoqi Ding	0	Renunciou em 12.01.2015
Michael Lee	0	
Yao Xu	0	Renunciou em 21.09.2015
Wai Lam William Mak	0	
José Pedro Cabral dos Santos	0	
Lan Kang	0	
Xiaoyong Wu	0	
Lingjiang Xu	0	
<b>TOTAL</b>	<b>0</b>	

Membros executivos do Conselho de Administração (CA)	FIDELIDADE ASSISTÊNCIA (€)	Observações
Jorge Manuel Baptista Magalhães Correia	0	
Francisco Xavier da Conceição Cordeiro	0	
José Manuel Alvarez Quintero	0	
Luís Filipe Mateus Alves	104.879	
<b>TOTAL</b>	<b>104.879</b>	

No exercício de 2015 não foi paga remuneração variável pelo exercício do cargo, nomeadamente sob a forma de participação nos lucros e/ou de prémios.

#### **43. Indemnizações pagas ou devidas a ex-administradores executivos relativamente à cessação das suas funções durante o exercício**

Nenhum administrador executivo cessou funções durante o exercício de 2015.

#### **44. Indicação do montante anual da remuneração auferida, de forma agregada e individual, pelos membros dos órgãos de fiscalização da Sociedade, para efeitos da lei n.º 28/2009, de 19 de junho**

O montante anual da remuneração bruta auferida, de forma agregada e individual, pelos membros do órgão de fiscalização da Sociedade, consta do Quadro seguinte:

Membros do Conselho Fiscal	FIDELIDADE ASSISTÊNCIA (€)	Observações
Vasco Jorge Valdez Ferreira Matias	11.200	
João Filipe Gonçalves Pinto	8.400	
Luís Augusto Máximo dos Santos	8.400	
João Manuel Gonçalves Correia das Neves Martins	0	(Suplente)
<b>TOTAL</b>	<b>28.000</b>	

#### **45. Indicação da remuneração no ano de referência do presidente da mesa da assembleia geral**

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral não auferiu qualquer remuneração.

### **V. Acordos com implicações remuneratórias**

#### **46. Referência à existência e descrição, com indicação dos montantes envolvidos, de acordos entre a Sociedade e os titulares do órgão de administração, que prevejam indemnizações em caso de demissão, despedimento sem justa causa ou cessação da relação de trabalho na sequência de uma mudança de controlo da Sociedade (artigo 245.º-A, n.º1, al. I)**

Não existem quaisquer acordos entre a Sociedade e os titulares do órgão de administração que prevejam indemnizações em caso de demissão, despedimento sem justa causa ou cessação da relação de trabalho, na sequência de uma mudança de controlo da Sociedade.

### **VI. Planos de atribuição de ações ou opções sobre ações ('stock options')**

#### **47. Identificação do plano e dos respetivos destinatários**

Não existem planos com estas características.

#### **48. Direitos de opção atribuídos para a aquisição de ações ('stock options') de que sejam beneficiários os trabalhadores e colaboradores da empresa**

Não existem direitos de opção atribuídos para a aquisição de ações de que sejam beneficiários os trabalhadores.

## **E. Transações com Partes Relacionadas**

# **I. Mecanismos e procedimentos de controlo**

### **49. Mecanismos implementados pela Sociedade para efeitos de controlo de transações com partes relacionadas**

A FIDELIDADE ASSISTÊNCIA adotou um conjunto de regras objetivas e transparentes aplicáveis às transações com partes relacionadas, as quais estão sujeitas a mecanismos específicos de aprovação.

### **50. Indicação das transações que foram sujeitas a controlo no ano de referência**

Todas as transações com partes relacionadas foram sujeitas a controlo.

### **51. Descrição dos procedimentos e critérios aplicáveis à intervenção do órgão de fiscalização para efeitos da avaliação prévia dos negócios a realizar entre a Sociedade e titulares de participação qualificada ou entidades que com eles estejam em qualquer relação, nos termos do artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários**

As operações a realizar entre a Sociedade e titulares de participação qualificada ou entidades que com eles estejam em qualquer relação, são objeto de apreciação e de deliberação por maioria qualificada do Conselho de Administração, estando estas operações, como todas as outras realizadas pela Companhia, sujeitas à fiscalização do Conselho Fiscal.

## **II. Elementos relativos às transações**

### **52. Indicação do local dos documentos de prestação de contas onde está disponível informação sobre os negócios com partes relacionadas**

A informação sobre os negócios com partes relacionadas encontra-se na Nota 25 às demonstrações financeiras.

**06**

RELATÓRIO  
E PARECER DO  
CONSELHO FISCAL  
E CERTIFICAÇÃO  
LEGAL DE CONTAS

**FIDELIDADE ASSISTÊNCIA – COMPANHIA DE SEGUROS, S.A.**

**RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL**

**EXERCÍCIO DE 2015**

Em cumprimento das disposições legais aplicáveis, dos estatutos e do mandato que nos foi conferido, apresentamos o relatório da actividade fiscalizadora e o parecer sobre os documentos de prestação de contas, elaborados pelo Conselho de Administração e da sua responsabilidade.

Acompanhámos, durante o exercício, a actividade da sociedade e verificámos a regularidade dos registos contabilísticos e o cumprimento das normas legais e estatutárias, tendo procedido às verificações consideradas adequadas.

Obtivemos do Conselho de Administração e demais órgãos sociais, regular informação e esclarecimento sobre o funcionamento da sociedade e andamento dos seus negócios.

Apreciámos o Relatório de Gestão e demais documentos de prestação de contas individuais do exercício, bem como a Certificação Legal de Contas, com que concordamos.

Em face de quanto antecede, o Conselho Fiscal emite o seguinte

**PARECER**

- Que seja aprovado o Relatório de Gestão e demais documentos de prestação de contas individuais do exercício, tal como apresentados pelo Conselho de Administração;
- Que seja aprovada a proposta de aplicação de resultados constante do Relatório de Gestão.

O Conselho Fiscal agradece, ao Conselho de Administração e aos restantes órgãos sociais, a boa colaboração recebida ao longo do exercício.

Lisboa, 15 de Março de 2016.

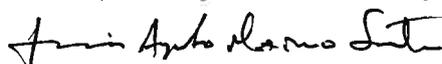
O CONSELHO FISCAL



Vasco Jorge Valdez Ferreira Matias - Presidente



João Filipe Gonçalves Pinto - Vogal



Luis Augusto Máximo dos Santos - Vogal

**DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE COMPLEMENTAR AO  
RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL DA  
FIDELIDADE ASSISTÊNCIA – COMPANHIA DE SEGUROS, S.A.  
RELATIVO AO EXERCÍCIO DE 2015**

Em cumprimento do estabelecido no nº 6 do artigo 420º do Código das Sociedades Comerciais, os membros do Conselho Fiscal declaram que, tanto quanto é do seu conhecimento, as contas e demais documentos de prestação de contas individuais do exercício, foram elaborados em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do activo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da empresa.

Declaram, ainda, que, tanto quanto é do seu conhecimento, o Relatório de Gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição da empresa, contendo o referido relatório menção aos principais riscos e incertezas da actividade.

Lisboa, 15 de Março de 2016.

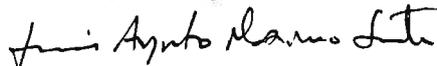
O CONSELHO FISCAL



Vasco Jorge Valdez Ferreira Matias - Presidente



João Filipe Gonçalves Pinto - Vogal



Luís Augusto Máximo dos Santos - Vogal

## Certificação Legal das Contas

### Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas de Fidelidade Assistência - Companhia de Seguros, S.A. ("Companhia"), as quais compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2015 (que evidencia um total de 60.430.268 Euros e um total de capital próprio de 25.605.158 Euros, incluindo um resultado líquido de 7.868.906 Euros), a Conta de Ganhos e Perdas, as Demonstrações de Rendimento Integral, de Variações nos Capitais Próprios e de Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data, e as correspondentes Notas e Anexos.

### Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Companhia, o resultado e o rendimento integral das suas operações, as variações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

### Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
  - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;

- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
  - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
  - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

#### **Reserva**

7. As análises atuariais com referência a 31 de dezembro de 2015 indicam a existência de um excesso de 3.662 milhares de euros na provisão para sinistros registada nas demonstrações financeiras da Companhia, sendo 453 milhares de euros do ramo Assistência e 3.209 milhares de euros do ramo Proteção Jurídica (excesso de 6.955 milhares de euros com referência a 31 de dezembro de 2014, sendo 2.302 milhares de euros do Ramo Assistência e 4.653 milhares de euros do Ramo Proteção Jurídica), cujo impacto fiscal ascende a um acréscimo de imposto a pagar no montante de 494 milhares de euros.
- Consequentemente, o passivo encontra-se sobrevalorizado em 3.168 milhares de euros, o Resultado Líquido do Exercício sobreavaliado em 2.536 milhares de euros e os Resultados Transitados subvalorizados em 5.704 milhares de euros. Estes montantes não refletem o efeito que a correção desta situação teria ao nível da participação nos resultados no âmbito dos tratados de resseguro aceite elaborados pela Companhia e o respetivo efeito fiscal.

#### **Opinião**

8. Em nossa opinião, exceto quanto aos efeitos da situação descrita no parágrafo 7 acima, as demonstrações financeiras referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira de Fidelidade Assistência - Companhia de Seguros, S.A., em 31 de dezembro de 2015, o resultado e o rendimento integral das suas operações, as variações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites para

o setor segurador em Portugal, estabelecidos pelo Plano de Contas aprovado pela Norma Regulamentar nº 4/2007 de 27 de abril e respetivas alterações subsequentes.

#### **Relato sobre outros requisitos legais**

9. É também nossa opinião que a informação financeira constante do Relatório de Gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Lisboa, 15 de março de 2016

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.  
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (nº 178)  
Representada por:



Ana Rosa Ribeiro Salcedas Montes Pinto (ROC nº 1230)

**FIDELIDADE ASSISTÊNCIA - COMPANHIA  
DE SEGUROS, S.A.**